

O Fio da Memória

**Fábrica de Lanifícios de Santa Clara – Coimbra
1888-1994**

O FIO DA MEMÓRIA
FÁBRICA DE LANIFÍCIOS DE SANTA CLARA – COIMBRA, 1888-1994

AUTORES

Duarte Manuel Freitas e Pedro Planas Meunier
Coordenação e Prefácio de José Amado Mendes

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Capa (APPM)
Separador da Introdução (António Cal Gonçalves)
Separador do Capítulo I (BMC, Sartoris)
Separador do Capítulo II (APPM)
Separador do Capítulo III (APPM)
Separador do Capítulo IV (Mariano Piçarra)
Separador do Capítulo V (BMC, Varela Pêcurto)
Separador da Conclusão (António Cal Gonçalves)

PAGINAÇÃO E DESIGN DE CAPA

Cláudia Moura

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

PAPELMUNDE

Junho, 2019

DEPÓSITO LEGAL

O Fio da Memória

**Fábrica de Lanifícios de Santa Clara – Coimbra
1888-1994**

DUARTE MANUEL FREITAS

PEDRO PLANAS MEUNIER

COORDENAÇÃO E PREFÁCIO DE JOSÉ AMADO MENDES

Siglas e Acrónimos

AHBP	–	Aquivo Histórico do Banco de Portugal
AMC	–	Arquivo Municipal da Covilhã
AME	–	Arquivo do Ministério da Economia
APPM	–	Arquivo Particular Pedro Planas Meunier
Art.º(s)	–	Artigo(s)
AUC	–	Arquivo da Universidade de Coimbra
BMC	–	Biblioteca Municipal de Coimbra
C.^a	–	Companhia
C.^{ta}	–	Comandita
Coord.	–	Coordenação
Cv	–	Cavalos
Dir.	–	Direção
fl(s).	–	folha(s)
<i>in</i>	–	em
Ld.^a	–	Limitada
kVA	–	Quilovoltampere
kW	–	Quilowatt
MOAC	–	Movimento Operário de Apoio à Construção
MUSLAN	–	Arquivo Histórico do Museu dos Lanifícios da Covilhã
n.	–	nascimento
n.º(s)	–	número(s)
<i>Op. cit.,</i>	–	<i>Opus citatum</i> (em português: obra citada)
p.	–	página
S.A.R.L.	–	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
s/d.	–	sem datação
UCIDT	–	União Católica Internacional dos Dirigentes do Trabalho
v.	–	verso
<i>vide</i>	–	ver
vol.	–	volume

Prefácio

Desde muito cedo me habituei a ouvir falar dos lanifícios da Fábrica de Santa Clara como produtos muito apreciados, devido à sua excepcional qualidade. Por tal motivo, quando tive o ensejo de me debruçar sobre a sua longa história – a partir de meados dos anos de 1970, no âmbito da tese de Doutoramento sobre a industrialização na área de Coimbra e do estudo de exposições realizadas na cidade, em finais de Oitocentos –, foi com redobrado interesse que estudei o assunto.

Assim, dediquei algumas páginas à referida Fábrica na dita tese, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e defendida em inícios de 1985¹. Voltei ao tema em diversas ocasiões, quer em trabalhos mais sucintos², quer na lecionação³ e em conferências ou palestras (inclusive em escolas do Ensino Básico e Secundário), chamando a atenção para o riquíssimo património industrial de Santa Clara, com destaque para o da mencionada fábrica têxtil.

¹ José Maria Amado Mendes, *A Área Económica de Coimbra. Estrutura e Desenvolvimento Industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 140-148.

² Entre vários outros, no opúsculo intitulado *Subsídios para Arqueologia Industrial de Coimbra*. Com nota introdutória sobre o Programa “Coimbra Antiga” por Matilde Sousa Franco, Coimbra, Museu Nacional de Machado de Castro, 1983, p. 14-16.

³ Designadamente na disciplina opcional de *Arqueologia Industrial*, a meu cargo, oferecida pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (desde o ano letivo de 1987-1988) e frequentada por alunos das licenciaturas em História, História da Arte, Arqueologia e Arquitetura.

Pouco depois, também o Eng.º Luís E. Elias Casanovas (1926-2014) – ligado à empresa durante vários anos, por motivos familiares e profissionais – apresentou uma comunicação a um evento realizado em Coimbra⁴, sob o título «A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. 1926-1956», a qual foi publicada nas respetivas atas⁵.

Embora lamentando o facto de somente ter aflorado, pela rama, a história de uma empresa que desempenhou papel tão relevante no tecido empresarial coimbricense, no quarto de século seguinte, devido a múltiplos afazeres e, inclusive, pelas solicitações para elaborar a história de empresas de outros setores – vidreiras, de abastecimento de água a Coimbra e financeiras –, não me foi possível abordar, de forma mais desenvolvida, a dos Lanifícios de Santa Clara.

Por esse facto, foi-me muito grato ter sido contactado, em 2010, pelo Eng.º Pedro Planas Meunier (1956-2013), para lhe dar apoio na elaboração da História da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, que ele estava empenhado em levar a cabo. Tivemos algumas reuniões e contactos telefónicos, pelo que me foi dado constatar o profundo entusiasmo e interesse com que se dedicava à tarefa de recolher testemunhos e fontes diversas, para alcançar o seu desiderato.

A sua motivação, além de científica, era igualmente familiar e afetiva, devido não só ao conhecimento prático que tinha da organização – com a qual tinha contactado durante anos –, como ainda pelas importantes funções que seu pai, o Eng.º George Greenwood Meunier (1926-1996), havia exercido na empresa, como sócio e responsável máximo pela gestão, desde 1962 até praticamente ao encerramento da Fábrica.

O falecimento do malgrado Eng.º Pedro Planas Meunier, em 15 de agosto 2013, com apenas 57 anos de idade, de forma completamente inesperada, interrompeu a possibilidade de concretizar o sonho de aprofundar e dar a conhecer a história de uma unidade

⁴ Tratou-se do “I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra – Guimarães – Lisboa”, o qual teve lugar em Coimbra, Guimarães e Lisboa, respetivamente, nos dias 08, 15-16 e 21-23 de novembro de 1986.

⁵ *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial. Coimbra – Guimarães – Lisboa. Actas e Comunicações*, vol. I, Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial/Coimbra Editora, Limitada, 1989, p. 175-194.

fabril que tão importante havia sido para a cidade, ao longo de mais de uma centúria.

O seu desaparecimento também provocou em mim consternação e, inclusive, alguma apreensão, acerca do destino que viria a ser dado a toda a recolha que ele tinha efetuado. Com efeito, além de ter verificado o seu profundo e denodado empenho pelo projeto, eu tinha conhecimento da grande quantidade de testemunhos que Pedro Planas Meunier havia consultado e reunido, desde entrevistas orais, consulta da imprensa local, relatórios, fontes iconográficas, documentos oficiais, documentação diversa resultante da laboração da unidade fabril, etc.

Por algum tempo, tive a sensação que se tinha tratado de um trabalho inglório para o seu autor e que as minhas próprias sugestões, sobretudo de ordem metodológica, de nada serviriam⁶. Porém, essa minha apreensão dissipou-se quando, algum tempo depois, fui contactado pela Prof.^a Doutora Carolina Carvalho (viúva de Eng.^o Pedro Planas Meunier), a fim de averiguar da minha disponibilidade para prosseguir com o trabalho de pesquisa que havia sido abruptamente interrompido, como já foi mencionado.

Devido aos múltiplos compromissos assumidos, embora lamentando, não me foi possível aceitar o honroso convite. Contudo, disponibilizei-me para lhe indicar quem poderia assumir o encargo de elaborar a História da Empresa, completando a recolha de um vasto volume de fontes já efetuada e de preparar o respetivo livro, cuja coordenação eu poderia assegurar.

Na sequência da minha sugestão, foi contactado o Doutor Duarte Manuel Freitas, que aceitou o convite, tendo iniciado, pouco depois, o trabalho, embora não com a celeridade por si desejada, face à investigação de fundo que tinha em mãos, no âmbito da sua tese de Doutoramento⁷. A partir dos testemunhos já coligidos, que organizou

⁶ A sua meticulosidade e rigor – ao que sua formação, como engenheiro, não terá sido alheia – levaram-no a gravar o conteúdo de uma das longas conversas que tivemos, na Universidade Autónoma de Lisboa, no dia 21 de dezembro de 2010.

⁷ Tese que foi recentemente publicada: Duarte Manuel Freitas, *Museu Machado de Castro. Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico (1911-1965)*, Casal de Cambra, Direção Geral do Património Cultural/Caleidoscópio, 2016. Recordar-se que

devidamente, completou a investigação arquivística e bibliográfica e elaborou o texto ora publicado, contemplando o essencial da História da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. Conhecendo os progressos alcançados pela história empresarial nas últimas décadas, a nível nacional e internacional, Duarte Manuel Freitas analisou – com cuidado, rigor e baseado nos testemunhos de que dispunha – as principais vertentes da evolução histórica de uma empresa têxtil centenária que granjeara considerável prestígio, no panorama industrial português e internacional.

Assim, nos cinco capítulos em que a obra foi estruturada, tratou as seguintes vertentes do percurso histórico de desenvolvimento da empresa e respetiva fábrica: a) contexto industrial, social, económico e geográfico em que operou; b) recursos humanos (empresários, gestores, técnicos e operários), relevando a componente familiar dos acionistas⁸, bem como a sua proveniência, formação e funções desempenhadas; c) espaços – respetiva reutilização, desde a sua primitiva função religiosa até à atual, como moderno Centro de Congressos –, tecnologia, energias e equipamentos industriais; d) modo de fabrico e excelente qualidade do produto, reconhecida em estâncias nacionais e internacionais, de modo especial em exposições e feiras; e) competências e *know-how* de técnicos operários e contexto em que realizaram a respetiva formação e aprendizagem, em centros de referência nacionais (designadamente na Covilhã, já apelidada de “Manchester Portuguesa”) e em Inglaterra.

Em suma: sendo ainda escasso, em Portugal, o número de estudos de caso de empresas têxteis de lanifícios publicados⁹, a presente

este trabalho já foi duplamente galardoado, com o “Prémio Victor de Sá de História Contemporânea” (2015) e o “Prémio da Associação Portuguesa de Museologia” na categoria de “Melhor estudo sobre Museologia” (2016).

⁸ Recordar-se que, após um certo anátema lançado, por alguns autores, sobre a pouca eficiência e o sucesso limitado das empresas de cariz familiar, ultimamente tem sido revista aquela posição, aliás comprovada não apenas pela longevidade de muitas delas, como também devido ao seu elevado peso (que, em alguns casos, chega aos 70 ou 80%) no cômputo total das empresas existentes.

⁹ Evidentemente que não seria justo olvidar os estudos de outros autores que se têm dedicado ao tema, tanto no contexto mais geral da indústria portuguesa (desde Acúrsio das Neves, Joaquim Henriques Fradesso da Silveira, Jorge Borges de Macedo, Armando

obra constitui um bom contributo – esperando-se que seja, simultaneamente, um estímulo para novas investigações no sector – para o aprofundar do conhecimento histórico da indústria, em geral, e dos lanifícios, em particular.

Coimbra, 12 de dezembro de 2016.

José Amado Mendes

de Castro, Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques, entre outros), como no que concerne à própria indústria dos lanifícios, em especial da Covilhã, como Luiz de Carvalho Dias e, mais recentemente, Elisa Calado Pinheiro.

Índice

Introdução	17
Capítulo I	
<i>O caminho faz-se caminhando: antecedentes da fundação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara</i>	23
1. – A cidade de Coimbra do ponto de vista industrial	23
2. – A chegada dos catalães	30
Capítulo II	
A gerência de uma fábrica de lanifícios: entre a matriz familiar e a renovação geracional	43
1. – Bases sólidas para um crescimento sustentado	43
2. – As décadas de 1930 a 1950: memória e renovação	48
3. – A reorganização societária e a difícil situação financeira	50
4. – Da revolução ao termo de um percurso	56
Capítulo III	
Espaços e equipamentos industriais	63
1. – De um convento se fez uma fábrica	63
1.1. – A morada dos franciscanos conimbricenses	64

1.2. – Adaptação a um templo dedicado ao trabalho industrial . . .	71
1.3. – Um edifício de muitos proprietários	76
2. – Equipamentos industriais: permanências e evolução tecnológica . .	78
2.1. – O ciclo do vapor	79
2.2. – O ciclo da eletricidade	86
3. – Nos dias derradeiros: despojos de uma fábrica	95

Capítulo IV

O fio de Ariadne e as voltas no labirinto:

pelos meandros da produção de lanifícios	101
1. – Teias e tramas que fazem tecidos	101
2. – As primeiras décadas de produção da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara	103
2.1. – Documentos históricos de uma atividade fabril	107
2.2. – Reconhecimento nacional e internacional	113
3. – A partir dos anos de 1930: a produção de lanifícios em números . .	117
4. – Última etapa: o pronto-a-vestir	123

Capítulo V

Uma casa de operários

1. – <i>In principio</i> : catalães entre camponeses	131
2. – Trabalhadores que movimentam uma fábrica (1922-1968)	146
3. – No crepúsculo	157

Conclusão

Anexo

Fontes e Bibliografia

Notas Biográficas

Introdução



*Coimbra, salmo de pedras e de gentes,
Memória, tempo de sonhos revividos,
Saudade, glórias de poetas perdidos,
História, arcos e torres dormentes.*

Manuel Silveira

Introdução



Cidade de Coimbra na atualidade (foto de António Cal Gonçalves).

Cidade de vários epítetos, Coimbra foi, ao longo do tempo, colecionando cognomes que realçaram (e que ainda hoje realçam) as suas características e posição privilegiada na cultura portuguesa, sendo conhecida como “cidade do conhecimento” – pela localização da mais antiga universidade do país –, “cidade do Mondego”, “cidade dos poetas” ou “cidade-museu” por excelência. Neste último aspeto, a riqueza do património edificado evidencia-se aos olhos dos locais e dos diversos transeuntes que nela passam, por espelhar formas distintas de construir, habitar, laborar e usufruir de estruturas espaciais, num período temporal que se estende por mais de dois milénios.

O convento de São Francisco, em Santa Clara, situado para além da ponte, contribui, de igual modo, para o enaltecimento da arquitetura citadina. Os espaços interiores e exteriores a ele associados foram palco de acontecimentos relevantes para a história da cidade, cuja atmosfera não se fixou somente em contextos contemplativos ao ente religioso moldados pela regra franciscana, servindo, de igual modo, de estrutura para a implementação de unidades fabris a partir dos finais do século XIX. Nele se instalou, em 1888, a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, um sector até então residual na área económica de Coimbra e que a engrandeceu com o progressivo crescimento da unidade fabril, tornando-se numa das principais instalações industriais do país da referida competência, com o produto final amplamente reconhecido pelos consumidores de dentro e de fora de portas.

Nos tempos mais recentes, o referido complexo arquitetónico adquiriu a *utilitas* de um multifacetado Centro de Congressos, colmatando, deste modo, uma necessidade premente da cidade há muito identificada. Se do contexto fabril – presente dos finais de Oitocentos até ao início da década de 90 da centúria seguinte – pouco ou nada resta, tal evidência não invalida a procura do que ficou no meio, algures entre o *locus* primacial franciscano e a especificidade de um espaço de organização de diferentes eventos. É precisamente nos meandros industriais que fixamos o objeto do presente estudo que pretende conhecer a história da unidade fabril de lanifícios instalada no Rossio de Santa Clara, desde a sua fundação até ao encerramento da atividade no referido complexo arquitetónico, numa elasticidade temporal que ultrapassa uma centúria (1888-1994).

A partir da leitura e do exame analítico das fontes existentes, a que se juntou a vontade de estabelecer uma narrativa coerente dos resultados obtidos, estruturou-se o presente estudo em cinco partes distintas, determinando, para cada uma delas, uma temática específica. Deste modo, esquivamo-nos a uma organização estancada em períodos cronológicos que, embora legítima em estudos históricos, não permite, em nosso entender, enaltecer a génese, evolução e consolidação de determinados conceitos inerentes a uma fábrica de lanifícios.

Assim, num primeiro capítulo de índole contextual, partiremos para uma reflexão sobre a cidade de Coimbra do ponto de vista

industrial, particularizando a sua extensão à freguesia de Santa Clara. Serão ainda analisados os antecedentes da fundação da unidade fabril e enaltecida a vinda para a cidade dos empreendedores de origem catalã, oriundos da hegemónica Sabadell (do ponto de vista dos lanifícios) e imbuídos de uma vontade criadora de estabelecer em Coimbra uma fábrica especializada no referido setor.

O segundo capítulo é dedicado aos meandros societários da referida estrutura fabril, compreendendo a entrada e saída de sócios, os vários compromissos assumidos em escritura e as opções estratégicas ditadas pelas diferentes gerências que determinaram o rumo que a fábrica tomou ao longo do tempo.

A análise dos espaços e equipamentos industriais será efetuada no capítulo III, incidindo, em primeiro lugar, a nossa atenção na peculiar história do imóvel e no processo de adaptação que sofreu para albergar uma unidade fabril. Os meios de produção, a disposição das respetivas secções no antigo convento de São Francisco e a capacidade da empresa em proceder à atualização tecnológica não deixarão de constar no referido capítulo que, de igual modo, incluirá uma reflexão sobre a possível permanência, no edifício, de memórias físicas que remetem para a *utilitas* específica de unidade fabril.

No capítulo seguinte, seguiremos o “fio de Ariadne” pelo labirinto com vista a enaltecer, na história do objeto de estudo, os meandros da produção, salientando a especificidade das matérias-primas e do produto final e os diferentes contributos e influências que este contém. Será igualmente realçado o reconhecimento nacional e internacional da unidade fabril, obtido pela aceitação do seu produto por diferentes consumidores, agregando ainda uma análise do quadro evolutivo da própria produção e a adaptabilidade da unidade fabril aos meandros do pronto-a-vestir.

Por fim, no quinto e último capítulo, o enfoque incidirá nos diversos trabalhadores que, ao longo do período de laboração, por lá passaram, a partir da aplicação de vetores analíticos de base quantitativa e qualitativa. Discorrer-se-á, igualmente neste contexto, sobre os passos dados pela organização no âmbito da responsabilidade social e no assumir das suas valências enquanto polo formador de um operariado moldado para um setor tão específico como o dos lanifícios.

Ainda nos meandros metodológicos, sobretudo no que compete às fontes coligidas, destaque-se a existência de importantes elementos escritos e icononímicos provenientes da própria fábrica que chegaram até aos nossos dias, graças à atenção dos familiares dos antigos gerentes, em particular da família Meunier. As informações recolhidas no Arquivo do Ministério da Economia (AME), incluídas nos processos administrativos da 2.^a Circunscrição Industrial, demonstram ser essenciais para a compreensão do objeto de estudo, sobretudo nos vários momentos-chave de mudanças estruturantes no universo da fábrica de lanifícios. Detém igualmente relevância o filão de informações obtidas a partir da consulta de vários jornais da cidade, datados dos finais do século XIX e primeiras décadas da centúria seguinte. Neste aspeto enalteça-se o papel relevante do periódico *O Conimbricense* que marcou presença nos momentos iniciais da fundação do objeto de estudo, fruto do interesse que Joaquim Martins de Carvalho (seu fundador, em 1854) nutriu pelo desenvolvimento industrial da cidade de Coimbra e que tanto apoiou em diversos artigos publicados no jornal que dirigiu.

Num mundo cada vez mais caracterizado pelo efémero e pela urgência do imediato, pretende-se, essencialmente, com o presente estudo resgatar do esquecimento – onde muitas vezes tem sido arremessado o passado ou, mais propriamente, o que já não existe – uma fábrica industrial anteriormente instalada no convento de São Francisco e inscrevê-la na memória histórica de uma cidade que, cada vez mais, vive da sua história, das suas memórias tangíveis e intangíveis, enfim, das marcas do passado que o homem deixou e preservou. Coloquemos, igualmente, nessas marcas o ruído dos teares, o fumo dos vapores e o elemento humano que, entre tramas e teias, tecu as fazendas saídas desta fábrica.

Capítulo I

O caminho faz-se caminhando: antecedentes da fundação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara



*Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.*

Antonio Machado

Capítulo I

O caminho faz-se caminhando: antecedentes da fundação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara

1. – A cidade de Coimbra do ponto de vista industrial

Na distribuição geográfica da industrialização ocorrida em Portugal, a partir da segunda metade da centúria de Oitocentos, a cidade de Coimbra não se apresenta como um polo de referência, sendo ultrapassada por outros centros aglutinadores onde se efetivaram a abertura e proliferação de diferentes unidades fabris. Efetivamente, a denominada *Lusa Atenas* não deixou descaracterizar, de modo radical, a sua essência basilar de cidade universitária pelos ímpetos da industrialização então vigentes no país, embora não fosse, de todo, imune aos “ares do tempo”, ocorrendo um processo industrializador que podemos qualificar de lento e tardio – adjetivos também comuns à realidade nacional¹⁰ –, a que acrescentamos, como característica específica, de pouca intensidade. No mesmo sentido encontra-se a opinião do académico José Amado Mendes quando afirma que a “[...] industrialização – relativamente moderada e tardia – levada a cabo na área de Coimbra não se efectuou de forma uniforme e contínua, quer no espaço [...] quer no tempo. Tratou-se antes de um *movimento ondulatório*, a exemplo, aliás, do que sucede com outros componentes da realidade económica [...]”¹¹.

¹⁰ Atenda-se, como exemplo, ao artigo de Jaime Reis, “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”, *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 96, 1987, p. 207 a 227.

¹¹ José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 297.



Coimbra vista de Santa Clara, s/d. (BMC).

No contexto industrial da *civitas* – que podemos circunscrever em quatro áreas principais¹² – nasceram, sobretudo, organismos de dimensão limitada (oficinas e pequenas unidades fabris), com pouco capital investido – o que também se repercutiu nas exíguas atualizações de âmbito tecnológico – e num número igualmente reduzido de mão de obra que possamos categorizar por proletária¹³. Tal conjuntura reflete-se no espaço circunscrito à freguesia de Santa Clara, onde fábricas de dimensão reduzida e oficinas de produtos manuais/artesanais – algumas estabelecidas em anexos ou nos próprios espaços habitacionais – prevaleceram sobre as grandes instalações fabris¹⁴.

¹² A primeira e, conseqüentemente, a mais antiga, circunscreveu-se, “[...] a norte e sul, pelo Arnado e pelo actual Largo da Portagem e, a este e oeste pelas actuais Ruas Ferreira Borges, Visconde da Luz e Fernão de Magalhães” (*Idem*, p. 291). A segunda situou-se paralelamente à linha de caminhos de ferro, entre as estações de Coimbra-Coimbra B, fixando-se a terceira em Santa Clara e a quarta zona industrial no espaço compreendido pela Arregaça-Calhabé. *Idem*, p. 291 a 292.

¹³ Sobre a caracterização do proletariado conimbricense, *vide* José Amado Mendes, “Para a história do movimento operário em Coimbra”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68, 1981, p. 603 a 614. Veja-se, do mesmo autor, *A área económica de Coimbra...*, p. 298 a 305.

¹⁴ J. Amado Mendes, “Para a história da indústria em Santa Clara”, *Munda*, n.º 2, 1981, p. 61 a 67.

Podemos remeter o ímpeto pré-industrial nos terrenos situados na margem esquerda do Mondego, nas proximidades de dois complexos monásticos de elevada importância na região, para a centúria de Seiscentos através da fundação, no Rossio – espaço compreendido pelo atual parque de diversões *Portugal dos Pequenitos* –, da Real Fiação de Cordas (Feitoria dos Linhos)¹⁵ e mais tarde, no século seguinte, da fábrica fundada pelo naturalista italiano Domenico Agostino Vandelli (1784). Esta última ganhou o reconhecimento nacional pela qualidade apresentada nas suas faianças e cujo período de laboração não ultrapassou o ano de 1810, devido a um incêndio nas suas instalações perpetrado por mão criminosa¹⁶. O sector produtor de louças na cidade de Coimbra manteve a sua área de incidência em Santa Clara, onde podemos inventariar diferentes unidades de produção fundadas nos finais do século XIX e inícios da centúria seguinte, como a fábrica de louça branca (de José Miguel da Fonseca e de José de Oliveira Serrano), a de louça vermelha (de José Rodrigues), a denominada fábrica do Retiro – fundada, nas Lages, no ano de 1880 –, o estabelecimento de António Augusto Gonçalves (1888)¹⁷, a Alves & Rodrigues (1914-1916) e a Adelino António Pereira & C.^a (1919)¹⁸.

¹⁵ *Idem*, p. 62.

¹⁶ Sobre o referido estabelecimento, *vide* Joaquim Martins de Carvalho, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2885, 20 de março de 1875, p. 1 e 2; Jorge Sampaio, *Contribuição de Domingos Vandelli para a cerâmica portuguesa*, Lisboa, Policopiado, tese de doutoramento apresentada à Universidade Lusíada, 2006.

¹⁷ Joaquim Martins de Carvalho, “Coimbra e a exposição”, *O Conimbricense*, 10 de julho de 1888, p. 1.

¹⁸ J. Amado Mendes, “Para a história da indústria em Santa Clara”, p. 62 e 63.



Vista do Rio Mondego e dos Conventos de S. Francisco e Santa Clara, em Coimbra

Santa Clara, em período anterior a 1880 (BMC, coleção Pedro Bandeira).

Os exemplos mais característicos e de maior relevância (em termos de dimensão, qualidade e longevidade) do processo industrializador na circunscrição territorial em evidência foram marcados por três ramos distintos, abrangendo as massas alimentícias, os sabões e os lanifícios. Do primeiro destacam-se a firma de José Vitorino Botelho de Miranda (assente, inicialmente, em antigas instalações pertencentes ao complexo monástico franciscano)¹⁹ e a fábrica A Peninsular (1903-1919), situada no Rossio, especializando-se em bolachas e biscoitos²⁰. No sector do sabão, a fábrica Lusitânia gozou de grande longevidade²¹, cujo sucesso poder-se-á remeter para as frequentes

¹⁹ “Nova fabrica de massas”, *O Conimbricense*, n.º 4158, 2 de julho de 1887, p. 3; “Fabrica de massas alimentícias em Santa Clara”, *O Conimbricense*, n.º 4300, 10 de novembro de 1888, p. 4; “Fabrica de massas de S. Francisco”, *O Conimbricense*, n.º 4251, 13 de março de 1888.

²⁰ José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 203 e 204; J. Amado Mendes, “Para a história da indústria em Santa Clara”, p. 64.

²¹ *Idem*, p. 64 a 66; Joaquim Martins de Carvalho, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2885, 20 de março de 1875, p. 1 e 2; “Sabão”, *O Conimbricense*, n.º 4238, 7 de abril de 1888, p. 1; José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 230.

atualizações do equipamento industrial e o facto de, a partir de determinado momento, abrir a produção a outros tipos de artigos²².

A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara apresenta-se como referência máxima do sector têxtil num polo citadino sem grandes tradições no referido ramo, cujo período anterior à firma em evidência se pautou, sobretudo, pelo amadorismo das confeções caseiras dos teares manuais²³ e por tentativas de organização de módulos de produção de tecidos que não vingaram no tempo. Neste último aspeto, atenda-se, como exemplo, à fábrica de tecidos da Rua de João Cabreira, fundada nos finais da centúria de Setecentos pelos empresários Manuel Fernandes Guimarães, Manuel Fernandes da Costa e António Machado Pinto, ficando famosa pelos seus damascos “[...] que se tornaram notáveis pelo gosto dos seus labores e pelo ouro que entrava em muitos [...]”, segundo a apreciação do jornalista conimbricense Joaquim Martins de Carvalho²⁴. Os mesmos negociantes fundaram, na cidade, outra unidade de produção de tecidos de algodão em vistosas instalações, uma vez que os relatos asseveram a existência na loja de materiais nobres como o bronze, o aço e madeiras do Brasil. O fornecimento da matéria-prima (fio de algodão) proveio de uma fábrica de Tomar, de onde, igualmente, chegaram, para ocuparem um lugar no corpo de funcionários, Bernardo Ferreira de Brito, Paulo José da Silva Neves e Pedro Espingardeiro, epitetados de “[...] habeis artistas [...]”²⁵. Em termos de equipamento para produção, o citado espaço deteve 12 teares, cada um com 100 fusos, resultando num tecido de boa qualidade, “[...] não obstante o motor ser de trabalho manual, e por isso sem a regularidade precisa; mas tudo venceu o machinista com a sua rara habilidade”²⁶. As causas subjacentes ao definhamento

²² J. Amado Mendes, “Para a história da indústria em Santa Clara”, p. 64.

²³ José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 141. Atenda-se, de igual modo, à tradição, ainda hoje presente, de fiação e tecelagem manual nas freguesias próximas da cidade de Coimbra, em particular na de Almalaguês, onde nos deparamos, não raras vezes, com a existência de teares nas próprias habitações particulares.

²⁴ Joaquim Martins de Carvalho, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2885, 20 de março de 1875, p. 1.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

e respetivo fecho dos dois espaços remetem-se para o roubo de uma porção significativa de fazenda por parte de um familiar dos sócios, bem como a instabilidade proveniente das invasões francesas e a abertura do mercado português aos produtos provindos da Inglaterra, numa consequência evidente do Tratado de Comércio e Navegação assinado em 1810²⁷.

Invoque-se, de igual modo, a importância da tentativa de implantação, já em 1875, da Fábrica de Fiação e Tecidos de Coimbra, uma vez que o objeto do presente estudo irá aproveitar as bases materiais deixadas por uma firma que não conseguiu estabelecer-se de modo definitivo e cujo projeto não deixou de espelhar um ímpeto de grandeza que trouxe em si o gérmen da própria derrocada²⁸. Se os primeiros tempos nos parecem auspiciosos, dada a grande procura na subscrição do capital social fixado em 150 000\$000 réis – divididos em 1500 ações de 10\$000 réis cada uma –, o conhecimento, por parte da opinião pública, dos detalhes da compra do convento de São Francisco da Ponte pela quantia, por muitos considerada exorbitante, de 30 000\$000 réis, gerou a fuga do investimento inicial através da desistência de muitos dos subscritores²⁹.

Apesar do citado revés, os membros da direção deram continuidade ao projeto, a partir da transformação do complexo conventual em unidade fabril³⁰, acrescentando ao edifício uma chaminé industrial, descrita pelo periódico *A Voz do Artista* como um “[...] valente

²⁷ *Ibidem*. Sobre as consequências do referido tratado para a indústria nacional *vide* José Maria de Campos Melo, *As estrangeirices e a indústria nacional*, conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa em 12 de maio de 1915, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 32 e 33; J. M. Amado Mendes, “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”, *Análise Social*, vol. XVI, n.º 61 e 62, p. 31 a 52.

²⁸ A comissão instaladora foi constituída pelos seguintes membros: Luís de Melo Tocho de Almeida Soares de Albergaria de Castro; José da Costa Gomes; António Rodrigues Pinto Júnior; Alfredo Elísio Correia Pinto de Almeida; João Mateus dos Santos; António Rodrigues Pinto; José António da Costa Braga Júnior; José António Ferreira Manso. *Vide O Conimbricense*, n.º 2883, 13 de março de 1875, p. 3 [anúncio]; Joaquim Martins de Carvalho, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2885, 20 de março de 1875, p. 1 e 2. *Vide* igualmente AUC, Notário Simão Maria de Almeida (Coimbra), livro de notas n.º 19, fls. 48 v. a 54.

²⁹ Joaquim Martins de Carvalho, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2886, 23 de março de 1875, p. 1.

³⁰ *O Conimbricense*, n.º 3120, 23 de junho de 1877, p. 4 [anúncio].

canudo que lá se ostenta altivo e que devisamos de diferentes pontos da cidade. Uma vergonha.”³¹. O investimento estendeu-se à compra de equipamento, conhecendo-se a aquisição de uma máquina a vapor da Societé Centrale (C. Weyher & Richemon) de Pantin, com a respetiva caldeira – de 10 000 quilos de peso – e fornalha³².



Convento de São Francisco, adaptado a espaço industrial. Finais da década de 70 do século XX (APPM).

As dificuldades sentidas pela não concretização integral do capital social³³, devido à debandada em série dos acionistas, avolumaram-se

³¹ “Noticiário”, *A Voz do Artista*, n.º 126, 27 de fevereiro de 1888, p. 3. Vide, igualmente, “Companhia de fição e tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3620, 22 de abril de 1882, p. 4. No capítulo III abordaremos a conversão do complexo conventual a unidade fabril do ramo têxtil.

³² “Machina”, *O Conimbricense*, n.º 3092, 17 de março de 1877, p. 3; “Machinismos”, *O Conimbricense*, n.º 3096, 31 de março de 1877, p. 3.

³³ *O Conimbricense*, n.º 3120, 23 de junho de 1877, p. 2 [anúncio]; *O Conimbricense*, n.º 3273, 14 de dezembro de 1878, p. 3 [anúncio]; *O Conimbricense*, n.º 3274, 17 de dezembro de 1878, p. 3 [anúncio].

com o conhecimento público das polémicas distribuições de avultados ordenados entre os membros da direção³⁴, levando à, já expectável, liquidação da firma³⁵ e consequente venda do seu immobilizado³⁶, incluindo as antigas instalações do convento de São Francisco, que foram arrematadas por José Lopes de Guimarães, em maio de 1882, pela quantia de 10 200\$000 réis³⁷.

O rotundo falhanço da implementação da Fábrica de Fiação e Tecidos de Coimbra perpetrou-se na memória coletiva cidadina, como é bem visível nas palavras do diretor d' *O Conimbricense* Joaquim Martins de Carvalho: “As consecuencias de uma tão escandalosa burla estão-nas sentindo os accionistas e igualmente as sente toda a cidade de Coimbra, por ver aniquilar um estabelecimento que podia não só ser de grande utilidade aos seus habitantes, mas servir de incitamento á criação de outras industrias!”³⁸.

2. – A chegada dos catalães

O contributo dos estrangeiros para o desenvolvimento da indústria portuguesa, a partir da segunda metade de Oitocentos, tem vindo, aos poucos, a ganhar espaço nos estudos que versam sobre a história económica nacional, revelando a sua presença na génese de diversas empresas, bem como na participação em cargos de gerência e nos quadros técnicos especializados. Seguindo o raciocínio de Maria

³⁴ Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de Fiação e Tecidos”, *O Conimbricense*, n.º 3246, 10 de setembro de 1878, p. 2.

³⁵ Confirmada em assembleia geral de 8 de abril de 1880 (Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de fiação e tecidos de Coimbra”, *O conimbricense*, n.º 3410, 10 de abril de 1880, p. 2).

³⁶ “Companhia de fiação e tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3411, 13 de abril de 1880, p. 2; Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de fiação”, *O Conimbricense*, n.º 3447, 17 de agosto de 1880, p. 2; Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de fiação de tecidos”, *O Conimbricense*, n.º 3489, 11 de janeiro de 1881, p. 1; “Companhia de fiação e tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3620, 22 de abril de 1882, p. 4.

³⁷ “Convento de São Francisco”, *O Conimbricense*, n.º 3631, 30 de maio de 1882, p. 3.

³⁸ Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de fiação de tecidos”, *O Conimbricense*, n.º 3489, 11 de janeiro de 1881, p. 1.

Filomena Mónica – que procedeu à tentativa de caracterização geral dos capitalistas e industriais em Portugal entre os anos de 1870 e 1914 –, “Ao ler a lista dos fundadores [de unidades fabris], deparam-se-nos sucessivas vagas de apelidos estrangeiros, os Grahams, os Daupias, os Schalks, os Peters, os Futchers, os Gilmans, os Garrécs, os Robinsons, etc. [...] Muitos destes homens estavam ligados ao comércio, como sucedeu na cortiça, ou era gente estabelecida na indústria nos países de origem, como nas conservas. Havia ainda algumas famílias antigas, há muito vivendo num mundo à parte, casando-se entre si, confraternizando com diplomatas e mandando os filhos estudar lá fora. Finalmente, havia quem tivesse vindo como técnico, estabelecendo-se depois por conta própria.”³⁹.

Neste último aspeto poderemos incluir os membros fundadores da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, cuja vinda de Sabadell (Catalunha) para Portugal se fez, em primeiro lugar, com o objetivo de ocupar os quadros técnicos especializados em instalações fabris do ramo dos lanifícios e só posteriormente avançaram para a criação, em Coimbra, da firma Peig, Planas & C.^a.

A comarca catalã de Vallés Ocidental, em particular de Terrassa e de Sabadell, deveu o seu crescimento e desenvolvimento à primeira vaga de industrialização ocorrida no país vizinho, como comprovam vários estudos de índole histórica. Já nos finais do século XVIII, ambas apresentavam uma realidade económica alicerçada no ramo dos lanifícios, embora fosse relativamente modesta em comparação com o todo nacional, evidenciando-se somente dos demais centros de produção pela qualidade dos produtos manufaturados. O *boom* de Sabadell, enquanto expoente máximo da indústria da lã espanhola, ocorreu na centúria seguinte, beneficiando do crescimento e visibilidade que a industrialização trouxe a uma vila que atingiu o estatuto de cidade já em 1877, e cujos dados demográficos demonstram um aumento significativo da sua população, que passou de quase 2000 habitantes nos finais de Setecentos para os 23 044 registados em 1897⁴⁰.

³⁹ Maria Filomena Mónica, “Capitalistas e industriais (1870-1914)”, *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 99, 1987, p. 852.

⁴⁰ Josep M. Benaül Berenguer, “Los orígenes de la empresa têxtil lanera en Sabadell y Terrassa en el siglo XVIII”, *Revista de Historia Industrial*, n.º 1, 1992, p. 39 a 62; *Indústria*

São vários os fatores que se encontram na base da hegemonia de Sabadell no sector dos lanifícios da Península Ibérica no século XIX e que aqui sintetizamos: 1) a facilidade de obtenção de matéria-prima; 2) proximidade do porto de Barcelona, estabelecendo-se como centro fundamental para a exportação dos produtos manufaturados; 3) formação de uma burguesia de base industrial que, além de investir na conceção de unidades fabris e na atualização do equipamento, criou uma rede terrestre de escoamento dos tecidos para vários pontos da península; 4) utilização das novas tecnologias, sobretudo da máquina a vapor, instalada, pela primeira vez numa fábrica têxtil catalã em 1838, levando a um aumento significativo da quota de produção; 5) a denotada qualidade do produto final, bem como a oferta diversificada, adaptada a diferentes climas e temperaturas, e acessível a vários tipos de consumidores⁴¹.

O predomínio estendeu-se à centúria seguinte, onde, na segunda metade da década de 60 do século XX, a indústria de lanifícios *sabadellense* apresenta 30 000 postos de trabalho, compreendendo 46% dos fusos de fição e de cardação e 52% dos teares existentes no país⁴². Embora tenha sofrido uma maior terciarização, nos dias de hoje Sabadell mantém o *cluster* da indústria da lã, ao contrário da sua arquirival Terrassa que, de lanifícios, vive, sobretudo, da sua memória e da de outros centros produtores catalães, através do importante *Centre de Documentació i Museu Tèxtil*⁴³.

i ciutat: Sabadell, 1800-1980, Bcelona, L'Abadia de Montserrat, 1994; Enriqueta Camps Cura, "Industrialización y crecimiento urbano: la formación de la ciudad de Sabadell", *Revista de Historia Económica*, año V, n.º 1, 1987, p. 49 a 71.

⁴¹ *Ibidem*; Josep M. Benaul Berenguer, *Op. cit.*, p. 39 a 62; Ricardo Hemández García, *La industria Textil rural em Castilla: Astudillo, 1750-1936*, Tesis Doctoral, Universidade de Valladolid, 2003, p. 309-312; Virginia Domínguez Alvarez, *Treball femení a la indústria têxtil llanera de Sabadell durant el segle XX*, Tesi doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona, 2005, p. 105 a 188.

⁴² J. M. M., "Sabadell, gran ciudad de pulso febril", *La Vanguardia Española*, 15 de janeiro de 1966, p. 27; Jose Cegarra Sanchez, "La industria textil de tintorería y acabados de España", *Boletín Intexter del Instituto de Investigación Textil y de Cooperación Industrial*, n.º 24, 1965, p. 9 a 23.

⁴³ URL: <http://www.cdmt.es> (acedido no dia 27/02/2015). Vide igualmente *Terrassa, capital del modernismo industrial. La ruta de la lana*, Terrassa, Ajuntament de Terrassa,

O *know-how sabadellense* de fabrico de tecidos de lã chamou à atenção dos industriais portugueses, nos finais do século XIX, em particular do estabelecimento fabril Campos Mello & Irmão da cidade da Covilhã – a, já denominada, *Manchester Lusitana*⁴⁴ –, que recrutou e manteve nos seus quadros técnicos funcionários provindos de Sabadell, como comprovam os seus livros de matrículas que registam a entrada de seis operários especializados entre os anos de 1871 e 1888⁴⁵. Entre eles encontram-se Buenaventura Doria y Borrel e Jaime Planas Coronellas, que, juntamente com Pedro Peig Planas fundaram, em 24 de julho de 1888, a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara.

Buenaventura Doria y Borrel nasceu em Gerri de la Sal (Lleida, Catalunha) no ano de 1835, sendo filho de Antonio Doria Prats e Maria Thereza Borrel. Em 1859 contraiu matrimónio com Theresa Capmany Sallares (então com 19 anos), resultando desta união seis filhos, com os primeiros três a nascerem ainda em território espanhol⁴⁶. A sua inserção na indústria de lanifícios de Sabadell carece de fontes de clara corroboração, ainda que possamos encontrar o seu nome no meio de vários capitalistas e industriais que patrocinaram o *Guia histórica, Estadística y Geográfica de Sabadell* da autoria de José

s/d.; *Estudi del fons industrial tèxtil de Catalunya. Mostraris de teixits del CDMT de Terrassa i mostraris de punta del Museu d'Arenys de Mar*, Terrassa, CDMT, 2010.

⁴⁴ Expressão contida na introdução da obra *Fiação e Tecelagem. Manual do Operário*, Lisboa, Bibliotheca de Instrução e Educação Profissional, 1905, s/p. Sobre a cidade da Covilhã, principal polo português da indústria de lanifícios, *vide*, entre outros, a obra coletiva e bilingue coordenada por Elisa Pinheiro, *Rota da lã translana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal); comarca Tajo – Salor - Almonte (Espanha)*, vol. I, Covilhã, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2009, p. 217 a 313.

⁴⁵ MUSLAN, Arquivos Empresariais, Fábrica Campos Mello & Irmão, Livro de Matrícula da Fábrica Campos Mello & Irmão (1843-1888). São eles: Jaime Arderius (matrícula n.º 361, data de admissão: janeiro de 1871); Buenaventura Doria y Borrell (matrícula n.º 370, data de admissão: 1 de fevereiro de 1871); Jaime Planas (matrícula n.º 461, data de admissão 1872); Bartholomeu Peig Doria (matrícula n.º 877, data de admissão: 6 de março de 1883); Mateo Romeu y Brujas (matrícula n.º 1242, data de admissão: 3 de setembro de 1887); Pedro Palet (matrícula n.º 1308, data de admissão: 22 de junho de 1888).

⁴⁶ São eles Josefa Doria Capmany (n.1860), Boaventura Doria Capmany (n. 1862), Luiz Gonzaga Francisco José De Calazanz Doria Y Capmany (n. 1869), Maria Da Luz Doria Capmany (n. 1874), Emílio Doria Capmany e Emília Doria Capmany.

Sarda e Agustín Rius, publicado no ano de 1867⁴⁷. Em 1870 rumou até Portugal e no dia 1 de fevereiro do ano seguinte, com 36 anos de idade, registou-se a sua admissão na fábrica covilhanense Campos Mello & Irmão, ocupando o cargo técnico de alta responsabilidade como diretor da tinturaria. A mesma fonte salienta que o referido funcionário foi alvo de um processo de despedimento, ainda que não fixe o motivo e uma data de saída da unidade fabril⁴⁸.



Buenaventura Doria y Borrel, s/d. (APPM).

A sua atividade na Covilhã não se fixou somente nos meandros fabris, como demonstra a participação na Exposição Internacional de Filadélfia, em 1876, enquanto produtor de vinhos, alcançando um prémio para a amostra da colheita que submeteu a concurso, considerada de “[...] superior quality; remarkable by its taste and

⁴⁷ José Sarda, Agustín Rius, *Guia histórica, Estadística y Geográfica de Sabadell*, Sabadell, Establecimiento Tipográfico de M. Torner, 1867, p. 217.

⁴⁸ MUSLAN, Arquivos Empresariais, Fábrica Campos Mello & Irmão, Livro de Matrícula da Fábrica Campos Mello & Irmão (1843-1888), matrícula n.º 370.

composition”⁴⁹. Saliente-se o facto de constar nos assentamentos municipais da Covilhã como o descobridor das importantes minas de volfrâmio da Panasqueira, em parceria com Manuel Gonçalves dos Santos, num registo efetuado no dia 15 de abril de 1886⁵⁰. O seu nome encontra-se igualmente associado à detenção de minério noutros termos do concelho, nas freguesias de Casegas⁵¹, da Cebola⁵², do Barco⁵³, da Erada⁵⁴ e da Conceição⁵⁵.

A ida para Coimbra fez-se a partir da fundação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, onde permaneceu até ao seu falecimento no dia 30 de abril de 1899, aos 63 anos de idade, encontrando-se sepultado no cemitério da Conchada. Atenda-se à relação de parentesco que possuía com os restantes sócios, uma vez que Pedro Peig Doria foi seu sobrinho e traçou uma rota semelhante à sua, ao rumar da Catalunha para Portugal juntamente com o irmão Antonio Marcelino, encontrando-se a administrar, ainda em 1888, uma fábrica de lanifícios em Oeiras⁵⁶. No que diz respeito a Jaime Planas Coronellas,

⁴⁹ *International Exhibition 1876. Reports and awards. Group III*, vol. 4, Philadelphia, J. B. Lippincott Co., 1878, p. 571.

⁵⁰ AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fl. 37 e 37 v. Sobre a importância das minas da Panasqueira, *vide* Inês Pereira da Silva, *Memória, identidade e desenvolvimento. Um museu para o jazigo da Panasqueira*, Lisboa, policopiado, mestrado em Museologia entregue na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004; João Paulo Avelãs Nunes, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947): actividade mineira, “Grande depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.

⁵¹ Mina de ferro, enxofre e fósforo, com assento oficial no dia 2 de outubro de 1881 (AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fls. 6 e 6 v.).

⁵² Duas minas de chumbo argentífero, registadas a 15 de abril de 1886 [AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fls. 37 v. a 39]; Mina no lugar da Fonte Pública de chumbo argentífero, registada no dia 28 de maio de 1886 [AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fls. 50 v. a 51].

⁵³ Mina de chumbo argentífero, registada no dia 15 de abril de 1886 [AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fls. 39 e 39 v.].

⁵⁴ Mina de Chumbo e outros metais, registada a 2 de julho de 1888 [AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fls. 52 e 52 v.].

⁵⁵ Mina de Chumbo em Penedos Altos, registada a 2 de julho de 1888 [AMC, Registo de Minas, n.º 1, (1870-), fls. 52 v. e 53 v.].

⁵⁶ “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4240, 14 de abril de 1888, p. 1.

este ascendeu ao parentesco de genro a partir do matrimónio com a sua filha Josefa Doria Capmany (1860-1913)⁵⁷.



Pedro Peig Planas, s/d. (APPM).

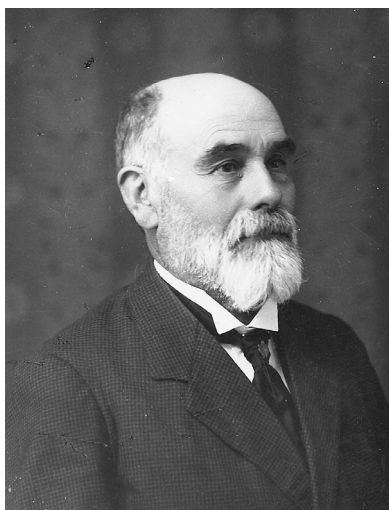
Sabadellense de nascimento, Jaime Bartolomeu Planas Coronellas (1848-1939)⁵⁸ chegou a Portugal por volta de 1870, juntamente com o seu amigo e compatriota Jaime Arderius Creuheras⁵⁹ e ambos trabalharam, num período inicial, na Companhia de Lanifícios da Arrentela (Seixal). No ano seguinte fixaram-se na Covilhã, dando entrada

⁵⁷ Do citado matrimónio, realizado em 1879 na Covilhã, nasceram 5 filhos: Teresa Beatriz Planas Dória (n. 1880, em Unhais da Serra) Vitorino Planas Dória (n. 1884, em Unhais da Serra, Covilhã); Maria Cesaltina Planas Dória (n. 1887 em Unhais da Serra); Maria do Carmo Planas Dória (n. 1890 em Coimbra); Francisco Paula Planas Dória (n. 1891 em Coimbra).

⁵⁸ Nasceu a 24 de agosto de 1847, foi filho de Jaime Planas e Maria Coronellas. Faleceu na cidade de Coimbra no ano de 1939 (com 91 anos de idade), encontrando-se sepultado no cemitério da Conchada (APPM, Apointamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier).

⁵⁹ Jaime Arderius Creuheras nasceu em Sabadell no ano de 1848 e faleceu em Unhais da Serra, Covilhã, com 69 anos. Foi pai de José Mendes Arderius, Maria da Conceição Mendes Arderius, José Jaime Mendes Arderius, Manuel Mendes Arderius. APPM, Apointamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier.

na unidade fabril Campos Mello & Irmão, o primeiro como diretor de cardas e o segundo como diretor de fabrico⁶⁰. A vontade de constituírem um projeto empresarial próprio levou-os à saída do referido estabelecimento e à conseqüente fundação, em Unhais da Serra, de uma fábrica de lanifícios, instituída no ano de 1880, com o nome Planas & Arderius⁶¹. A parceria manteve-se até março de 1885, data em que Jaime Planas Coronellas voltou de novo à Campos Mello & Irmão e só abandonará definitivamente o referido posto em 28 de abril de 1888⁶², para se aliar ao novo projeto de erigir a fábrica em Coimbra.



Jaime Planas Coronellas, s/d. (APPM).

A notícia da nova tentativa de criar uma unidade de lanifícios no antigo convento de São Francisco da Ponte foi divulgada com regozijo

⁶⁰ Jaime Arderius entrou na referida fábrica em janeiro de 1871, na altura com 25 anos. Por sua vez, Jaime Planas Coronellas entrou no estabelecimento em julho de 1871, embora fosse registado oficialmente nos quadros no ano de 1872. *Vide* MUSLAN, Arquivos Empresariais, Fábrica Campos Mello & Irmão, Livro de Matrícula da Fábrica Campos Mello & Irmão (1843-1888), matrícula n.º 361; matrícula n.º 461.

⁶¹ O referido estabelecimento ocupou instalações e equipamento já existente de uma fábrica fundada em 1874 e conhecida como Engenho do Meio, localizada na Archada, Unhais da Serra (APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier).

⁶² MUSLAN, Arquivos Empresariais, Fábrica Campos Mello & Irmão, Livro de Matrícula da Fábrica Campos Mello & Irmão (1843-1888), matrícula n.º 461.

pelo periódico *O Conimbricense*, no dia 17 de março de 1888, invocando a oportunidade criada pela junção de “[...] tres activos e habeis industriaes, todos de Sadadell, provincia de Catalunha, no visinho reino”⁶³. Note-se que na indicação dos sócios da futura firma, o jornalista Joaquim Martins de Carvalho, além de ter cometido o lapso de juntar num só indivíduo os nomes de Jaime Planas Coronellas e de Buenaventura Doria y Borrel, referia-se a mais um elemento fundador de seu nome Narciso Forrellad – industrial residente na referida cidade catalã⁶⁴ –, embora, este último não conste na escritura que institui a sociedade. Tal alusão poderá indicar a existência, nesta época, de contactos prévios e a tentativa de envolver no projecto alguém que se encontrava a laborar na terra natal, permitindo, desse modo, uma maior facilidade no acesso e importação dos equipamentos necessários.



Primeira página d’ *O Conimbricense* de 17 de março de 1888, com a notícia da fundação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (APPM).

⁶³ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanifícios de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4232, 17 de março de 1888, p. 1.

⁶⁴ “São os srs. Pedro Peig Dorea, actualmente residente em Oeiras; Jaime Planas Boaventura Dorea, residente na Covilhã; e Narciso Forrellad, residente em Sabadell, onde tem uma importante fabrica de lanifícios” (*Ibidem*).

Seguindo o entusiasmo verificado nas palavras de Joaquim Martins de Carvalho, “Dá esta empresa as sufficientes garantias de seriedade; e por isso podemos contar que d’esta vez terá a cidade de Coimbra uma valiosa fabrica de lanificios, que poderá servir de incitamento á laboração de outras industrias. Os lanificios fabricados por um dos mencionados industriaes na fabrica de Sabadell, e de que estão amostras em Coimbra, tem sido muito bem apreciados, pela extrema perfeição no seu fabrico. Oxalá que o mau fado que tem perseguido algumas das industrias projectadas em Coimbra, não persiga também a nascente fabrica de lanificios, e que com esta e outras industrias vejamos desenvolver e prosperar esta terra. Já é tempo da cidade de Coimbra tomar a posição que lhe compete e a que tem direito”⁶⁵.

A escritura de constituição da sociedade de comércio e indústria Peig, Planas & C.^a foi lavrada, em 24 de julho de 1888, nas notas do notário coimbricense José Lourenço Costa, apresentando como finalidade “[...] a fiação e manufactura de toda a espécie de tecidos de lã e estambre no edificio de São Francisco da Ponte [...]”, a partir de um capital social fixado em 12 contos de réis, divididos de forma igualitária pelos três sócios. A responsabilidade e o respetivo ordenado de cada membro não deixou de constar no ato fundacional, cabendo a Pedro Peig Doria a direção técnica da unidade fabril (16\$000 réis de ordenado semanal), a Jaime Planas Coronellas a responsabilidade pelo equipamento de produção (13\$500 réis semanais) e a Buenaventura Doria y Borrel a divisão de tinturaria e lavagem de lãs (12\$000 réis semanais), de acordo com a sua competência técnica já demonstrada na Campos Mello & Irmão⁶⁶.

Poucos dias mais tarde, a 4 de agosto de 1888, a necessidade de liquidez para compra dos mecanismos de produção levou à entrada de mais capital provindo de Francisco Ponsá Cauti e de Juan Sans Fainé, ambos industriais de lanificios e residentes em Sabadell, participando, deste modo, na repartição dos lucros e divisão das despesas da fábrica⁶⁷. No ano seguinte, como veremos no próximo capítulo,

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ AUC, Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 52, fls. 22 e 23 v.

⁶⁷ AUC, Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 55, fls. 87 a 91.

os seus nomes constarão de uma nova escritura da Peig, Planas & C.^a, desta vez sob o formato de sociedade em comandita.

O período de montagem da estrutura fabril iniciou-se logo em abril de 1888, com a vinda de máquinas a vapor, caldeiras e teares mecânicos do estrangeiro, que, depois de montados nas salas do antigo complexo conventual⁶⁸, foram alvo de um período de testes para aferir o seu correto funcionamento⁶⁹. Finalmente, no dia 7 de dezembro, o periódico *O Conimbricense* anuncia “[...] que se acha em plena laboração a fabrica de lanificios dos srs. Peig, Planas & C.^a, no edifício de S. Francisco além, da ponte. Estão trabalhando os diferentes teares, fiações e cardas, e em geral todos os machinismos. Ainda bem que vemos em Coimbra a funcionar uma importante fabrica de lanificios, que pode vir a ser um forte incentivo para a criação de outras”⁷⁰.

⁶⁸ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4242, 21 de abril de 1888, p. 1; Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1; Joaquim Martins de Carvalho, “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4268, 21 de julho de 1888, p. 1; Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4284, 15 de setembro de 1888, p. 2. Desenvolveremos o referido assunto no capítulo III do presente estudo.

⁶⁹ “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2; Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, 3 de novembro de 1888, p. 1.

⁷⁰ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4307, 7 de dezembro de 1888, p. 2.

Capítulo II

A gerência de uma fábrica de lanifícios: entre a matriz familiar e a renovação geracional



*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.*

Luís Vaz de Camões

Capítulo II

A gerência de uma fábrica de lanifícios: entre a matriz familiar e a renovação geracional

1. – Bases sólidas para um crescimento sustentado

No ano de 1927, um relatório elaborado pela agência de Coimbra do Banco de Portugal presta a seguinte informação: “Tecidos de lã – Planas & C.^a em Comandita, por muitos considerada a melhor fábrica do País no seu género. Tem uma vida inteiramente desafogada”⁷¹. Tal referência espelha o reconhecimento de quase 40 anos de atividade com assinalável sucesso, quer no âmbito comercial quer no domínio financeiro, registando-se, ao longo do referido período temporal, vários momentos essenciais na dinâmica da empresa, revistos na entrada de novos sócios e no aumento gradual e significativo do capital social.

Já no ano de 1889, a 29 de outubro, renovou-se a escritura do estabelecimento industrial, sob a forma de sociedade de responsabilidade mista, apresentando como sócios comanditados Pedro Peig Doria e Jaime Planas Coronellas e os comanditários, naturais de Barcelona, Fancisco Ponsá Cauti e Juan Sans Fainé⁷². Destaca-se a ausência de Buenaventura Doria y Borrell que se desvinculou oficialmente da firma a 24 de março do mesmo ano, embora não se encontre, em tal ato, quaisquer motivos de discórdia ou desentendimentos entre os sócios⁷³.

⁷¹ AHBP, Balanços e desenvolvimentos, agência do Banco de Portugal em Coimbra, 1927.

⁷² AUC, Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 55, fls. 87 a 91.

⁷³ Atenda-se à escritura de cessão de sócio datada de 24 de março de 1889 (AUC, Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 53, fls. 95 a 95 v.

Numa análise à nova escritura deparamo-nos com o aumento significativo do capital social, passando dos 12 contos de réis para os 50 contos de réis, repartidos de forma diferenciada pelos sócios, uma vez que os comanditados entraram com 10 contos de réis cada um e os comanditários com 15 contos de réis cada um⁷⁴. Tal partilha interfere na distribuição dos lucros⁷⁵, ainda que coubesse só aos primeiros a gerência efetiva da empresa⁷⁶, sendo entregue a Pedro Peig Doria as funções de diretor técnico (remunerado, anualmente, com um conto de réis)⁷⁷ e a Jaime Planas Coronellas a responsabilidade máxima das infraestruturas (recebendo a quantia de 900 mil réis anuais)⁷⁸. Restringiu-se, de igual modo, a possibilidade de os dois sócios comanditários venderem ou cederem a terceiros os seus direitos na empresa sem a autorização dos sócios comanditados, conquanto se autorizasse tais transações entre ambos⁷⁹.

Na década seguinte, embora a conjuntura económica altamente recessiva fosse uma realidade difícil de evitar, a empresa de lanifícios conimbricense surge, aos olhos da opinião pública, devidamente consolidada e em franca expansão financeira e comercial, como registou, em 1894, Joaquim Martins de Carvalho: “Aquella valiosíssima fabrica de tecidos tem tomado um notavel desenvolvimento. Ahi se emprega presentemente 200 operarios de ambos os sexos; e apezar da crise por que tem passado as diferentes industrias, o trabalho não tem faltado aos numerosos operários d’essa fabrica. [...] O crédito da fabrica dos srs. Peig Planas & C.^a está solidamente firmado, e este estabelecimento é um grande beneficio para os numerosos operarios que alli têm assegurada a sua subsistencia”⁸⁰.

⁷⁴ AUC, Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 55, fls. 87 a 91, art.ºs 6.º e 7.º.

⁷⁵ Art.º 8.º.

⁷⁶ Art.º 5.º.

⁷⁷ Art.º 9.º.

⁷⁸ Art.º 10.º.

⁷⁹ Art.º 16.º.

⁸⁰ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4 880, 23 de junho de 1894, p. 1.

O falecimento de Pedro Peig Doria, em 25 de janeiro de 1892, levou à necessária modificação do estatuto da empresa que se oficializou anos depois, no dia 20 de junho de 1899, ao constituir-se uma nova sociedade em nome colectivo, denominada Planas & Ponsá, tendo mantido os restantes sócios⁸¹.

Já no início da nova centúria verificam-se alterações significativas no que compete à administração da fábrica, patenteadas em escritura oficial de 19 de agosto de 1909. Saliente-se a saída de Francisco Ponsá Canti e a sua substituição pelo parente Juan Bautista Ponsá y Pons, um industrial residente em Barcelona que assumiu a posição na sociedade como comanditário⁸². No que concerne aos sócios em nome coletivo, Jaime Planas Coronellas manteve a sua anterior posição de gerente e administrador técnico⁸³, registando-se a entrada de mais três elementos para o referido grupo: Henrique Elias Balmã; Buenaventura Doria Capmany; Vitorino Planas Doria⁸⁴.

Coube ao primeiro, natural de Sabadell e trabalhador na fábrica conimbricense desde os primórdios, a responsabilidade do expediente financeiro⁸⁵. Ao segundo, filho do antigo sócio fundador Buenaventura Doria y Borrell e funcionário igualmente integrado na firma, o cargo diretivo limitou-se à supervisão das secções de tinturaria e de acabamento⁸⁶. A fiscalização do departamento de fição e tecelagem destinou-se a Vitorino Planas Doria (1884-1957)⁸⁷, filho primogénito de Jaime Planas Coronellas, que assumiu, pela primeira vez, posição na empresa aos 24 anos de idade, após ter frequentado formações no estrangeiro, mais propriamente no departamento têxtil da Universidade de Leeds (1905-1907) – conhecido como um dos centros europeus de excelência do sector dos lanifícios –, passando

⁸¹ AUC, Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.º 84, fls. 51 v. a 52.

⁸² AUC, Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.º 154, fls. 31 v. a 36 v.

⁸³ Art.º 9.º.

⁸⁴ Art.º 2.º.

⁸⁵ Art.º 11.º. Atenda-se às informações deixadas pelo seu neto Luís E. Elias Casanovas, in “A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara 1926-1956”, *I Encontro nacional sobre o património industrial*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 176.

⁸⁶ Art.º 12.º.

⁸⁷ Art.º 13.º.

ainda uma temporada na Alemanha, em Hannover, no intuito de aprofundar os conhecimentos técnicos já adquiridos⁸⁸.



Vitorino Planas Dória, s/d. (APPM).

Das mudanças registadas na referida escritura, evidencie-se o início de uma transição geracional, a partir da entrada de novos sócios com ligações familiares aos antigos e atuais membros, a integração, nos cargos de gerência e enquanto sócios paritários, de trabalhadores que ocupavam posições técnicas de referência – como foi o caso específico de Henrique Elias Balmã –, acrescentando ainda a mais-valia trazida por Vitorino Planas Doria através do *know-how* que adquiriu

⁸⁸ Daremos maior destaque à referida passagem pela Universidade de Leeds no capítulo IV da presente obra. Vitorino Planas Dória participou igualmente na fundação do MOAC (Movimento Operário de Apoio à Construção), deslocando-se, inclusivamente, aos locais onde se construam as casas modestas para os seus operários. Pertenceu também ao movimento internacional da UCIDT (União Católica Internacional dos Dirigentes do Trabalho). Por sua própria iniciativa, fundou, no Calhabé, a pequena Fábrica de Passamanarias de Coimbra (APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier).

no estrangeiro. A conjugação dos vetores do *modus operandi* advindo de Sabadell, da Covilhã e a que se juntou, a partir de 1909, as indústrias de Leeds, encontram-se na base do prolongamento do sucesso e da excelência, por muitos reconhecida, da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara⁸⁹.

Importa, de igual modo, evidenciar as alterações previstas no capital social da empresa, uma vez que se estabeleceu em 100 contos de réis⁹⁰, duplicando o numerário assente vinte anos antes, no contrato efetuado em 1889. A ampliação exponencial da referida rubrica verificou-se já no ano de 1914, ao fixar-se nos 150 contos de réis⁹¹. Dez anos mais tarde, o patamar elevou-se para uns significativos mil contos, o que permite retratar a capacidade comercial e financeira apresentada, nessa altura, pela própria firma⁹².

As alterações estruturais que acompanham o referido aumento do capital encontram-se incluídas na escritura de 9 de junho de 1924⁹³. Denota-se a ausência, por falecimento, de Buenaventura Doria Capmany⁹⁴ e a passagem a sócio comanditário por parte do fundador Jaime Planas Corronellas, abandonando, assim, de modo definitivo, as funções de gerente técnico ocupadas por si desde os primórdios da fábrica⁹⁵. Com este passo, a transição geracional, por fim, completou-se. Chegou a hora das novas gerações prosseguirem no comando da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara.

⁸⁹ No mesmo sentido, *vide* José Maria Amado Mendes, *A área Económica de Coimbra...*, p. 146-148.

⁹⁰ AUC, Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.º 154, fls. 31 v. a 36 v. (art.º 6.º).

⁹¹ AUC, Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.º 189, fls. 20 v. a 22.

⁹² Escritura de constituição da sociedade Planas & C.ª datada de 9 de junho de 1924 (AUC, Notário José Ferreira Figueiredo dos Santos, livro de notas n.º 251, fls. 5 v. a 8 v.).

⁹³ *Ibidem*.

⁹⁴ Faleceu no dia 23 de setembro de 1921.

⁹⁵ AUC, Notário José Ferreira Figueiredo dos Santos, livro de notas n.º 251, fls. 5 v. a 8 v. (art.ºs 1.º, 5.º e 6.º).

2. – As décadas de 1930 a 1950: memória e renovação

Na aproximação da data comemorativa dos 50 anos de atividade (1938), os responsáveis pela empresa relembrou, em comunicado, a odisseia percorrida até então, enaltecendo a papel fundamental daqueles que nela labutaram e, em particular, as diligências iniciais dos sócios fundadores: “Se atendermos à vida difícil que têm atravessado as realizações industriais portuguesas, particularmente nos lanifícios, o cincoentenário da Fábrica de Coimbra representa uma invulgar afirmação do valor conjunto dos seus dirigentes e dirigidos, pois todos se esforçaram através dos anos nem sempre fáceis e das circunstâncias quase nunca propícias, por elevar sem descanso o progresso e o prestígio deste estabelecimento fabril”⁹⁶.

Na referida década, as alterações ao compromisso societário foram residuais, remetendo-se apenas para entrada, oficializada a 17 de outubro de 1935, de Luís Elias Casanovas no cargo de sócio-gerente em substituição de seu pai Enrique Elias Balmã⁹⁷, cujos préstimos na firma foram louvados na seguinte forma: “[...] o sócio gerente Henrique Elias [...] deixou traçado, com a sua linha inflexível de trabalhador infatigável, pela sua capacidade e pela sua inteligência, um vinco profundo que não deverá permitir nunca o mínimo desvio que possa enfraquecer ou destruir essa grande obra em que o impulso individual, com tanta felicidade, tem conseguido desenvolver e conservar no primeiro plano, o mais amplo espírito de cooperação”⁹⁸.

O ano de 1939 ficou marcado pelo falecimento, com 91 anos de idade, de Jaime Planas Coronellas, descrito, pelos sócios então vigentes, como “[...] um incomparável exemplo de persistência e tenacidade”⁹⁹. Os meios de comunicação da cidade, em particular o periódico *Diário de Coimbra*, não deixaram de prestar a devida homenagem lembrando o seu papel no desenvolvimento comercial e

⁹⁶ Documento transcrito na íntegra in Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 193 a 194.

⁹⁷ APPM, Certidão autenticada da escritura de alteração do pacto social, 17 de outubro de 1935.

⁹⁸ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 193 a 194.

⁹⁹ *Ibidem*.

industrial da região: “A sua fábrica pode considerar-se a melhor do género no nosso país, rivalizando com as melhores do estrangeiro, pela especialidade do seu fabrico, em que emprega cêrca de 500 operários, quási todos portugueses, que ficam tendo pela memória do extinto a mais justificada saudade”¹⁰⁰.

O falecimento do último *sabadellense* instituidor da unidade fabril originou o *terminus* da categoria de sócios comanditários, através da escritura de 30 de dezembro de 1939, onde a Planas & C.^a se apresenta como sociedade em nome coletivo, gerida por Vitorino Planas Dória e Luís Elias Casanovas¹⁰¹. Ao dar conhecimento à comunidade da nova mudança societária, a partir de uma circular datada de 2 de janeiro de 1940, os dirigentes fizeram questão de evidenciar, como objetivo essencial, o prosseguimento até ao futuro alicerçado nos valores positivos adquiridos no passado: “[...] as tradições da nossa casa continuarão sendo mantidas pelos seus actuais titulares com o mesmo empenho e dedicação, de forma a merecer de todos a mesma estima e confiança que lhe asseguraram a honradez e o trabalho incansável dos seus antecessores”¹⁰².

Já no novo compromisso entre os associados, registado oficialmente em cartório no dia 4 de fevereiro de 1946, verifica-se a continuidade pela tipologia de uma sociedade em nome coletivo, com o capital social fixado em 1000 contos, mantendo-se o referido valor inalterável desde os idos de 1924. Juntaram-se aos dois sócios, já referidos anteriormente, os irmãos Eufrosino Castanhinha Dória e Jaime Dória, filhos do já falecido Buenaventura Doria Capmany e netos de Buenaventura Doria y Borrell, tal como Vitorino Planas Dória. Mais uma vez ressalta a matriz familiar no âmbito da gerência da fábrica, com os novos associados a entrarem, cada um, com a verba de 225 contos para o capital, sendo o restante assumido, equitativamente,

¹⁰⁰ “Necrologia. D. Jayme Planas Coronellas”, *Diário de Coimbra*, n.º 3126, 23 de novembro de 1939, p. 2.

¹⁰¹ APPM, Certidão autenticada da escritura de transformação da sociedade Planas & C.^a, 30 de dezembro de 1939.

¹⁰² APPM, Circular da Planas & C.^a, 2 de janeiro de 1940.

pelos sócios mais antigos, de modo a perfazer o valor indicado na escritura¹⁰³.

A 24 de novembro de 1953 regista-se o falecimento de Eufrosino Castanhinha Dória, considerado, “[...] um dos grandes artífices do prestígio da Fábrica, sendo dos melhores, senão o melhor, debuxador de lanifícios da sua geração [...]”, no parecer de Luís E. Elias Casanovas¹⁰⁴. Perante tal facto, foi necessária uma atualização do pacto entre os restantes sócios da unidade fabril, realizada a 28 de fevereiro de 1955, assentes nas notas do notário conimbricense Inácio Ferreira da Cunha, mantendo-se o valor anteriormente estipulado para o capital social¹⁰⁵.

As mortes de Jaime Castanhinha Dória, em 9 de junho de 1956¹⁰⁶ e, no ano seguinte, de Vitorino Planas Dória (30 de junho)¹⁰⁷ provocaram alterações significativas na direção da unidade fabril, a que se juntou o afastamento total de Luís Elias Casanovas, por já antever as dificuldades que o futuro dos lanifícios em Portugal, e da fábrica de Santa Clara em particular, teria com a emergência das unidades de confeção e do pronto-a-vestir¹⁰⁸. Entre saídas e decessos, podemos afirmar que se fechou um ciclo na gerência do estabelecimento fabril. Os novos tempos trarão novos donos, selecionados, uma vez mais, no seio familiar.

3. – A reorganização societária e a difícil situação financeira

Após o período fatídico de sucessivos falecimentos, a sociedade concentrou-se nas mãos dos herdeiros de Vitorino Planas Dória, dividindo-se pelas suas filhas Maria Irene Dória de Aguiar Planas Leitão, Maria Emília Dória de Aguiar Planas Raposo e Maria Vitorino

¹⁰³ APPM, Certidão autenticada da escritura de alteração do pacto social, 4 de fevereiro de 1946 (art.º 5.º).

¹⁰⁴ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 184.

¹⁰⁵ APPM, Certidão autenticada da escritura de alteração total do pacto social, 28 de fevereiro de 1955.

¹⁰⁶ APPM, Certidão autenticada da escritura de amortização de quinhão social, 16 de novembro de 1960.

¹⁰⁷ APPM, Certidão autenticada da escritura de declaração de óbito, 15 de julho de 1957. Igualmente publicada no *Diário do Governo*, III série, n.º 173, 26 de julho de 1957.

¹⁰⁸ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 180.

Dória de Aguiar Planas Meunier, casada com o engenheiro George Greenwood Meunier (1926-1996)¹⁰⁹. Este último tomará o comando da gestão da unidade fabril e, a 14 de dezembro de 1962, ascendeu ao estatuto de sócio a partir da compra das quota-partes pertencentes às irmãs da sua esposa (correspondente a 200 000\$00), pelo valor de 370 712\$08¹¹⁰. Como resultado da referida operação, a Planas & C.^a passou a apresentar-se com os associados Maria Irene Dória de Aguiar Planas Leitão, detentora de 50% do capital subscrito (500 000\$00), George Greenwood Meunier, possuidor de 200 000\$00, e com a própria empresa a subscrever a restante quantia (300 000\$00), de modo a atingir os 1 000 000\$00 já definidos oficialmente desde o ano de 1924¹¹¹.

Os antepassados do novo sócio-gerente encontram-se, de igual modo, na linha da tradição europeia da indústria dos lanifícios, mais propriamente da italiana. O seu trisavô León Meunier (1849-1889) nasceu em Verviers (Bélgica), embora fosse em Schio (Itália) que se destacou como projetista de máquinas industriais na conhecida fábrica de lanifícios Rossi¹¹². Do seu casamento com Melania Tonelli (1951-1925) nasceram seis filhos, entre eles Adriano Michele Vittore Meunier (1871-1914) – formado em engenharia na Scuola Technica Italiana –, que aos 21 anos (1892) deixou Schio e rumou a Portugal no intuito de supervisionar a montagem de novos maquinismos na fábrica covilhanense Campos Mello & Irmão. No ano seguinte contraiu matrimónio com Maria da Luz Dória, filha do catalão Buenaventura Doria y Borrell e permaneceu na citada unidade fabril como “diretor de trabalhos”, saindo, anos mais tarde, para novos trabalhos, desta vez nas minas da Panasqueira. Viveu ainda em Lisboa, na Rua Duque de Palmela, empregando-se como representante, no país, da importante firma de produtos têxteis *Harker, Sumner & C.*¹¹³.

¹⁰⁹ APPM, Certidão autenticada da escritura de declaração de óbito, 15 de julho de 1957.

¹¹⁰ APPM, Certidão autenticada da escritura de partilhas e cessão de capital, 14 de dezembro de 1962.

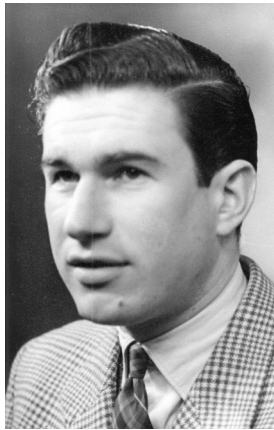
¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² O pai de Léon Meunier, Michel Meunier, deteve a patente de uma máquina urdiadeira (APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier).

¹¹³ APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier.

O seu filho Mário Leão Dória Meunier (1894-1969) – pai de George Greenwood Meunier – traçou o caminho inverso, ao nascer na Covilhã e rumar a Itália com o objetivo de frequentar o equivalente ao ensino secundário. Após ter obtido o diploma em engenharia mecânica da Universidade de Manchester, voltou, em 1920, ao país de origem desenvolvendo o seu ofício na fábrica de lanifícios Fiandeira, sita em Oeiras, onde chegou a tornar-se sócio¹¹⁴.

George Greenwood Meunier cursou, de igual modo, o ensino superior em Manchester, desta vez em engenharia eletrotécnica, e, já em Lisboa, trabalhou inicialmente na área técnica da Ford Lusitana. O matrimónio com Maria Vitorino Dória de Aguiar Planas (1923-1991)¹¹⁵ levou-o, após a morte do seu sogro, à posição de sócio-gerente da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, função pela qual se dedicou a tempo inteiro.



George Meunier, s/d. (APPM).

Já na vigência da sua governança na referida unidade fabril, destaca-se a elevação do capital social da empresa a 25 de julho

¹¹⁴ Do casamento com Lydia Florence Stephenson Greenwood (1899-1934), natural de Warrington (Manchester), nasceram cinco filhos: Doris Gabriella; June; Dulcie; George e Vivian Mary (APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier).

¹¹⁵ Tiveram três filhos: Pedro João Planas Meunier, Lídia Maria Planas Meunier e Paulo José Planas Meunier (*Ibidem*).

de 1968, passando dos 1 000 000\$00, estabelecidos inicialmente em 1924, para o valor, totalmente realizado, de 2 400 000\$00, com a divisão pelos sócios a estabelecer-se da seguinte forma: a sócia Maria Vitorino Dória de Aguiar Planas assumiu, em seu nome, a quantia de 1 618 000\$00, correspondente a 67% do capital; o gerente George Greenwood Meunier fixou a sua quota-parte em 482 000\$00 (equivalente a 20% do capital); e coube à própria sociedade a manutenção dos 300 000\$00 (12%) já assumidos desde o ano de 1962¹¹⁶.

Registe-se, em menos de dois anos volvidos – mais propriamente a 5 de agosto de 1970 –, uma nova subida substancial do capital, assente nos 6 000 000\$00, mantendo-se a mesma fração da Planas & C.^a (300 000\$000 – 5%) e aumentando os valores correspondentes à sócia Maria Vitorino Dória de Aguiar Planas (4 138 000\$00 – 69%) e ao sócio-gerente George Greenwood Meunier (1 562 000\$00)¹¹⁷.

Quadro 1 – Aumentos do Capital Social da Firma Planas & C.^a

Ano	Valor (Réis/Escudos)
1888	12 000\$000
1889	50 000\$000
1909	100 000\$000
1914	150 000\$00
1924	1 000 000\$00
1968	2 400 000\$00
1970	6 000 000\$00

Fontes: AUC, Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 52, fls. 22 e 23 v.; Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.º 55, fls. 87 a 91; Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.º 154, fls. 31 v. a 36 v.; Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.º 189, fls. 20 v. a 22; Notário José Ferreira Figueiredo dos Santos, livro de notas n.º 251, fls. 5 v. a 8 v.; APPM, Certidão autenticada da escritura de aumento de capital, 25 de junho de 1968; Certidão autenticada da escritura de aumento de capital, 5 de agosto de 1970.

¹¹⁶ APPM, Certidão autenticada da escritura de aumento de capital, 25 de junho de 1968.

¹¹⁷ APPM, Certidão autenticada da escritura de aumento de capital, 5 de agosto de 1970.

Os esparsos registos contabilísticos que chegaram até nós reportam-se, sobretudo, aos anos de 1960 – em particular a 1961 e a 1969 –, permitindo-nos, deste modo, certificar a situação financeira da firma e, ao mesmo tempo, compreender as decisões tomadas no início da década seguinte. O valor total da rubrica *Balanço* de 1961 – calculado a 31 de dezembro do referido ano – fixou-se em 20 590 641\$73, onde se inclui o lucro geral do exercício assente em 26 461\$46. No desenvolvimento da conta *Ganhos e Perdas*, verifica-se que os ganhos auferidos com a fabricação e venda de produtos foram de 3 783 976\$26 e as *Despesas Gerais* detiveram-se nos 297 355\$40, sendo 48,62% do referido valor (114 577\$40) encaminhado para o pagamento de ordenados. No que compete aos principais credores, saliente-se a existência de vários pagamentos aos maiores bancos do país, com 3 470 000\$00 a reportarem-se a financiamentos de carácter geral, e 317 000\$00 especificamente canalizados para a compra de imobilizado (máquinas e utensílios). Inseridos, de igual modo, no rol de credores/fornecedores encontram-se importantes casas comerciais e industriais da região das Beiras, tais como a Auto-Mecânica da Beira, Ld.^a, a Industilã, Ld.^a e a Fiandeira do Avelar S.A.R.L.¹¹⁸.



Logotipo da Planas & C.^a, 1967 (APPM).

Na comparação possível com os valores registados em 1969, é notória a diminuição significativa do valor da unidade industrial, uma vez que o *Balanço* se fixou em 1 780 450\$98, com a conta *Ganhos e Perdas* a registar um prejuízo de 55 793\$75. O volume de fabrico e de

¹¹⁸ APPM, Balanço da firma Planas & C.^a em 31 de dezembro de 1961.

vendas encolheu 88% para a fasquia dos 458 335\$30, registando-se ainda o aumento das *Despesas Gerais* para os 466 892\$80¹¹⁹.

A solvabilidade da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara encontrava-se comprometida e urgia uma tomada de posição por parte da gerência. A crise não se cingiu somente à unidade conimbricense e deverá ser englobada num todo nacional e internacional do referido sector, uma vez que a massificação do pronto-a-vestir e a emergência das fábricas de confeção tornaram, de certo modo, obsoletos os métodos de negócio baseados, sobretudo, na venda de fazendas a grandes armazéns.

A alteração estrutural do mercado dos lanifícios já se notara nos finais dos anos de 1950 e tornou-se irreversivelmente mais forte na década seguinte. Seguindo o raciocínio de Luís E. Elias Casanovas, o *prêt-à-porter* “[...] iria exigir uma abordagem diferente dos métodos de produção. A variedade e a qualidade dos mostruários deixava de ser factor de preferência, as máquinas exigiam outros argumentos, estabilidade de dimensões, facilidade de corte e preço... Deixava de ser importante conseguir que o preto não tivesse laivos de azul, produzir tecidos de toque macio inalterável, mesmo para fazendas tintas em peça. Tal como os artesãos que ajudara a eliminar, a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara ia ser obrigada a reformular a sua forma de trabalho para produzir mais, mais depressa e mais barato, para tentar responder à solicitação de um mercado cada vez mais competitivo e menos sensível às simples gradações de cinzento de uma flanela”¹²⁰.

A fundação, oficializada em 30 de Janeiro de 1970, da Dislan, Distribuidora de Lanifícios Santa Clara, Ld.^a, como unidade integrada na Planas & C.^a, tornou-se a resposta mais visível e direta, ainda que manifestamente tardia, face às novas exigências do mercado e dos consumidores. A justificação da própria empresa é elucidativa e não deixa margem para dúvidas sobre o momento da criação e o alcance do novo empreendimento: “Resolvemos assim criar o nosso próprio armazém de distribuição, constituindo uma nova sociedade associada [...] que na qualidade de armazenista começou a comer-

¹¹⁹ APPM, Balanço em 31 de dezembro de 1969.

¹²⁰ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 180.

cializar directamente os nossos lanifícios, mas porque o mercado se encaminhava já e com força para o Pronto-a-Vestir, entendemos que devíamos formar a nossa própria indústria de confecção de fatos, casacos e calças de homem [...]. Assim, Planas & C.^a fabrica o lanifício e a Dislan, Ld.^a comercializa quer a fazenda a metro, quer na forma de Pronto-a-Vestir [...]”¹²¹.



Logotipo da Dislan, 1971 (APPM).

Registada como sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, a firma anexa deteve a sua sede no mesmo edifício da casa-mãe, apresentando um capital social estabelecido nos 300 000\$00, com a maior quota-parte pertencente à própria Planas & C.^a (270 000\$00 – equivalente a 90%), restando somente 10% nas mãos do sócio dirigente George Greenwood Meunier (30 000\$00)¹²². O seu tempo de vida foi manifestamente curto, uma vez que os “novos tempos” e as “novas vontades” trouxeram mudanças substâncias na vida política, económica e social do país.

4. – Da revolução ao termo de um percurso

A “Revolução dos Cravos”, iniciada na madrugada de 25 de Abril de 1974, terminou com 41 anos de Estado Novo e lançou as bases para a instituição de um novo contexto político sedimentado numa democracia plural e representativa. O intitulado “período revolucionário”, que podemos balizar entre os anos de 1974 e 1975, não

¹²¹ APPM, Ofício da Planas & C.^a dirigido ao Ministério do Trabalho, 15 de junho de 1974.

¹²² APPM, Certidão autenticada da escritura da criação da Dislan – Distribuidora de Lanifícios Santa Clara Limitada, 30 de janeiro de 1970.

deixou de conter momentos de grande instabilidade económica e social inerente às próprias revoluções, uma vez que estas almejam cortar com as relações de domínio e autoridade do passado e instituir uma nova hierarquia de valores e comportamentos de acordo com o pensamento ideológico defendido pelos “arquitetos” do novo regime. Nos meandros económicos e nas relações produtivas, assistiu-se, entre outras medidas, à ocupação de terras agrárias, à nacionalização da banca – exceção feita às instituições de capital estrangeiro e às caixas económicas e mutualistas –, dos seguros, ao aumento significativo do salário mínimo, bem como ao desmantelamento, e conseqüente passagem para a alçada do Estado, dos grandes grupos económicos do país.



Logotipo da Planas & C.^a, 1974 (APPM).

A instabilidade vivida afetou igualmente as pequenas e médias empresas do foro privado, como foi o caso paradigmático da Planas & C.^a, que não conseguiu colher os frutos da reestruturação efetuada anos antes, sobretudo com a entrada em funcionamento da Dislan, Ld.^a. Num extenso ofício enviado ao Ministério do Trabalho, de 15 de junho de 1974, a unidade fabril conimbricense expõe, nos seguintes moldes, as dificuldades de solvabilidade então vividas: “Actualmente, e devido à conjuntura económica nacional, aliado aos grandes inves-

timentos efectuados nas nossas empresas, estamos a viver uma tal dificuldade de sobrevivência, que a nossa situação é muito grave e crítica. Vários factores negativos têm contribuído para esta situação, tais como elevados juros bancários resultante de financiamentos solicitados para desenvolvimento das nossas empresas, contribuições e impostos elevados, matérias-primas de custos altos e uma diminuição substancial de vendas resultantes do actual grave momento económico que atravessamos, o que nos impossibilita de continuar, se rapidamente não obtivermos apoio financeiro adequado”¹²³.

A preocupação com o pagamento dos ordenados de 215 trabalhadores a seu cargo fez-se igualmente notar, uma vez que já não existia verba suficiente para colmatar a referida despesa corrente, sendo esta uma das causas invocadas para a necessidade de um apoio imediato por parte das instâncias estatais¹²⁴. Conquanto fosse devidamente planificado durante o segundo semestre de 1974 e os inícios do ano seguinte, o processo de recuperação e dinamização da empresa, elaborado por George Meunier e com a anuência dos principais credores – sobretudo as instituições de âmbito financeiro –, não produziu qualquer efeito capaz de anular as extremas dificuldades financeiras da firma e a sua falência tornou-se um dado certo e irreversível¹²⁵.

Ainda assim, verificou-se, da parte da comissão de trabalhadores, a tentativa de reabilitar a unidade industrial através da criação de uma cooperativa, registada com o nome de Clarcoop – Tecidos e Confeções Santa Clara, SCRL¹²⁶, acordando, em 1978, com o administrador

¹²³ APPM, Ofício da Planas & C.^a dirigido ao Ministério do Trabalho, 15 de junho de 1974.

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ Atenda-se à seguinte documentação: APPM, Ofício n.º 4742 da Caixa Geral de Depósitos dirigido à Planas & C.^a, 20 de dezembro de 1974; Ofício da Planas & C.^a dirigido aos credores, 17 de fevereiro de 1975; Ofício da Planas & C.^a dirigido aos credores, 26 de fevereiro de 1975; Ofício da Planas & C.^a dirigido aos credores, 6 de março de 1975; Ofício da Planas & C.^a dirigido à Caixa Geral de Depósitos, 22 de abril de 1975.

¹²⁶ À época, a referida cooperativa detinha um estatuto considerado provisório e só passou a definitivo a partir do mês de novembro de 1983 (APPM, Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, Nota de Registo, 24 de novembro de 1983). *Vide*, igualmente, AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Informação de 2 de março de 1979; Ofício da Clarcoop para a Direcção da Delegação de Coimbra do Ministério da Indústria e Tecnologia, 4 de abril de 1979.

da massa falida da Planas & C.^a, o aluguer do espaço sito no antigo convento de São Francisco e a utilização das máquinas, utensílios e móveis existentes, de modo a prosseguirem com a atividade de fabrico de lanifícios e de confeção de vestuário masculino¹²⁷.



Logotipo da Clarcoop, 1979 (APPM).

A citada firma trabalhou até finais de 1994¹²⁸ e encontrou-se oficialmente em regime de laboração suspensa já no ano seguinte¹²⁹, terminando, deste modo, a existência de 106 anos da indústria de lanifícios no lugar do antigo Rossio de Santa Clara. A sua História, embora não sinalizada visualmente no local, não deixa de conter uma importância relevante para a industrialização da cidade de Coimbra e o ato de a recordar, através dos seus principais dirigentes e gestores, remete-nos para um novo empilhar das várias pedras encontradas pelo caminho que serviram de alicerces ao seu “castelo”.

¹²⁷ APPM, Contrato de aluguer, 1 de janeiro de 1978.

¹²⁸ AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da CENEL dirigido à delegação Regional da Indústria e Energia do Centro, 2 de março de 1995.

¹²⁹ AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Delegação Regional da Indústria e Energia do Centro dirigido à Clarcoop, 24 de abril de 1995.

Capítulo III

Espaços e equipamentos industriais



*Como se os metais fossem carne do corpo
e as veias se abrissem
àquela vida estranha, dura, implacável
das máquinas.*

*Os motores de tantos mil cavalos
alinhados e seguros de si,
seguros do seu poder;*

*As articulações subtis das bielas,
o enlace justo das engrenagens:
a fábrica, todo um imenso corpo de movimentos
concordantes, dependentes, necessários.*

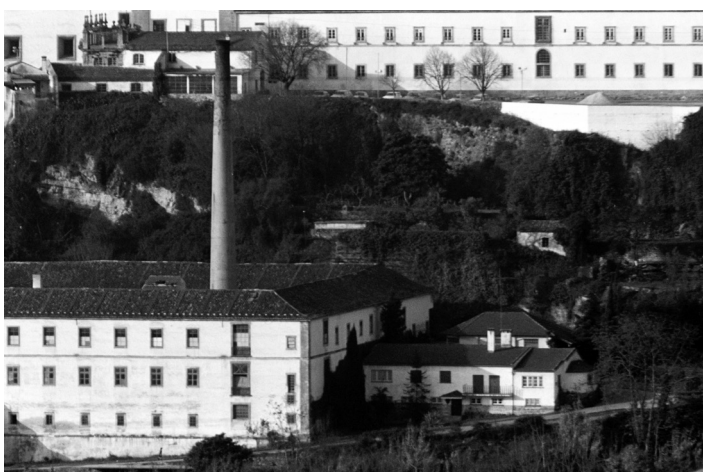
Joaquim Namorado

Capítulo III

Espaços e equipamentos industriais

1. – De um convento se fez uma fábrica

Na atualidade, ao examinarmos a fachada do antigo convento de São Francisco de Coimbra, os códigos semióticos nela presentes transportam-nos para a sua função original de *locus religiosus*, onde a contemplação ao ente divino e uma vida regrada em comunidade se uniram sob o lema *Pax et Bonum*. A decisão, tomada na década de 1990, pela retirada da chaminé industrial fez com que se purgasse do exterior a memória de uma outra utilidade específica, embora não original, que perdurou no edifício por mais de uma centúria de existência.



Pormenor da chaminé da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. Finais da década de 70 do século XX (APPM).

Além de um complexo conventual, o imóvel mais imponente do antigo Rossio de Santa Clara acolheu, anos após a saída dos frades franciscanos, uma unidade fabril dedicada aos lanifícios, cujas marcas estruturais internas da sua existência pereceram com o devir do tempo. A aludida reutilização de um espaço de memórias e utilidades distintas – entre o primordial lugar da regra franciscana e o subsequente local de trabalho industrial – não se constitui num elemento isolado da especificidade histórica da indústria portuguesa ou até mesmo europeia. São vários os exemplos de mosteiros, conventos ou igrejas que, após a desamortização e conseqüente extinção das ordens religiosas masculinas, implementada em Portugal no ano de 1834, viveram “tempos de vésperas”, sendo, mais tarde, aproveitados pelos ímpetus provindos da tardia industrialização ocorrida no nosso país.

1.1. – A morada dos franciscanos conimbricenses

Os seguidores da regra instituída por São Francisco entraram na cidade de Coimbra em 1217, fixando-se, inicialmente, nas proximidades da pequena ermida de Santo Antão, numa circunscrição que podemos situar na atual igreja de Santo António dos Olivais¹³⁰.

O levantamento de instalações próprias iniciou-se 30 anos depois, a partir da edificação do complexo conventual junto à ponte, na margem esquerda do Mondego, próximo do hodierno estádio universitário. Mais tarde, em 1314, terá como vizinhança a morada das clarissas conimbricenses que professavam a mesma regra¹³¹. Se a intervenção do infante D. Pedro, já em 1247, nos parece fundamental no impulso dado à fundação e respetiva ereção do convento franciscano¹³², os contributos monetários deixados, em testamento, pela sua irmã D. Constança Sanches (falecida em 1269), auxiliaram na continuação da referida empresa. Em 20 de janeiro de 1362, a igreja foi sagrada por

¹³⁰ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, 1947, p. 90.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² Sandra Lopes, *O convento de São Francisco da Ponte: valor da arte coimbrã*, Coimbra GAAC, 1998, p. 13 a 14.

D. Vasco, antigo arcebispo de Toledo, assumindo, à época, o cargo de administrador da Diocese conimbricense¹³³.

A austera vida quotidiana presente no medievo convento de São Francisco da Ponte contou, desde cedo, com as várias intempéries trazidas pelo Mondego, entre o assoreamento do leito e as consequentes inundações das margens. Da representação gráfica de Coimbra de George Hoefnagel, datada de 1581, transparecem tais dificuldades, uma vez que as águas ladeiam, já com alguma perigosidade, o seu edifício, bem como o análogo cercano pertencente às clarissas. Na mesma fonte documental são visíveis os resultados nefastos das investidas fluviais, através da representação do mosteiro de Santa Ana – morada das cónegas regrantes de Santo Agostinho – já em ruínas, totalmente cercado por água, uma autêntica ilha no leito do Mondego.



Gravura da cidade de Coimbra nos finais do século XVI, da autoria de George Hoefnagel. Atenda-se à representação do convento de São Francisco, no canto inferior direito (BMC).

¹³³ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Op. cit.*, p. 90.

O abandono efetivo das instalações franciscanas medievais ocorreu nos últimos anos do século XVI¹³⁴. Na centúria seguinte, mais propriamente a 2 de maio de 1602, lançou-se a primeira pedra para a edificação de um novo complexo conventual, nos terrenos na margem esquerda do rio, em local mais defensável das suas investidas, numa cerimónia presidida pela autoridade do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco¹³⁵. Graças às esmoladas recolhidas pelos fiéis, a construção do espaço foi avante, permitindo, já a 29 de novembro de 1609, a passagem dos religiosos para as novas instalações, ainda em fase de edificação. Os factos aqui apresentados – lançamento da empreitada, a recolha de esmoladas e o início da ocupação – encontram-se escritos na pedra das três entradas que dão acesso à igreja, numa atitude que pretendeu fixar no espaço físico os passos basilares da nova edificação¹³⁶.



Epígrafe que invoca a construção do novo convento de São Francisco
(foto de António Cal Gonçalves).

¹³⁴ Carmen Pereira, *Igreja do Convento de S. Francisco: a importância dos registos*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, p. 3.

¹³⁵ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Op. cit.*, p. 90; António Pimentel, “As empresas artísticas do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco”, *Mundo da Arte*, n.ºs 8 e 9, julho-agosto de 1982, p. 63.

¹³⁶ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Op. cit.*, p. 90.

Em termos estético-estilísticos, podemos enquadrar a nova construção conventual nos cânones estéticos do maneirismo, bem presentes na fachada do edifício, de cuja descrição se encarregou o historiador de arte António Nogueira Gonçalves nos seguintes modos: “A frontaria da igreja, grande mas de simples composição de pilastras, divide-se em três zonas: a baixa, com os cinco arcos do átrio; a das janelas, mais estreita, acolitada de dois torreões cheios, terminados em obeliscos; a terminal, só com o grande nicho, onde se encontra uma fraca escultura da Senhora da Conceição, acompanhado de duas outras menores e independentes, S. Francisco e outro santo da Ordem [Santo António]. A sineira fica recuada da linha da fachada; mostra uma ventana grande e, como apenso, uma outra muito menor, para sineta”¹³⁷.



Fachada principal do convento de São Francisco (foto de António Cal Gonçalves).

O programa estabelecido para o interior da igreja consubstanciou-se numa nave de grandes dimensões, ladeada por três capelas laterais

¹³⁷ *Idem*, p. 91.

em cada lado, com ligação à zona conventual no lado da Epístola, localizando-se ainda, sobre o nártex, um coro alto que detinha passagem para os espaços privados dos frades franciscanos¹³⁸.



Interior da igreja do convento de São Francisco (foto de António Cal Gonçalves).

Importa, de igual modo, compreender as restantes dependências que ladeavam a igreja, insertas numa fachada de três filas de janelas colocadas de modo simétrico. Neste quadrante encontram-se a casa do capítulo, a livraria (ou biblioteca), oficinas, os corredores dos dormitórios e respetivas celas, o claustro e nas suas proximidades

¹³⁸ Coube à Ordem Terceira, fundada em 1659, a primeira capela disposta no lado do Evangelho, onde se invocaram os Santos Mártires. Mais tarde, já na centúria seguinte (1743), inaugurou-se a construção, em terreno anexo ao convento, de uma capela própria (da Nossa Senhora da Conceição) afeta ao culto da referida ordem, cujo acesso se efetuava a partir da igreja conventual dos franciscanos, numa solução encontrada que não deixou de gerar vários conflitos entre as duas organizações. Em 1785, a Ordem Terceira vagou em definitivo a capela de Nossa Senhora da Conceição, instalando-se na igreja de São Cristóvão (Carmen Pereira, *Op. cit.*, p. 4 e 5).

outras demarcações de intuito doméstico, identificadas como sendo a cozinha, a dispensa, o ante-refeitório, o lavabo e o refeitório¹³⁹.

Na cerca do convento instalou-se uma pequena ermida, provavelmente dedicada a São João Batista, cuja datação surge marcada na entrada com o ano de 1624¹⁴⁰. Ainda no exterior, desta vez no adro de acesso à igreja, situou-se um cruzeiro datado da mesma centúria que a edificação do convento, embora, por razões de alteração do trajeto viário¹⁴¹ e, mais tarde, do foro estritamente funcional – uma vez que se achava implementado à entrada da fábrica –, este fosse apeado do local primitivo¹⁴².



Claustro do convento de São Francisco (foto de António Cal Gonçalves).

A ocupação dos espaços conventuais pelos frades franciscanos foi interrompida abruptamente pela lei da extinção das ordens religiosas, assinada por Joaquim António de Aguiar, em 30 de maio de

¹³⁹ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Op. cit.*, p. 90; Sandra Lopes, *Op. cit.*, p. 24.

¹⁴⁰ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Op. cit.*, p. 90.

¹⁴¹ *Ibidem*; Carmen Pereira, *Op. cit.*, p. 9.

¹⁴² *Ibidem*.

1834¹⁴³. Antes mesmo da referida data que modificou, sobremaneira, a vida dos seguidores da regra monástica assentes por todo o país e, em particular, o contexto religioso da própria cidade de Coimbra, não deverão ser esquecidas as vicissitudes que ocorreram no complexo conventual nos inícios de Oitocentos, sendo ocupado pelas tropas gaulesas – durante as invasões francesas a Portugal (1807-1811) –, que dele improvisaram um hospital de campanha militar.

Descobertas arqueológicas recentes confirmam a presença do referido contingente, uma vez que se exumaram, em valas comuns, cerca de 600 indivíduos do sexo masculino, cujos vestígios da sua indumentária nos reportam indubitavelmente para um contexto militar. Alguns relatos da época afixam que foi a própria população conimbricense responsável por tais assassinatos, uma vez que após a saída para sul dos soldados liderados por André Masséna, os feridos da Batalha do Buçaco foram deixados nos aludidos hospitais, à mercê da fúria da população. Tais episódios da história da cidade ainda não se encontram devidamente esclarecidos, revestindo-se mais de “sombras” do que de “luzes”, faltando ainda compreender a situação dos próprios frades franciscanos perante a ocupação do seu *locus* matricial¹⁴⁴.

Com a passagem dos bens religiosos das casas masculinas para o Estado, através do já referido decreto de 1834, o convento de São Francisco viveu tempos novamente tumultuosos, com a saída definitiva dos seus ocupantes, sujeitando-se, num período inicial, ao abandono e à rapacidade¹⁴⁵. Deste modo, o ciclo primordial fechou-se e um novo se abriu, onde o murmúrio das orações e de vida em comum ditada por uma regra será substituído pelos sons industriais das máquinas e dos trabalhadores.

¹⁴³ Decreto de 28 de maio de 1834, *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua magestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das camaras legislativas*, terceira serie, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835, p. 134.

¹⁴⁴ Atenda-se ao vídeo noticioso “600 esqueletos encontrados em obras no Convento de São Francisco”, URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/600-esqueletos-encontrados-em-obras-no-convento-de-sao-francisco_v613001 (acedido no dia 13/03/2016).

¹⁴⁵ Vergílio Correia e António Nogueira Gonçalves, *Op. cit.*, p. 90; Carmen Pereira, *Op. cit.*, p. 8.

1.2. – Adaptação a um templo dedicado ao trabalho industrial

Após um período inicial de abandono, José Melo Soares de Albergaria, no ano de 1842, comprou o convento franciscano ao Estado por 4410\$000 réis. A partir de 1854, a igreja propriamente dita adquiriu o estatuto de sede da nova freguesia de Santa Clara, fundada no mesmo ano, estendendo-se nesta função até ao ano de 1872¹⁴⁶.

A tentativa, já aqui aludida, da instalação da Fábrica de Fiação e Tecidos de Coimbra levou a que, a partir de 1875, se iniciassem obras de adaptação em todo o complexo arquitetónico, com vista a albergar uma unidade fabril¹⁴⁷. Muitos dos vestígios da *utilitas* anterior foram retirados e postos à venda a quem fizesse melhor preço, como demonstram os vários anúncios colocados nos periódicos citadinos, despojando-se de “[...] columnas balaustradas de jacarandá, altares, retabulos e outros objectos existentes na igreja de S. Francisco da Ponte”¹⁴⁸. Das empreitadas efetuadas destacam-se, como já referimos anteriormente, a própria construção da chaminé industrial e a montagem dos maquinismos¹⁴⁹ que nunca viriam a funcionar, dada a insolvência da firma e conseqüente processo de liquidação, que se arrastou por vários anos¹⁵⁰. Ainda assim, tal como se encontra publicitado nos anúncios de venda, o espaço ficou apetrechado, do ponto de vista industrial, de uma “[...] casa para machinas, macissos para montagem do motor, dois salões com 119 m de comprimento e 10 m de largura e outras casas que poderão ser destinadas para armazens, habitação de guardas, etc”¹⁵¹.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ Atenda-se ao que escrevemos sobre o assunto no capítulo I do presente estudo.

¹⁴⁸ “A Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2956, 5 de agosto de 1875, p. 3. *Vide* igualmente “Anúncios”, *O Conimbricense*, n.º 2917, 10 de junho de 1875, p. 3.

¹⁴⁹ Atenda-se ao que escrevemos sobre o assunto no capítulo I do presente estudo. *Vide*, de igual modo, ao artigo “Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3120, 23 de junho de 1877, p. 4.

¹⁵⁰ “Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3411, 13 de abril de 1880, p. 2; Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de Fiação”, *O Conimbricense*, n.º 3447, 17 de agosto de 1880, p. 2; Joaquim Martins de Carvalho, “Companhia de Fiação de Tecidos”, *O Conimbricense*, n.º 3489, 11 de janeiro de 1881, p. 1.

¹⁵¹ “Companhia de Fiação e Tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3620, 22 de abril de 1882, p. 4.

Em maio de 1882 realizou-se a venda, pela quantia de 10 200\$000 réis, do antigo convento ao capitalista José Lopes Guimarães¹⁵² que, em algumas dependências, estabeleceu um armazém com vista a depositar os chamados “[...] vinhos de embarque”¹⁵³. Uma quota-parte do edifício surge igualmente ocupada, em 1887, pela fábrica de massas de José Vitorino de Miranda¹⁵⁴ e só no ano seguinte a firma Peig, Planas & C.^a tomou para si o restante espaço, através de um contrato de arrendamento por cinco anos – e com mais cinco de opção – a iniciar no dia 1 de abril de 1888¹⁵⁵. Seguindo a descrição assente no periódico *O Conimbricense*, coube aos novos arrendatários a “[...] parte do edificio no lado da frente, que comprehende o grande salão, com columnas de ferro, obra da extinta *Companhia de fiação e tecidos*; da casa em seguida, que foi livraria; da parte do norte, no mesmo andar até à porta que dá entrada para este andar pela cerca; da primeira casa, que fica à direita da referida porta, até à casa que foi refeitório; e da casa que era chamada do capitulo, que fica no angulo nascente e sul do claustro. Além de tudo isto podem ainda dispor de alguns logradouros”¹⁵⁶.

Após a confirmação do arrendamento do espaço, iniciaram-se, ainda em março de 1888, os processos de aquisição, maioritariamente no estrangeiro, das máquinas de produção industrial, almejando-se um início de atividade em pleno já para o mês de agosto do mesmo ano¹⁵⁷. Entre o desejado e o efetivamente concluído sobraram ainda alguns meses, uma vez que a vinda do maquinismo de diferentes

¹⁵² “Convento de São Francisco”, *O Conimbricense*, n.º 3631, 30 de maio de 1882, p. 3. Sobre o referido capitalista, vide José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 45.

¹⁵³ “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4232, 17 de março de 1888, p. 1.

¹⁵⁴ “Nova fabrica de massas”, *O Conimbricense*, n.º 4158, 2 de julho de 1887, p. 3; “Fabrica de massas de S. Francisco”, *O Conimbricense*, n.º 4251, 13 de março de 1888, p. 1; “Fabrica de massas alimentícias em Santa Clara”, *O Conimbricense*, n.º 4300, 10 de novembro de 1888, p. 4.

¹⁵⁵ “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4232, 17 de março de 1888, p. 1.

¹⁵⁶ *Ibidem*.

¹⁵⁷ *Ibidem*; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4240, 14 de abril de 1888, p. 1.

pontos da Europa acarretou uma larga carga burocrática, com paragens demoradas em postos alfandegários, adicionando-se ainda a complexidade inerente ao transporte dos equipamentos de grande formato¹⁵⁸. Quanto às características dos maquinismos comprados, esboça-se uma pequena lista do que se conhece e, desde logo, se comprova, por parte dos sócios gerentes, um conhecimento do que de melhor se fazia no sector fora de portas, apostando em material de qualidade, fabricado nos grandes epicentros europeus do sector dos lanifícios:

- a) 1 máquina a vapor de 60 cv e caldeira, executada na fábrica *Nuevo Vulcano* de Barcelona, com sistema *Wolf* aperfeiçoado;
- b) 2 máquinas de cardar, compradas em Anvers, na Bélgica (300 fusos);
- c) 2 máquinas de fiar, provindas de Manchester (300 fusos);
- d) 20 teares mecânicos: 3 originários da Alemanha; 2 de Manchester (sistema *Knowles*), 14 em Chemnitz (Saxónia), na fábrica H. Harmman (dos quais 4 com o sistema Jacquard e 10 lisos) e 1 de Sabadell¹⁵⁹;
- e) 1 jogo de cardas de lã, fabricadas em Verviers (Bélgica);
- f) 2 fiações *selfactings*, oriundas de Cleckheaton (Inglaterra);
- g) 1 máquina *selfacting* para estambre de 400 fusos, vinda da fábrica de Platt (Inglaterra);
- h) 1 máquina de torcer o fio de estambre, com 200 fusos, montada em Chemnitz (Saxónia);
- i) 1 tesoura (adquirida no estrangeiro);
- j) 1 pisão (adquirido no estrangeiro);
- k) 1 percha (adquirido no estrangeiro);
- l) bombas de elevação de água;
- m) 1 lavadeira (adquirida no estrangeiro);
- n) 1 hidroextrator (adquirido no estrangeiro)¹⁶⁰.

¹⁵⁸ “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4284, 15 de setembro de 1888, p. 2.

¹⁵⁹ Foi intenção inicial aumentar o número de teares para 25. Vide “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1.

¹⁶⁰ “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4232, 17 de março de 1888, p. 1; “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4242, 21 de abril de 1888,

Ao debruçarmo-nos sobre as características da máquina a vapor adquirida, que foi alvo de várias menções no periódico *O Conimbricense*, os dados compulsados demonstram que esta apresenta a maior potência existente na cidade de Coimbra à data de junho de 1888 (60 cv), ficando a grande distância das restantes inventariadas, como se observa no Quadro 2.

Quadro 2 – Máquinas a Vapor em Coimbra, em junho de 1888

Estabelecimento/Proprietário	Morada	Produção	Cavalos
Peig, Planas & C. ^a	Santa Clara (convento de São Francisco)	Lanifícios	60
José Clemente Pinto	Entrada da cidade, do lado Norte	Massas	40
Manoel Gomes Leite	Arnado	Moagem	25
José Vitorino Miranda	Santa Clara (convento de São Francisco)	Massas	15
Bernardo António de Oliveira	Rua Direita	Massas	12
António Ferreira de Sousa	Rua da Moeda	Vidro	8
António José Alves Borges	Rua das Solas	Fundição	6
José Alves Coimbra	Rua das Solas	Fundição	4
Herdeiros de José Marques Manso	Edifício da Estrela	Massas	4
Escola Central de Agricultura	São Martinho do Bispo	—	4
Eduardo Augusto Ribeiro & C. ^a	Rua da Madalena	Serralharia	3
Francisco Costa	Paço do Conde	Serralharia	3
Albino dos Santos Nogueira Lobo	Rua Direita	—	1

Fonte: “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4268, 21 de julho de 1888, p. 1 e 2; “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4269, 24 de julho de 1888, p. 2.

Os testes efetuados ao equipamento a vapor foram tidos (e descritos) como grandes acontecimentos da cidade, chegando a ser ponderado dirigir convite, para a assistência de tais experiências,

p. 1; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2; “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4298, 3 de novembro de 1888, p. 1; “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4311, 22 de dezembro de 1888, p. 1.

ao diretor das Obras Públicas do distrito¹⁶¹. Ultrapassada a fase dos primeiros ensaios¹⁶², o dispositivo entrou em pleno funcionamento nos primeiros dias de outubro do referido ano de 1888¹⁶³, ao mesmo tempo que se testou a capacidade de laboração das restantes máquinas, usando-se, como matéria-prima, lã vinda de França especialmente para o efeito¹⁶⁴.

As informações sobre a disposição dos equipamentos industriais no antigo convento de São Francisco são, neste período de funcionamento, muito parcas. Contudo, sabe-se que no salão principal foram colocados 3 teares vindos da Alemanha, juntamente com 2 fiações *selfactings*, providas de Cleckheaton, cada uma com, pelo menos, 22 metros de comprimento. As atividades respeitantes à tinturaria e à lavagem das lãs remeteram-se, inicialmente, para a antiga sala do capítulo¹⁶⁵.

Após a fase de testes e de funcionamento ainda condicionado, que perdurou pelos meses de outubro e novembro, nos inícios de dezembro de 1888 anunciou-se à cidade, através d' *O Conimbricense*, a plena laboração de todos os maquinismos da fábrica, deixando-se igualmente votos de prosperidade aos novos empresários da cidade de Coimbra¹⁶⁶. O período inicial revelou-se auspicioso, ainda que, já nos inícios de 1890, a produção não conseguisse satisfazer todas as encomendas, mesmo trabalhando de dia e de noite. Segundo opinou o jornalista Joaquim Martins de Carvalho, “[...] apesar da vastidão do edifício de S. Francisco, como nelle se acha tambem estabelecida uma fabrica de massas, não podem os srs. Peig, Planas & C.^a dar a ampli-

¹⁶¹ “Nova fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 3.

¹⁶² “Fábrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2.

¹⁶³ “Fábrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4289, 2 de outubro de 1888, p. 2.

¹⁶⁴ “Fábrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2. *Vide* igualmente “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4298, 3 de novembro de 1888, p. 1. A produção da referida unidade fabril (quantidade, qualidade, linhas e segmentos) será abordada no capítulo IV do presente trabalho de investigação.

¹⁶⁵ “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1; “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4298, 3 de novembro de 1888, p. 1.

¹⁶⁶ “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4307, 7 de dezembro de 1888, p. 1.

tude necessaria ao trabalho. Em todo o caso vae alli ser introduzida uma machina de fiar e outra de torcer”¹⁶⁷. Anuncia-se igualmente a pretensão de iluminar todo espaço com luz elétrica, ainda que em moldes provisórios, facilitando, deste modo, o trabalho em período noturno¹⁶⁸. Presume-se que a iluminação permanente do recinto só tenha sido aplicada nove anos depois, atendendo a uma notícia redigida no periódico *Resistência*, que dá conta de tal intenção por parte da firma¹⁶⁹.

1.3. – Um edifício de muitos proprietários



Entrada da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. Finais da década de 70 do século XX (APPM).

A partir de 1900, com a passagem da fábrica de massas de José Vitorino de Miranda para a margem direita do Mondego, na Avenida

¹⁶⁷ “Fabrica de Lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4419, 8 de janeiro de 1890, p. 1.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

¹⁶⁹ *Resistencia*, n.º 479, 24 de setembro de 1899, p. 2.

do Porto da Pedra¹⁷⁰, a companhia Planas & C.^a passou a constituir-se no único inquilino das instalações do antigo convento de São Francisco. O primeiro contrato de locação entre o senhorio (José Lopes de Guimarães) e um dos sócios firmou-se meses antes da fundação da firma, a 10 de fevereiro de 1888¹⁷¹. O valor do arrendamento foi fixado em 500\$000 réis anuais, a partir do acordo firmado em escritura de 4 de janeiro de 1895, apresentando-se como proprietários o conselheiro Emídio Navarro e Teresa Emília Lopes de Carvalho¹⁷². Estabeleceu-se, mais tarde, uma periodicidade na revisão da renda a pagar pela fábrica, como é observável no contrato estabelecido em 30 de maio de 1908, que fixou o prazo de 10 anos para a elaboração de um novo acordo entre as partes¹⁷³.

O constante aumento de arrendatários/herdeiros levou ao fracionamento da propriedade e, por conseguinte, da própria renda, tornando-se o ato de pagar as várias rendas um procedimento cada vez mais burocrático e até de difícil discernimento. A partir de fevereiro de 1923, a firma Planas & C.^a (em Comandita) iniciou o processo de compra de parcelas do próprio imóvel, que só terminaria no ano de 1970, data em que se tornou a única proprietária do antigo convento de São Francisco, onde sempre laborou. Numa análise contabilística a todo o processo de aquisição, confirma-se um dispêndio total de 2 254 593\$00 (a preços constantes de 1970), gastos em oito operações de aquisição distintas, ao longo dos anos 1923 e 1970 (Quadro 3).

¹⁷⁰ José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 203.

¹⁷¹ APPM, Apontamentos datilografados de George Greenwood Meunier.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ *Ibidem*.

Quadro 3 – Processo de compra do imóvel “convento de São Francisco”
pela Planas & C.^a

Data	Compradores	Vendedores	Preço	Parcelas vendidas
24-02-1923	Planas & C. ^a em Comandita	Manuel de Moura Coutinho e Esposa	30 000\$00	3/42
23-05-1923	Planas & C. ^a em Comandita	Herdeiros de Maria Cândida Xavier Lopes da Silva	24 000\$00	3/42
24-11-1931	Planas & C. ^a em Comandita	António Lopes Guimarães Pedrosa e Esposa	48 000\$00	8/42
17-02-1943	Planas & C. ^a	Herdeiros de Maria José Lopes Pedrosa de Oliveira	87 500\$00	2/42
02-03-1945	Planas & C. ^a	Maria Luísa Guimarães	100 000\$00	2/42
22-03-1945	Planas & C. ^a	Maria Henriqueta Navarro de Vasconcelos	325 000\$00	10.5/42
30-04-1945	Planas & C. ^a	Maria Carlota Navarro	325 000\$00	10.5/42
13-10-1970	Planas & C. ^a	Ema Xavier da Silva de Barros e Cunha	500 000\$00	3/42
Total			2 254 593\$00 (100=1970)	42/42

Fonte: APPM, Apontamentos datilografados de George Greenwood Meunier; Certidão autenticada do traslado de escritura de venda de parte de prédio urbano, 24 de novembro de 1931; Certidão autenticada da escritura de compra e venda, 17 de fevereiro de 1943; Certidão autenticada de declaração de óbito, 20 de outubro de 1943; Certidão autenticada da escritura de compra e venda, 2 de março de 1945; Certidão autenticada da escritura de compra e venda, 22 de março de 1945; certidão autenticada da escritura de compra e venda, 1 de abril de 1945; Certidão autenticada da escritura de declaração de sucessão, 1 de abril de 1946; Certidão autenticada da escritura de compra e venda de 13 de outubro de 1970.

2. – Equipamentos industriais: permanências e evolução tecnológica

Os índices de produtividade avaliam o grau de eficiência de uma empresa, a partir da ponderação entre o lucro proveniente dos bens produzidos e os custos inerentes à sua produção. Qualquer firma de âmbito comercial ou industrial detém como objetivo basilar o

aumento sucessivo da produtividade, o que a leva a adotar uma série de medidas no âmbito da seleção criteriosa das matérias-primas e dos meios de produção, na gestão eficiente dos recursos humanos, bem como na distribuição e publicidade do produto final. Os processos de atualização de equipamentos do contexto fabril almejam dotar as companhias empresariais de meios de produção favoráveis ao aumento da produtividade e da competitividade, permitindo, deste modo, o retorno do investimento.

Nos estudos de caso que versam sobre a história das empresas, os ditames de gestão atrás referidos tornam-se verdadeiros axiomas, uma vez que se denota, da parte das firmas, uma correlação entre a sua sobrevivência num mercado competitivo e a capacidade de atualização tecnológica, verificada, por exemplo, na substituição dos equipamentos responsáveis pela força motriz, dos maquinismos de tratamento e transformação das matérias-primas, bem como dos restantes de elaboração e de acabamento dos produtos. Seguindo o raciocínio expresso por Maciel Moraes Santos, “Enquanto meios de produção, os motores são máquinas que transformam uma dada forma de energia em energia mecânica e podem ser comparados quanto ao rendimento: trata-se da relação entre o trabalho debitado e a energia consumida. Os motores de maior rendimento estão, portanto, associados a uma maior capacidade de produção de riquezas”¹⁷⁴.

Vejamos como se comportou a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara no âmbito da modernização dos seus equipamentos, partindo das escassas fontes históricas que chegaram até aos nossos dias.

2.1. – O ciclo do vapor

Como vimos anteriormente, a Peig, Planas e C.^a iniciou a sua produção detendo uma máquina a vapor proveniente de Barcelona, com a potência máxima de 60 cv. A referida força motriz permane-

¹⁷⁴ Maciel Moraes Santos, “A substituição de motores na indústria portuguesa (1850-1950)”, *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III série, vol. I, 2000, p. 229.

cerá com carácter de exclusividade até ao ano de 1926, data em que os motores elétricos entrarão na fábrica.

Conforme se indica no Quadro 4, no “ciclo do vapor”, a firma adquiriu vários equipamentos para fornecimento de energia, aliando-se, já em 1909, ao motor a vapor, dois geradores distintos e de capacidades igualmente diferenciadas, sendo o primeiro de 17 e $\frac{1}{4}$ cv – com 2 ebulidores e fabricado na Pierre Dumora (Lisboa) –, cuja aplicação se remeteu exclusivamente para a área da tinturaria e acabamento dos tecidos¹⁷⁵. O outro, proveniente de Barcelona (Sociedad Navegación y Industria), apresenta 3 ebulidores e mais do dobro da potência (42 e $\frac{1}{4}$ cv), surgindo na documentação coeva como disposto no auxílio aos “motores da fábrica”¹⁷⁶.

A compra de um novo gerador a vapor de 3 ebulidores, testado pela primeira vez em 1915, aumentou a capacidade dos meios de produção, optando-se, mais uma vez, por uma caldeira proveniente de Barcelona, embora a sua potência seja omissa. Ainda assim, dadas as suas características, o valor dos cv deveria, com alguma probabilidade, situar-se entre os 40 e os 50¹⁷⁷. A partir da aquisição deste novo equipamento, a caldeira Pierre Dumora, fabricada em Lisboa, passou para um plano secundário, sendo colocada à venda no mês de fevereiro de 1920, tal como indica a publicidade disposta no periódico *Gazeta de Coimbra*¹⁷⁸.

Novas mudanças de equipamento ocorreram na referida década, uma vez que, em 1922, a documentação indica como força motriz da firma a existência de 2 motores a vapor e 2 geradores¹⁷⁹. Os dados obtidos de 1925 comprovam as transformações referidas, já que se inutilizou a máquina a vapor existente desde os primórdios da laboração

¹⁷⁵ “Mappa dos geradores e recipiente experimentados no anno de 1909”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 41, Lisboa, Imprensa Nacional 1911, p. 57.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ “Mappa dos geradores e recipiente experimentados no anno de 1915”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 109, Lisboa, Imprensa Nacional 1911, p. 66.

¹⁷⁸ “Caldeira a vapor”, *Gazeta de Coimbra*, 10 de fevereiro de 1920, p. 3.

¹⁷⁹ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 10 de maio de 1922.

(de 60 cv), substituindo-a por dois equipamentos do mesmo âmbito com a potência somada de 110 cv, ambos provenientes de Barcelona, embora de construtores diferentes: o de maior capacidade fabricado na Folguera Duran (Sabadell, 80 cv) e o de menor capacidade originário da, já aludida, Sociedad Navegación e Industria (30 cv)¹⁸⁰.

Num espaço temporal de atividade superior a 30 anos, a potência da força motriz quase duplicou, o que demonstra a necessidade de atualizar (e adaptar) a energia às necessidades de produção. Neste âmbito, registre-se ainda a manutenção dos dois geradores a vapor – sistema Wolf – adquiridos na década anterior¹⁸¹.

Quadro 4 – Motores e Geradores a Vapor da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1888-1925)

Ano	Designação	Potência	Construtor	Características
1888	Motor a vapor	60 cv	Nuevo Vulcano (Barcelona)	Sistema <i>Wolf</i> aperfeiçoado
1909	Gerador a vapor	17 e ¼ cv	Pierre Dumora (Lisboa)	<ul style="list-style-type: none"> • Caldeira fixa, cilíndrica, horizontal, com 2 ebulidores; • Sistema Wolf; • Capacidade de 7,5 m³; • Superfície de aquecimento de 33 m²; • Superfície das grelhas de 1,32 m²; • Pressões: das provas – 6 kg; normais – 3 kg.
1909	Gerador a vapor	42 e ¼ cv	Sociedad Navegación y Industria (Barcelona)	<ul style="list-style-type: none"> • Caldeira fixa, cilíndrica e horizontal com 3 ebulidores; • Capacidade 12,53 m³; • Superfície de aquecimento de 55,60 m²; • Superfície de grelhas de 2,8 m²; • Pressões: das provas – 12 Kg; normais – 6 kg.

¹⁸⁰ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 30 de junho de 1925.

¹⁸¹ *Ibidem*.

1915	Gerador a vapor	-	Nuevo Vulcano (Barcelona)	<ul style="list-style-type: none"> • Caldeira fixa, cilíndrica e horizontal, com 3 ebulidores; • Sistema Wolf; • Capacidade 11,249 m³; • Superfície de aquecimento de 60 m²; • Superfície de grelhas de 1,62 m²; • Pressões: das provas – 10 kg; normais – 5 kg.
1925	Motor a vapor	30 cv	Sociedad Navegación y Industria (Barcelona)	<ul style="list-style-type: none"> • Vertical
1925	Motor a vapor	80 cv	Folguera Duran, (Sabadell)	<ul style="list-style-type: none"> • Horizontal

Fontes: “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4268, 21 de julho de 1888, p. 1 e 2; “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4269, 24 de julho de 1888, p. 2; “Mappa dos geradores e recipiente experimentados no anno de 1909”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 41, Lisboa, Imprensa Nacional 1911, p. 57; “Mappa dos geradores e recipiente experimentados no anno de 1915”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 109, Lisboa, Imprensa Nacional 1911, p. 66; AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 10 de maio de 1922; Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 30 de junho de 1925; José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 145.

No que compete aos restantes equipamentos, destaque-se a mais que duplicação do número de fusos presentes nos maquinismos de fição, quando comparados os anos de 1890 (400)¹⁸² e 1897 (1000)¹⁸³. Em 1922, dos 2635 fusos registados, note-se a supremacia dos de lã penteada (1435) em relação aos de lã cardada (1200)¹⁸⁴ e, já no ano de 1925, o número de fusos atingiu o patamar elevado de 3488¹⁸⁵,

¹⁸² *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 434 e 436.

¹⁸³ José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 145.

¹⁸⁴ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 10 de maio de 1922.

¹⁸⁵ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 30 de junho de 1925.

evidenciando, deste modo, um aumento significativo da capacidade de produção de fio da fábrica, tendo em atenção a contabilidade registada neste parâmetro no *Inquerito Industrial* de 1890 (400)¹⁸⁶.

Outra avaliação no mesmo sentido encontra-se espelhada no número de teares mecânicos, que comprovam a capacidade da firma em produzir tecido, registando-se um aumento significativo de mais de 75%, quando comparados os anos de 1888 (20)¹⁸⁷ e 1925 (36)¹⁸⁸, ainda que a evolução não fosse uma constante, já que os valores verificados, em 1890 (15), se encontram abaixo do número de teares mecânicos que deram início à laboração da firma¹⁸⁹ (Quadro 5).

Quadro 5 – N.º de Fusos e Teares Mecânicos da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1888-1925)

Ano	Fusos	Teares Mecânicos
1888	–	20
1890	400	15
1897	1000	–
1909	–	35
1911	2100	–
1922	2635	35
1923	–	36
1925	3488	36

Fontes: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 434 e 436; José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 144 a 146; AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 10 de maio de 1922;

¹⁸⁶ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 434 e 436.

¹⁸⁷ “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1; “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2.

¹⁸⁸ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 30 de junho de 1925.

¹⁸⁹ José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra...*, p. 145.

Ofício da Planas & C.^a em Comandita dirigido à 2.^a Circunscrição, assinado: Planas & C.^a em Comandita, 30 de junho de 1925; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2; Sara Dias, *Espaços religiosos como espaços industriais: o exemplo da Peig, Planas e Companhia*, Coimbra, Policopiado, 2001, p. 29 a 30.

No ano de 1899 procedeu-se a avaliação dos maquinismos da fábrica, sendo esta fixada na elevada quantia dos 23 106\$000 réis¹⁹⁰. O investimento efetuado ao longo dos anos assentou, mais uma vez, na aquisição de meios de produção provindos do exterior, mantendo os eixos já estabelecidos desde a montagem da fábrica, nos idos de 1888, assentes em Chemnitz, Barcelona, Sabadell e Cleckheaton¹⁹¹. A lista das máquinas presentes em contexto fabril, datada de 30 de junho de 1925¹⁹², comprova a afirmação anterior, ao apresentar um total de 75 equipamentos, divididos pelas diferentes secções, como se constata no Quadro 6.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 144 a 146.

¹⁹¹ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 434 e 436; AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.^a em Comandita dirigido à 2.^a Circunscrição, assinado: Planas & C.^a em Comandita, 10 de maio de 1922; Ofício da Planas & C.^a em Comandita dirigido à 2.^a Circunscrição, assinado: Planas & C.^a em Comandita, 30 de junho de 1925; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1; “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2.

¹⁹² AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.^a em Comandita dirigido à 2.^a Circunscrição, assinado: Planas & C.^a em Comandita, 30 de junho de 1925.

Quadro 6 – Lista de Equipamentos da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara em 30 de junho de 1925

Secções	Equipamentos
Força motriz e geradores	<ul style="list-style-type: none"> • 2 geradores de vapor sistema Wolf de 2 ebulidores, construídos na Sociedad Navegación e Industria de Barcelona, de 56 e 60 metros de superfície de calefação; • 1 motor a vapor da Sociedad Navegación e Industria de Barcelona, vertical, 30 cv; • 1 motor a vapor de Folguera Dura, Sabadell, horizontal, 30 cv.
Fiação	<ul style="list-style-type: none"> • 4 fiações contínuas da Ste Alsacienne (Mulhouse) de 300 fusos cada e respetivas máquinas de preparação; • 2 fiações contínuas de Prince Smith & Son (Keighley), de 144 fusos cada e respetivas máquinas de preparação; • 4 torcedeiras da Sachsische Masch. Fabrik (Chemnitz), de 200 fusos cada; • 4 fiações <i>selfacting</i> de Thornton Ros (Clekheaton), de 300 fusos cada e respetiva cardaço com 2 sortidos de 3 cardas cada um.
Tecelagem	<ul style="list-style-type: none"> • 36 teares mecânicos comuns de diversos construtores (Sachsische Mesch. Fabrick de Chemnitz, Cañameras de Sabadell, etc.)
Tinturaria	<ul style="list-style-type: none"> • 2 aparelhos Obermaier; • Diversas barcas para a tinturaria em peça.
Acabamento	<ul style="list-style-type: none"> • 4 lavadeiras; • 2 pisões; • 2 hidros; • 1 percha; • 2 tesouras; • 2 escovas; • 1 vaporizador; • 1 prensa.

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.^a em Comandita dirigido à 2.^a Circunscrição, assinado: Planas & C.^a em Comandita, 30 de junho de 1925.

Destaque-se ainda a presença, no referido ano (1925), de duas fiações contínuas de Prince Smith & Son (Keighley) – de 144 fusos cada – e respetivas máquinas de preparação, cuja importância – no que concerne à antiguidade e qualidade da produção de fio – foi enaltecida por Luís E. Elias Casanovas nos seguintes termos: “[...] a fábrica dispunha de uma fiação tipo Bradford da firma Prince Smith,

mais tarde Prince Smith and Stells [...]. Em 1954 ou 55 recebemos a visita de A. Poncelet, autor de um tratado sobre fiação, que figurava na biblioteca da Fábrica, e que era então diretor técnico da P. Smith. Falámos dos nossos sistemas, da fiação inglesa etc., e mostrámos as nossas relíquias ao Sr. A. Poncelet que, assombrado, confessou que só conhecia aquelas máquinas de catálogos antigos, nunca vira nenhuma e duvidava que ainda existissem em Inglaterra, muito menos capazes de funcionar. Onde estão não sei, embora julgue que foram partidas em 1958¹⁹³.

2.2. – O ciclo da eletricidade

Em 1926, a máquina a vapor deu lugar à energia elétrica, produzida por uma central térmica própria, num projeto assinado e executado pelo engenheiro Agostinho Tavares¹⁹⁴. Dois anos mais tarde, a fábrica passou a receber energia a partir dos serviços camarários, funcionando aquele grupo gerador como reserva¹⁹⁵.

Pelo Quadro 7 constata-se a presença da energia elétrica na unidade fabril, assinalando o número de motores, bem como a sua respetiva potência, com os dados relativos a 1933 a apresentarem 20 motores distintos, numa potência total de 132 Kw¹⁹⁶. No referido ano,

¹⁹³ Luís E. Elias Casanovas, “A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara 1926-1956”, *I Encontro nacional sobre o património industrial*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 182.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 178; Jaime Alberto do Couto Ferreira e João José Monteiro Figueira, *A eletrificação do Centro de Portugal no Século XX*, Coimbra, EDP Distribuição, 2001, p. 89.

¹⁹⁵ O referido gerador foi desmontado somente no ano de 1963. O projeto de fornecimento de energia elétrica por parte da Câmara Municipal de Coimbra assentou num ramal subterrâneo em alta tensão, a 6 000 volts, entre as proximidades da ponte e a referida fábrica de lanifícios. Com a constituição da Companhia Elétrica das Beiras (ano de 1934), esta entidade passou a fornecer energia elétrica à unidade fabril. *Vide* Jaime Alberto do Couto Ferreira e João José Monteiro Figueira, *Op. cit.*, p. 253. Agradecemos ao Eng. Carlos Machado as importantes informações que nos forneceu sobre os primórdios da energia elétrica na Fábrica de Lanifícios de Santa Clara.

¹⁹⁶ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 7 de março de 1933.

estes mecanismos encontravam-se dispostos em pontos específicos da unidade fabril, fixando-se:

- a) 4 na seção de vapor de águas e serralharia (2 no ativo e 2 em reserva);
- b) 4 na seção de cardação e fiação da lã;
- c) 5 na seção de preparação e fiação de lã penteada;
- d) 5 na seção de tecelagem;
- e) 2 na seção de tinturaria e acabamento¹⁹⁷.

Tendo em atenção aos números que chegaram até nós, assiste-se a um aumento do número de motores elétricos – exceção feita a 1946¹⁹⁸ –, que mais que triplicaram entre os anos de 1933 (20)¹⁹⁹ e 1951 (65)²⁰⁰ e atingindo o valor mais elevado a que temos registo no ano de 1964 (99)²⁰¹. A mesma propensão encontra-se espelhada na potência da energia despendida, visto se registar uma diferença significativa de 120 kW entre os motores elétricos de 1933 (132 kW)²⁰² e de 1951 (252 kW)²⁰³. Ainda assim, neste último ano, encontra-se uma referência à utilização de um motor a óleo de 350 cv que, com toda a probabilidade, fora montado nos finais da década anterior, como indica o projeto datado de 23 de maio de 1948, correspondente

¹⁹⁷ *Ibidem*.

¹⁹⁸ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Fiscalização da 2.ª Circunscrição dirigido ao engenheiro chefe da mesma circunscrição, assinado: o fiscal industrial António Fernando Ferreira, 11 de novembro de 1946.

¹⁹⁹ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 7 de março de 1933.

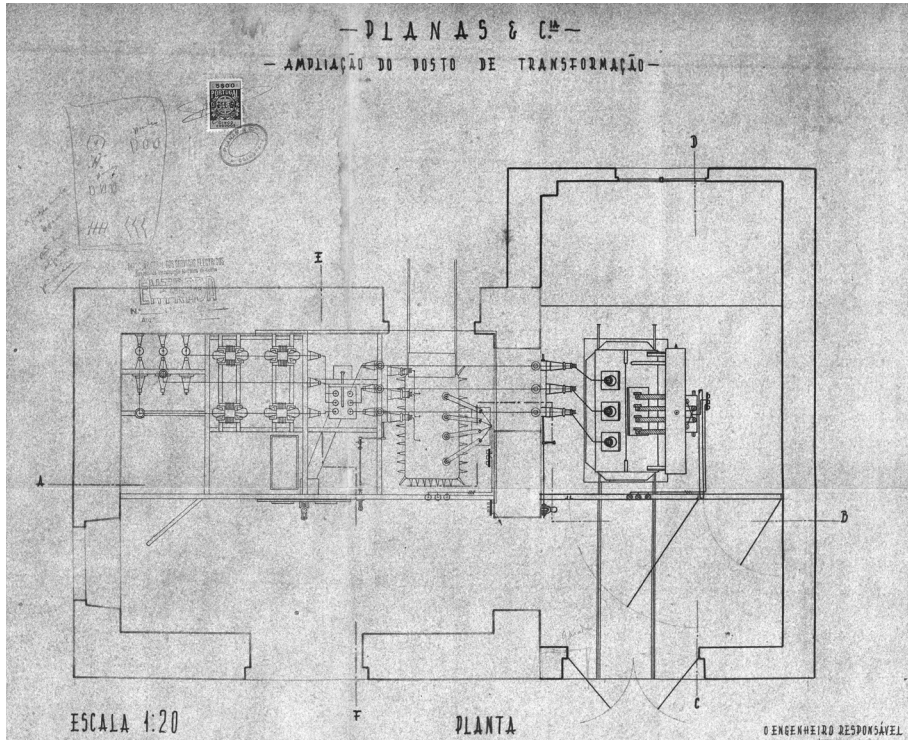
²⁰⁰ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ordem de serviço n.º 2096 dirigida à 2.ª Circunscrição, assinada: o agente fiscal de 1.ª classe José Fernando da Silva Correia, 21 de maio de 1951.

²⁰¹ Sara Dias, *Op. cit.*, p. 27.

²⁰² AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 7 de março de 1933.

²⁰³ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ordem de serviço n.º 2096 dirigida à 2.ª Circunscrição, assinada: o agente fiscal de 1.ª classe José Fernando da Silva Correia, 21 de maio de 1951.

à instalação e queimadores industriais de fuel óleo com respetivos reservatórios, depósitos e tubagem²⁰⁴.



Ampliação do posto de transformação da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, 1948 (APPM).

Em 1953 procedeu-se à instalação de dois circuitos diferentes – luz e força motriz – alimentados por um posto de transformação de 30 kVA (6000/400 volts), permitindo, assim, aumentar, de modo mais eficaz, o controlo e distribuição da energia elétrica pelas diferentes

²⁰⁴ APPM, Desenho “Instalação de queimadores industriais de fuel-oil e dos respetivos reservatórios, depósitos e tubagens na Fábrica de Lanifícios de Planas & C.ª em Santa Clara. Coimbra”, assinado: o técnico de engenharia P. Martins, 23 de maio de 1948. No mesmo ano esboçou-se um projeto de montagem de um transformador trifásico em banho de óleo com arrefecimento natural por ar, de 300 kVA, 6000/400 volts. *Vide* AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Memória descritiva “Ampliação do posto de transformação da fábrica de lanifícios da firma Planas & C.ª”, assinada: o engenheiro responsável [ilegível], 19 de fevereiro de 1948.

secções da unidade fabril²⁰⁵. Os valores a que tivemos acesso, a partir deste facto, evidenciam o aumento exponencial do número de motores elétricos num escasso período de tempo, uma vez que passaram dos 78 para os 99, respetivamente entre os anos de 1960 e 1964²⁰⁶.

Quadro 7 – Força Motriz da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1933-1964)

Anos	Equipamentos
1933	<ul style="list-style-type: none"> • 2 geradores a vapor (Nuevo Vulcano); • 2 motores a vapor (fora de serviço); • 20 motores elétricos; • Total da força motriz instalada: potência de 180 cv (132 kW).
1939	<ul style="list-style-type: none"> • 2 geradores a vapor (Nuevo Vulcano); • 30 motores elétricos, potência de 190 kW.
1940	<ul style="list-style-type: none"> • 2 geradores a vapor (Nuevo Vulcano). • 30 motores elétricos, potência de 190 kW.
1946	<ul style="list-style-type: none"> • 2 geradores a vapor (Nuevo Vulcano); • 1 motor de C. I., potência de 275 c. v (202 kW); • 1 alternador de 210 kVA; • 22 motores elétricos, potência de 249 c. v. (183 kW).
1951	<ul style="list-style-type: none"> • 2 geradores a vapor (Nuevo Vulcano e Bauellat); • 1 motor a óleo, potência de 350 cv (257 kW); • 65 motores elétricos, potência total de 343 c. v. (252 kW).
1960	<ul style="list-style-type: none"> • 78 motores elétricos.
1961	<ul style="list-style-type: none"> • 68 motores elétricos.
1964	<ul style="list-style-type: none"> • 99 motores elétricos.

Fontes: AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.^a em Comandita dirigido à 2.^a Circunscrição, assinado: Planas & C.^a em Comandita, 7 de março de 1933; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940; Ofício da 2.^a Circunscrição dirigido ao Engenheiro chefe da mesma circunscrição, assinado: o fiscal industrial António Fernando Ferreira, 11 de novembro de 1946; Ordem de serviço n.º 2096 dirigida à 2.^a Circunscrição, assinada: o agente fiscal de 1.^a classe José Fernando da Silva Correia, 21 de maio de 1951; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de dezembro de 1961; Sara Dias, *Op. cit.*, p. 27.

²⁰⁵ AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Memória descritiva, “Instalação elétrica da Fábrica de Lanifícios da firma Planas & C.^a”, assinada: o engenheiro responsável Basílio Martins, 20 de agosto de 1953.

²⁰⁶ Sara Dias, *Op. cit.*, p. 27.

Fixemo-nos nos restantes maquinismos da unidade fabril, uma vez que o cumprimento efetivo, por parte da empresa, da lei do condicionamento industrial, imposta inicialmente em 1931²⁰⁷, permitiu a chegada, até nós, de informações de alguma relevância. Atendendo ao Quadro 8, é, desde logo, notório o aumento da capacidade de fabricar fio de lã em comparação com o período anteriormente analisado (1888-1925), já que em menos de 10 anos, entre 1925 e 1933, se registou o acréscimo considerável do número de fusos em mais de 1000 unidades²⁰⁸. Neste campo é de salientar que a média dos números apresentados se fixou nos 4765 fusos, com o valor mais elevado registado em 1939 (5050)²⁰⁹ e um dos mais inferiores logo no ano seguinte (4530), o que torna evidente uma diminuição (ou abatimento) de maquinismos da referida secção²¹⁰. Embora com manifestas oscilações, a tendência geral neste âmbito não deixa de ser crescente.

No que concerne aos teares mecânicos, depreende-se uma certa estagnação ao longo do período temporal analisado, com a maior parte dos anos por nós conhecidos a tecerem com 34 unidades.

²⁰⁷ Estabelecido a 3 de janeiro de 1931, a partir do decreto-lei n.º 19 342, o condicionamento industrial pretendeu dotar o Estado de mecanismos com vista à proteção da produção nacional, seguindo uma política protecionista assente, entre outros ditames, na obrigatoriedade de autorização estatal para a abertura de empresas (estrangeiras ou portuguesas) de carácter industrial, bem como no controle da produção de determinada unidade fabril, sendo necessárias autorizações para a substituição ou introdução de novos maquinismos.

²⁰⁸ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 30 de junho de 1925; Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 7 de março de 1933.

²⁰⁹ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939.

²¹⁰ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940.

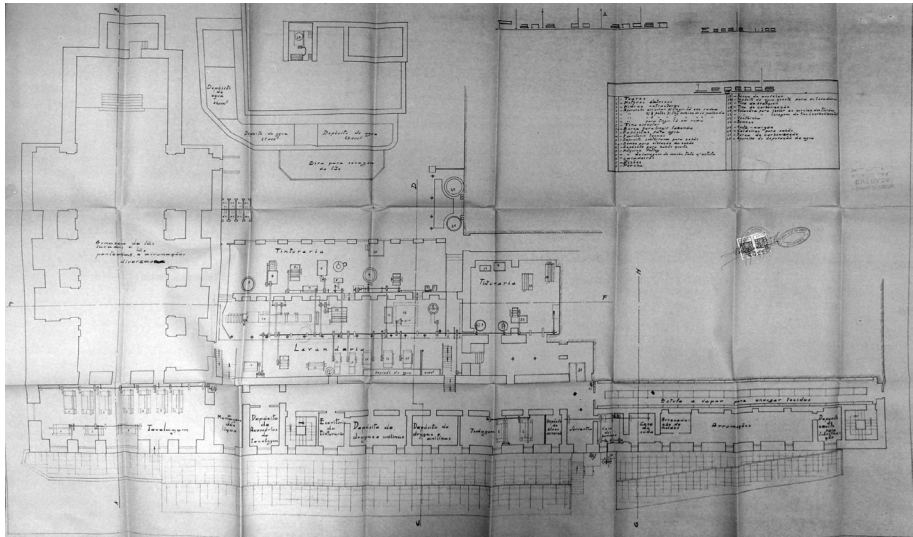
Quadro 8 – N.º de Fusos e Teares Mecânicos da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1933-1966)

Anos	Fusos	Teares mecânicos
1933	4538	34
1939	5050	34
1940	4530	34
1946	4528	34
1950	4718	30
1951	–	34
1955	4938	–
1956	4962	35
1960	4860	34
1966	–	30

Fontes: AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício da Planas & C.ª em Comandita dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª em Comandita, 7 de março de 1933; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940; Ofício da 2.ª Circunscrição dirigido ao Engenheiro chefe da mesma circunscrição, assinado: o fiscal industrial António Fernando Ferreira, 11 de novembro de 1946; Ofício da Planas & C.ª dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: [ilegível], 7 de outubro de 1950; Ordem de serviço n.º 2096 dirigida à 2.ª Circunscrição, assinada: o agente fiscal de 1.ª classe José Fernando da Silva Correia, 21 de maio de 1951; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de dezembro de 1961; Sara Dias, *Op. cit.*, p. 29.

No Arquivo do Ministério da Economia encontram-se duas plantas datadas de 11 de abril de 1939 que nos elucidam sobre a disposição, no antigo convento de São Francisco, das diferentes secções de produção e respetivos maquinismos. Assim, a partir do desenho correspondente ao primeiro andar do edifício fabril situou-se, logo à entrada onde outrora se fixou o templo religioso, a secção de tecelagem, ocupando a restante área – correspondente à antiga nave e capela-mor – um armazém de lãs lavadas e penteadas e arrumações diversas. Ladeando o antigo espaço religioso, na vertente norte, dispuseram-se as secções da tinturaria – que se apropriaram de grande

parte do referido quadrante – e da lavandaria, com várias divisões respeitantes a depósitos, arrecadações de tintas e uma extensa estufa a vapor para enxugar os tecidos já fabricados. De salientar que, nos terrenos inseridos na antiga cerca, entre o templo e o claustro, se ergueu uma construção com três depósitos de água de 125 000 litros, juntando-se a estes, pelo lado oeste, um sector denominado por “eira para secagem de lãs”²¹¹.



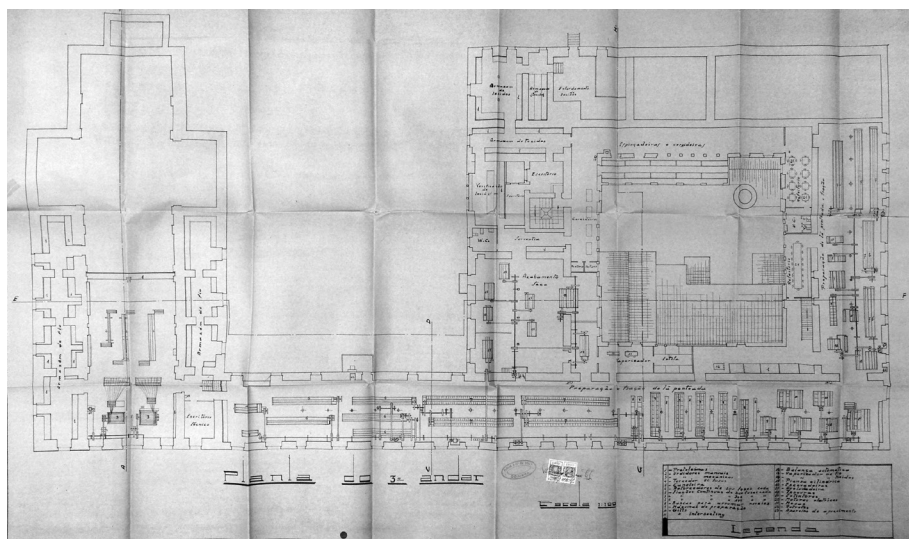
Planta do primeiro andar da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, 1939
(AME; APPM).

No patamar superior, a planta evidencia, no lado sul – correspondente ao edifício da igreja –, dois corredores laterais que serviram de armazém de fios e a área central onde se montaram urdidores manuais e mecânicos. Seguindo em direção a norte, dispôs-se a extensa área de fiação e de preparação da lã penteada e, para o tramo oeste do antigo claustro, fixaram-se os maquinismos respeitantes ao acabamento a seco, escritórios e armazéns de tecidos. Encontravam-se,

²¹¹ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, “Planta do 1.º andar”, 11 de abril de 1939.

ainda, no tramo este, as espinçadeiras e cerzadeiras e, já no tramo norte, as áreas correspondentes ao refeitório²¹².

Da referida organização do espaço fabril sobressai a opção por colocar secções que mais necessitam de água – tinturaria e lavandaria – nas proximidades dos reservatórios, completando-se os restantes espaços do primeiro patamar com armazéns e produção de tecido, a partir dos teares mecânicos. No que ao fio de lã diz respeito, os maquinismos para o seu fabrico e respetivos armazéns situavam-se, sobretudo, no andar cimeiro, onde igualmente se denota a existência de espaços de âmbito administrativo e de serventia dos funcionários.



Planta do terceiro andar da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, 1939 (AME; APPM).

O ano de 1956 trouxe consigo novos tempos de mudança na Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, enveredando-se pela renovação dos equipamentos respeitantes à tinturaria, ao acabamento e à fição²¹³. Seguindo o raciocínio de Luís E. Elias Casanovas, observador privilegiado desses tempos, “[...] adquiriu-se uma râmola mecânica,

²¹² AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, “Planta do 3.º andar”, 11 de abril de 1939.

²¹³ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 179.

uma lavadeira-pisão inglesa [...], diversas máquinas de tinturaria em aço inox, teares e ajuntadeiras. Não se toca no equipamento de fição até porque logo no início dos anos 50 se assiste a uma autêntica revolução neste sector. Convinha aguardar, tanto mais que se sentia que o futuro de uma unidade integrada verticalmente não se apresentava fácil, mas os fusos eventualmente podiam ser negociados”²¹⁴.

As referidas renovações surgem integradas na contabilidade dos anos de 1956 a 1969, onde se regista um investimento de 907 210\$00 na compra de 19 maquinismos de diferentes secções da unidade fabril, conquanto o dispêndio total se elevasse à avultada quantia de 1 042 266\$30, uma vez que foram executados vários melhoramentos nos espaços e equipamentos já existentes (Quadro 9).

Quadro 9 – Relação dos Maquinismos Adquiridos e Outros Melhoramentos Verificados na Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1956-1969)

Maquinismos Adquiridos	
1 Máquina de aplicar agulhetas de plástico	19 111\$00
2 Teares automáticos SAURER, tipo 40 B	147 126\$90
1 Bobineira automática SAVIO	54 795\$50
2 Caneleiras automáticas CEZOMA	60 750\$00
2 Teares WEAVERMATIC	331 729\$40
2 Máquinas de entrançar	101 900\$00
7 Unidades de material de escritório (vários)	129 134\$10
1 Balança automática LARIO	13 000\$00
1 Furgonete MORRIS	49 700\$00
Total	907 210\$90
Melhoramentos Verificados	
Caldeira e canalização (1963)	19 855\$20
Secção de tinturaria (1964)	46 850\$70
Salão Novo (1962)	54 080\$20
Secção de acabamento (1964)	14 269\$30
Total	135 055\$40
Total Geral	1 042 266\$30

Fonte: APPM, “Relação de maquinismos adquiridos e outros melhoramentos verificados desde 1956 até 1969”.

²¹⁴ *Idem*, p. 182.

Com a fundação da distribuidora Dislan, em 1970, e já em pleno período de dificuldades financeiras da Planas & C.²¹⁵, foi, ainda assim, necessário proceder a novos investimentos em infraestruturas conducentes à transformação de tecidos de lã em produtos de pronto-a-vestir. Analisando os valores assentes no balanço provisório de 31 de dezembro de 1974, constata-se um dispêndio fixado em 5 255 000\$00, correspondente ao quadriénio 1971-74, que inclui máquinas de corte e de acabamento, bem como equipamento específico para a confeção de calças e de casacos (Quadro 10).

Quadro 10 – Investimentos em equipamentos na Dislan (1971-1974)

Maquinismos	Valor
Máquinas de Corte	515 000\$00
Máquinas Linha de Calças	1 128 000\$00
Máquinas Linha de Casacos	2 577 000\$00
Máquinas de Acabamentos	965 000\$00
Outras	70 000\$00
Total	5 255 000\$00

Fonte: APPM, “Balanço Provisório em 31 de dezembro de 1974”.

3. – Nos dias derradeiros: despojos de uma fábrica

As dificuldades de solvabilidade, vividas já no início da década de 1970, da Planas & C.^a tenderam para a insustentabilidade, tornando a falência um dado mais do que adquirido. Dias antes do 25 de Abril de 1974, foi autorizada, por parte das instituições estatais responsáveis pela fiscalização da indústria de lanifícios, a venda de teares antigos para a sucata, o que permitiria arrecadar algumas verbas, conquanto sem qualquer resultado eficaz no rumo irreversível da insolvência da empresa²¹⁶. Nos dias a que se seguiram à revolução ocorreu uma nova

²¹⁵ Atenda-se ao que redigimos no capítulo II do presente trabalho.

²¹⁶ AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, ofício da Inspeção da 2.^a Circunscrição dirigido ao engenheiro chefe da mesma circunscrição, assinado: o chefe fiscal António Fernandes Vieira, 12 de abril de 1974.

vaga de dismantelamentos de infraestruturas por parte de operários que não recebiam salários, o que dificultou, de sobremaneira, a continuidade da produção²¹⁷. A partir de 1978, a recém-criada Clarcoop passou a explorar a massa falida (continente e conteúdo) da Planas & C.^a, perdurando a atividade de confecção de vestuário até aos inícios da década de 1990²¹⁸.

O fim da atividade fabril levou ao abandono do espaço e do recheio nele inserido, sendo alvo de roubos e de ações de vandalismo. Os relatos a que tivemos acesso por parte de quem visitou, neste período, o edifício mais imponente do antigo Rossio de Santa Clara, coincidem no que concerne à ausência de equipamentos industriais e ao estado de ruína do antigo convento de São Francisco, sobretudo nas áreas dispostas nas proximidades do claustro.



Espaços dismantelados da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, s/d. (APPM).

²¹⁷ Sara Dias, *Op. cit.*, p. 37.

²¹⁸ Atenda-se ao que escrevemos sobre o assunto no capítulo anterior.

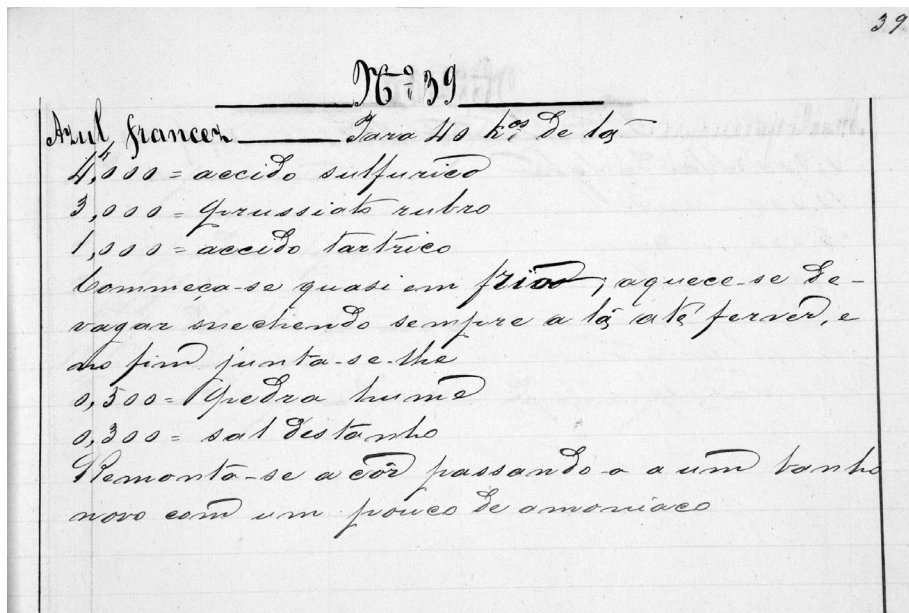
A passagem do imóvel para a propriedade da Câmara Municipal de Coimbra deu-lhe um futuro mais promissor, adaptando-o a Centro de Congressos²¹⁹. Nos dias de hoje, o complexo arquitetónico celebra as marcas da sua identidade conventual original, a partir da manutenção e respetivo restauro da *firmitas* e da *venustas* do exterior, ao mesmo tempo que modifica a *utilitas* dos espaços internos, numa atitude salutar entre a preservação de um *continente* historicamente relevante e um *conteúdo* distinto do primitivo, ainda que pertinente no contexto económico e social atual da cidade de Coimbra.

É, sobretudo, no que ficou a meio e que, atualmente, já não se vê embutido nas paredes, que nos debruçámos neste capítulo, uma vez que a própria função da História, enquanto discurso cientificamente conduzido, procura na memória coletiva as atenções e vivências de tempos anteriores, mesmo aquelas que o presente, ou o passado mais recente, tendeu em apagar.

²¹⁹ Atenda-se ao projeto camarário *Recuperação do Convento de S. Francisco (para Centro de Congressos) e área ribeirinha envolvente*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1997.

Capítulo IV

O fio de Ariadne e as voltas no labirinto: pelos meandros da produção de lanifícios



Quando Teseu aportou a Creta, segundo a maior parte das narrativas escritas e dos ditos dos poetas, recebeu das mãos de Ariadne, que se havia apaixonado por ele, o novelo e, informado do modo como podia percorrer os meandros do Labirinto, matou o Minotauro e fez-se ao mar, levando consigo Ariadne e os jovens.

Capítulo IV

O fio de Ariadne e as voltas no labirinto: pelos meandros da produção de lanifícios

1. – Teias e tramas que fazem tecidos

Podemos considerar a lã como um ente patrimonial basilar e transversal na história da Humanidade, fundamentado na sua amplitude cronológica (desde o Neolítico até ao mundo hodierno), na dispersão espacial das diferentes manifestações inventariadas, bem como nos mitos e ritos que o acompanham, justificando, não raras vezes, cosmogonias e atos heróicos imputados a seres divinos e/ou a simples humanos. Seguindo o raciocínio da investigadora Elisa Calado Pinheiro, “A lã, como matéria-prima, remete-nos às nossas origens e constitui umas das afirmações mais vivas da relação do homem com a natureza. Veículo de culturas, encontramos-la nas grandes encruzilhadas das civilizações, desde a Antiguidade até aos nossos dias [...]. Foi ela que deu sentido tanto à vida dos tecelões sumérios como das Penélopes helénicas e é ela e as atividades a ela associadas que percorrem transversalmente muitas das páginas dos textos bíblicos, onde as práticas da tosquia nos são apresentadas envoltas por significativas festas”²²⁰.

Para além da utilização da lã em si, o excerto em epígrafe que serviu de mote ao presente capítulo, a partir de um documento pro-

²²⁰ Elisa Calado Pinheiro, “A lã: um património peninsular vivo. Contextualização espaço-temporal”, *Rota da lã transiana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal); comarca Tajo – Salor - Almonte (Espanha)*, vol. I, Covilhã, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2009, p. 105.

vindo dos tempos longínquos da Hélade, expõe, de modo alegórico, o próprio fabrico do tecido, através do fio levado por Teseu pelos caminhos cruzados percorridos no labirinto, conquanto, com a saída progressiva do espaço físico, após a morte infligida ao Minotauro, o tecido foi-se desmanchando, uma vez que o fio dado por Ariadne trouxe o seu amado até ao ponto de partida²²¹.

Das referências mitológicas da Grécia Antiga à sociedade contemporânea de um mundo cada vez mais globalizado – e por muitos considerado pós-industrial –, a produção de tecido de lã modificou-se substancialmente. As variações regionais do *modus operandi* assente na manufatura deram lugar, a partir da mecanização dos processos de produção, a uma standardização dos procedimentos, colocando ao dispor do público interessado na sua aquisição uma maior quantidade e variedade de produtos finais, sendo efetuados num reduzido período temporal, quando comparados com as durações da produção pré e proto industriais.

No domínio estritamente industrial, verifica-se que a matéria-prima, depois de tosquiadas as ovelhas, passa pela cardação, no intuito de reduzir as impurezas, desembaraçar o tosão e transformá-lo em fita de cardado. Através de maquinismos com rolos e fileiras de dentes de metal, chega-se à produção de lã penteada, cujo processo de separação das fibras a torna mais fina e regular, contrastando, deste modo, com a denominada lã cardada. O setor de fiação tem como objetivo converter a lã em fio, devidamente enrolado em bobines montadas nos fusos, passando-se depois à montagem do tecido a partir dos teares mecânicos, onde a teia e trama se dispõem em modo perpendicular, entrelaçando-se a primeira na segunda. A secção de tinturaria apresenta como objetivo basilar o tingimento do tecido com determinada cor (ou cores), a partir de corantes naturais ou artificiais, ainda que o referido procedimento possa, de igual modo, efetuar-se numa etapa anterior, antes mesmo do já referido processo de tecelagem. É no setor de acabamento que se pretende elevar as

²²¹ Plutarco, *Vidas Paralelas: Teseu e Rómulo*, tradução do grego, introdução e notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho, Coimbra, FCT, p. 17 a 18; Fábio de Souza Lessa, “Expressões do feminino e a arte de tecer tramas na Atenas Clássica”, *Humanitas*, n.º 6, 2011, p. 150.

características específicas de cada tecido, dotando-o de um acabamento rapado ou em pelo, sendo este o último ato transformador do produto que, devidamente finalizado, segue para os meandros da distribuição e conseqüente saída das instalações onde foi produzido²²².

2. – As primeiras décadas de produção da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara

A reconhecida qualidade dos produtos oriundos da indústria têxtil catalã, mais propriamente de Sabadell, não deixou de estar associada à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara logo nos primórdios da sua atividade. Ainda o estabelecimento fabril se encontrava em fase de instalação, tal conexão já se fazia sentir nos jornais conimbricenses, como demonstra uma notícia publicada no mês de março de 1888, que salienta a presença, na cidade, de amostras de tecidos providas de Sabadell, trazidas por um dos industriais fundadores da futura fábrica e muito apreciadas “[...] pela extrema perfeição no seu fabrico”²²³. Almejava-se, à época, que os panos da futura instalação fabril competissem “[...] com os mais finos do estrangeiro [...]”, daí que se considerasse necessário importar lã provida da Austrália, tida como a de melhor estirpe, para o refinamento que se pretendia incutir no produto final²²⁴, assente em casimiras e tecidos de lã penteada (estambre)²²⁵.

Na perspetiva de Luís Elias Casanovas, o êxito inicial da fábrica assentou, sobretudo, na qualidade técnica da mão de obra, na procura da autenticidade do produto final – composto somente por lãs ditas puras e sem qualquer tipo de mistura –, na utilização criteriosa dos

²²² Sérgio Gomes Pires Gonçalves, *Produção artesanal nos lanifícios – uma proposta de inovação*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Policopiado, 2005, p. 16 a 26.

²²³ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4252, 17 de março de 1888, p. 1.

²²⁴ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1.

²²⁵ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4311, 22 de dezembro de 1888, p. 1.

corantes que tingiriam os tecidos, bem como no modo de proceder às lavagens e ao apisoamento²²⁶. Estamos perante uma instalação fabril completa nas diferentes secções de produção, cujos fundadores tomaram a si a responsabilidade do próprio fabrico, cabendo a Buenaventura Doria y Borell a coordenação dos sectores essenciais para o refinamento das fazendas, como os da tinturaria e da lavagem das lãs, tal como indica a escritura da fundacional da Peig, Planas & C.²²⁷.

Os dados recolhidos no *Inquerito Industrial* de 1890, referentes ao ano anterior, salientam a utilização de matérias-primas vindas do exterior, mediante o pagamento da quantia significativa de 11 800\$000 réis. A lã lavada, proveniente de França, atingiu a quantidade de 7000 quilos anuais, num valor fixado em 7000\$000 réis. Segue-se a seda vinda de França e de Inglaterra, empregue somente nos filetes da fazenda, e os 100 quilos utilizados foram adquiridos pela cifra de 3000\$000 réis. Na referida contabilidade não ficou de parte o gasto de 1800\$000 réis em farrapos exportados de França e de Inglaterra, num total de 2000 quilos²²⁸.

A partir da referida matéria-prima fabricou-se uma quantidade significativa de tecido, fixada no 120 500 metros, totalizando 25 000\$000 réis vendidos por completo no mercado interno²²⁹. Já no ano de 1894, denota-se a abertura do leque das proveniências das matérias-primas, ainda que fossem, mais uma vez, adquiridas exclusivamente no exterior. Para além de Inglaterra, França e Espanha, a lã chegou ao Rossio de Santa Clara de outras origens, como por exemplo da América do Sul e da Austrália²³⁰.

No período inicial de laboração, a gerência optou pelo escoamento do produto final a partir da negociação direta com os grandes

²²⁶ Luís E. Elias Casanovas, “A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara 1926-1956”, *I Encontro nacional sobre o património industrial*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 176.

²²⁷ Atenda-se ao que escrevemos sobre o assunto no capítulo I do presente estudo.

²²⁸ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 443.

²²⁹ *Idem*, p. 447.

²³⁰ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1.

armazéns de Lisboa e Porto. Assim, mediante tal atitude restritiva, deixou de lado os restantes tipos de estabelecimentos (retalhistas e lojistas), bem como outras circunscções geográficas do território nacional, não abastecendo, inclusivamente, à própria cidade onde se instalou o referido espaço fabril²³¹. Segundo lembra Luís E. Elias Casanovas, “[...] não era fácil adquirir em Coimbra fazenda de Santa Clara... É que, quando a fábrica iniciou a sua laboração, o comércio local não manifestou grande entusiasmo, ao contrário dos armazemistas de Lisboa e Porto, onde rapidamente se implantou a fazenda de Coimbra. A gerência não esqueceu esse facto e só em meados deste século [século XX] essa espécie de anátema foi ultrapassada”²³². Já em 1890 os jornais apontavam para tal facto, salientando ainda que, conquanto a produção prosseguisse de dia e de noite, sem quaisquer interrupções, a firma não conseguia satisfazer todas as encomendas²³³, o que demonstra, com clareza, o sucesso inicial das casimiras de lã e estambre de fabrico conimbricense, por muitos considerados como os melhores existentes no país²³⁴.

Numa análise à publicidade presente nos jornais conimbricenses de finais da centúria de Oitocentos até meados do século XX, constata-se a veracidade da afirmação anterior de Luís E. Elias Casanovas, dado que os estabelecimentos comerciais da cidade não mencionavam possuir, para venda, a famosa fazenda de Santa Clara, numa ausência que se efetivou até 1922. Alguns anos antes, em 1917, a própria firma Planas & C.^a (em comandita), através de uma declaração pública, vinda a lume na *Gazeta de Coimbra*, prontificou-se a desmentir o reclame de um vendedor ambulante que asseverava comprar tecidos diretamente à fábrica, com a empresa a justificar que o seu nicho de

²³¹ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4419, 8 de janeiro de 1890, p. 1, Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1.

²³² Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 176.

²³³ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4419, 8 de janeiro de 1890, p. 1.

²³⁴ Veja-se, como exemplos, os seguintes artigos: Ignotus [pseud.], “O Desdobramento”, *Notícias de Coimbra*, n.º 352, 10 de maio de 1911, p. 1; “Comércio e Indústria”, *Gazeta de Coimbra*, 31 de maio de 1930, p. 1; “Indústria Nacional”, *Gazeta de Coimbra*, 24 de junho de 1930, p. 1.

mercado se limitava exclusivamente aos estabelecimentos das duas maiores cidades do país²³⁵.

É, com efeito, a partir de 1922 que se listam os primeiros anúncios respeitantes à venda, em Coimbra, de lanifícios de Santa Clara, encontrando-se disponíveis em várias lojas, tais como a Almeida & Silveira (antiga casa Mendes Abreu), sita na Rua Ferreira Borges, n.º 79²³⁶, a Casa das Lãs – Rua Visconde da Luz, n.º 79 –, onde se chamou à atenção para a existência, em *stock*, da “grandiosa colecção dos tecidos da Fábrica de Santa Clara”²³⁷ e o estabelecimento comercial de Plácido Vicente & C.ª Ld.²³⁸.

GAZETA DE COIMBRA, DE 4 DE JULHO DE 1922

ALMEIDA & SILVEIRA
(Antiga casa MENDES D'ABREU)
Fundada em 1878

Telegr. ALSIL : 75, Rua Ferreira Borges, 79 : Telefone 112

Pela modificação que acaba de sofrer esta já bem conhecida casa comercial, quer no estabelecimento, quer no atelier de alfataria, cujas instalações se acham revestidas de todos os requintes de modernismo, conforto e bom gosto, os seus proprietários têm a subida honra de participar aos seus Ex.ªs clientes que obtiveram ultimamente um completo e variado sortido dos seguintes artigos:

EM LANIFÍCIOS:
Tudo o que ha de mais chlo e moderno para fatos e vestidos, vindos directamente de INGLATERRA e BELGICA, bem como das mal conhecidas fabricas de SANTA CLARA e OBERLINIA.

EM CAMISARIA, GRAVATARIA e LUVARIA:
As ultimas novidades que se recomendam não só pelo fino gosto que os artigos revestem como pela modicidade dos seus preços.

Rogamos portanto a V. Ex.ª a honra de uma visita á nossa casa, pois terão occasião de ver confirmado tudo o que acaba de ser exposto, garantindo nós assim a V. Ex.ª que, apoz essa visita, reconhecerão não terem dado por mal empregado o tempo, e nós satisfeitos com a honra que nos deram e que desde já, muito reconhecidamente agradecemos.

Publicidade da Almeida & Silveira (antiga casa Mendes Abreu), publicada na Gazeta de Coimbra de 4 de julho de 1922 (APPM).

²³⁵ “Declaração”, *Gazeta de Coimbra*, 11 de agosto de 1917, p. 3.

²³⁶ *Gazeta de Coimbra*, 4 de julho de 1922, p. 3 [anúncio].

²³⁷ *Gazeta de Coimbra*, 4 de julho de 1922, p. 4 [anúncio]; *Gazeta de Coimbra*, 5 de abril de 1928, p. 4 [anúncio].

²³⁸ *Gazeta de Coimbra*, 3 de novembro de 1923, p. 4 [anúncio].

2.1. – Documentos históricos de uma atividade fabril

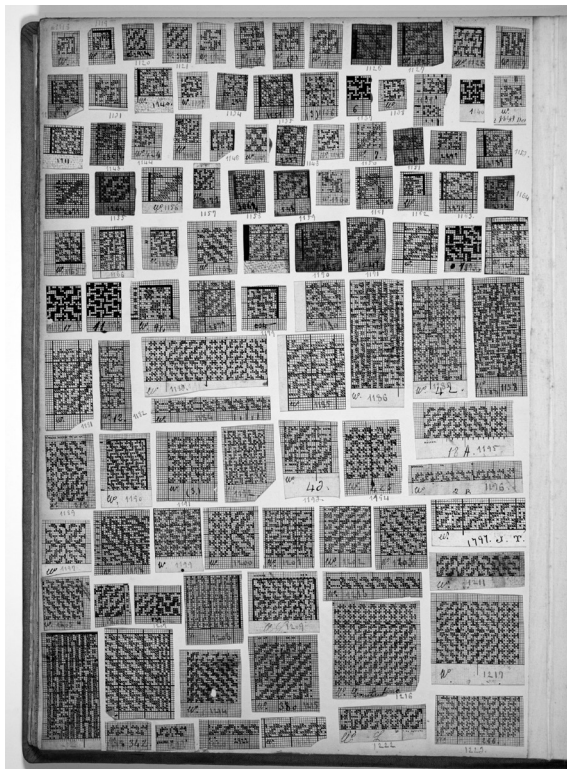
Dos primórdios da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara chegaram até aos nossos dias documentos de índole técnica de grande valia, uma vez que retratam o seu *modus operandi* em diferentes secções de produção, permitindo, de igual modo, estabelecer várias conexões com estabelecimentos do mesmo sector de atividade e, bem assim, com outras circunscrições geográficas, dentro e além-fronteiras, onde os lanifícios foram hegemónicos.

Atenda-se aos três cadernos de debuxo que inventariámos, cuja utilidade pretendeu representar graficamente, em papel quadriculado, o cruzamento ortogonal dos fios da teia com os da trama, programando, deste modo, a montagem do próprio tecido²³⁹. A proposta de datação dos referidos cadernos fixa-se nos finais da centúria de Oitocentos, tendo em consideração os vários elementos neles impressos.

O primeiro exemplar detém, no frontispício, o título de “Livro de debuxos de B[artolomeu]. Peig Doria”, sendo este sobrinho de Buenaventura Doria Borrell e irmão de Pedro Peig Doria, ambos sócios fundadores da Peig, Planas & C.^a. O titular do caderno esteve igualmente envolvido, juntamente com o irmão, nas atividades da Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areeiro de Oeiras (1864-1901), conquanto, no caso específico de Coimbra, não encontremos quaisquer relatos da sua estada enquanto funcionário da empresa. Perante o exposto, pensa-se que o referido caderno, que detém 1977 amostras distintas de debuxo, possa ter transitado de Oeiras para a cidade do Mondego através de Pedro Peig Doria, servindo, deste modo, de base para a montagem dos tecidos da nova fábrica²⁴⁰.

²³⁹ António José Frasco Leite, *Estudo da compatibilidade entre estruturas e figuras geométricas nos tecidos Jacquard*, Braga, Universidade do Minho, Policopiado, 2003, p. 11 a 13.

²⁴⁰ APPM, “Livro de debuxos de B. Peig Doria”, finais do século XIX.



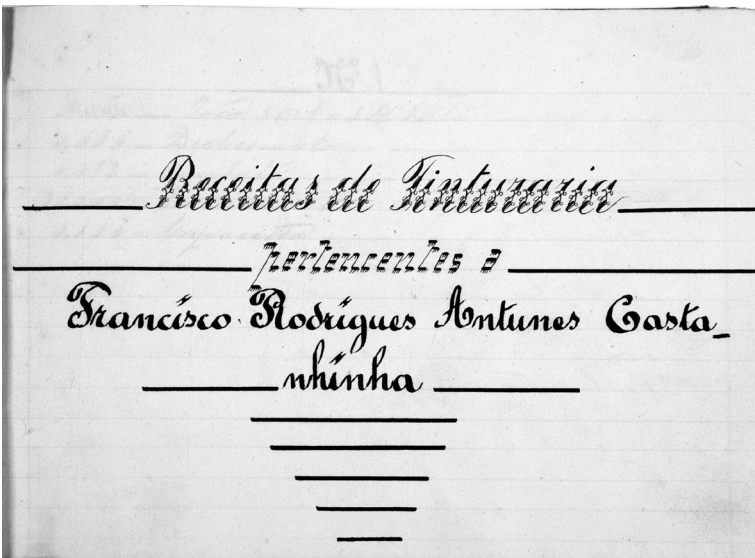
Livro de debuxo de B. Peig Doria. Finais do século XIX
(APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

O mesmo raciocínio poderá ser aplicado no segundo caderno que chegou até à atualidade, ainda que persistam algumas dúvidas, uma vez que a inscrição da pertença do exemplar que fora aplicada na contracapa se encontra rasgada, embora se possa ler não mais do que as seguintes informações: “Livro de debuxo.... Bartholomeu.... Peig, Planas...”. Para além de uma possível pertença a Bartolomeu Peig Doria, não podemos descartar a possibilidade, dada a leitura truncada da epígrafe, de o caderno pertencer a Jaime Bartolomeu Luís Planas Coronellas, sócio fundador da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, o que, em ambos os casos, mais uma vez nos remete, em termos de datação, para os primórdios do referido estabelecimento fabril²⁴¹.

²⁴¹ APPM, “Livro de debuxo....”, finais do século XIX.

O terceiro exemplar encontra-se atualmente na posse dos serviços de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Coimbra, detendo um avultado volume de 6624 amostras de debuxo, o que evidencia a capacidade de renovação dos seus produtos, se a firma assim o pretendesse²⁴².

No âmbito da coloração dos tecidos, encontram-se no arquivo particular de Pedro Planas Meunier dois cadernos de receitas de tinturaria, ambos datados dos finais do século XIX, ainda que com especificidades distintas entre si. O primeiro está devidamente identificado com a inscrição, na página inicial, de “Receitas de tinturaria pertencentes a Francisco Rodrigues Antunes Castanhinha”, sendo este companheiro de Buenaventura Doria Borell nos labores da Fábrica de Lanifícios Campos Mello & Irmão, na Covilhã, o que indicia a passagem deste *know-how*, de 263 receitas de coloração distintas, para as bases da produção da unidade fabril conimbricense, trazidas pelo referido sócio fundador e responsável máximo do sector de tinturaria²⁴³.

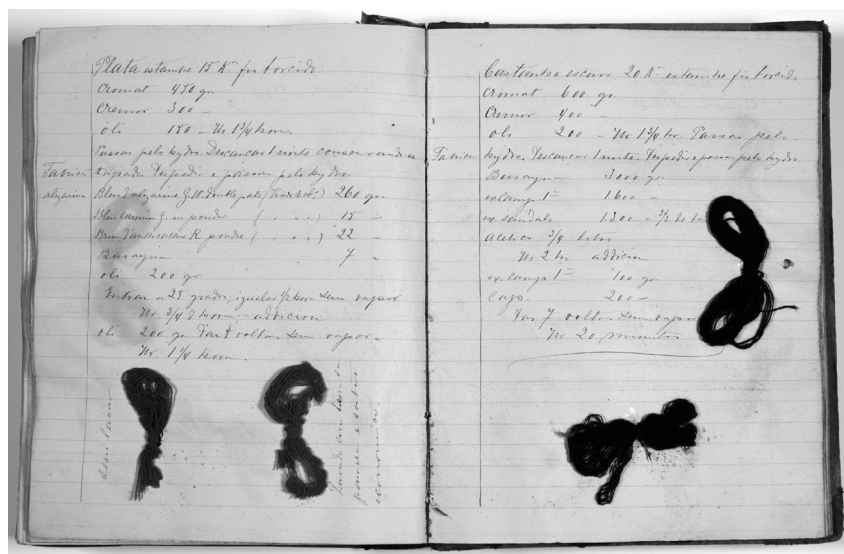


Receitas de tinturaria pertencentes a Francisco Rodrigues Antunes Castanhinha.
Finais do século XIX (APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

²⁴² Gabinete de História e Arqueologia da CMC, Pasta Peig, Planas & C.^a.

²⁴³ APPM, “Receitas de tinturaria pertencentes a Francisco Rodrigues Antunes Castanhinha”, finais do século XIX.

Embora sem autor devidamente identificado, o segundo exemplar apresenta como referência o nome da firma Peig, Planas & C.^a, situando-o, deste modo, no período cronológico atrás apontado. Para além da apresentação dos ingredientes e respetivas quantidades, deparamo-nos com algumas amostras de fios de lã coloridos, de acordo com receita específica anexa. O referido caderno apresenta ainda a sequência temática que ora se descreve: um primeiro segmento sem título, com 87 receitas distintas, um segundo segmento, intitulado “Cores feitas na fábrica Peig, Planas & C.^a, Coimbra, Tinturaria a vapor”, com 636 fórmulas indicadas; uma última divisão, denominada “Tinturaria em meada lã, a vapor e estambre, fábrica Coimbra”, sem uma numeração específica, ainda que transcreva mais de 100 receitas diferentes²⁴⁴.

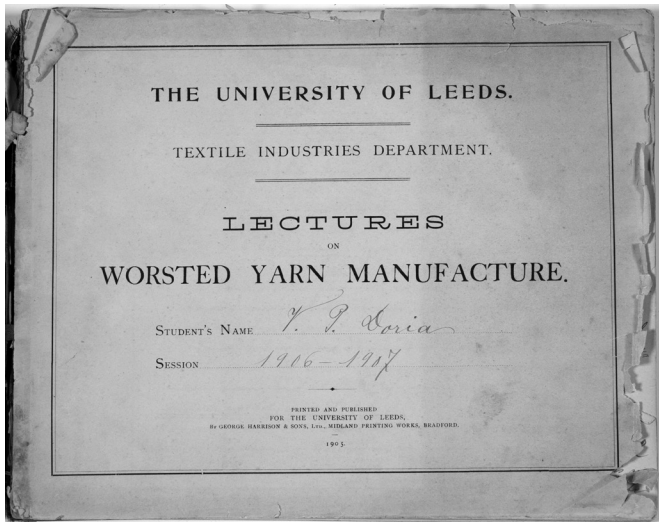


Livro de receitas de tinturaria da firma Peig, Planas & C.^a. Finais do século XIX
(APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

Resta-nos aludir aos cadernos de Leeds pertencentes a Vitorino Planas Doria, que cursou no departamento têxtil de índole universitária-

²⁴⁴ APPM, Livro de receitas, s/t., finais do século XIX.

ria da referida cidade britânica, trazendo, deste modo, para Coimbra, a partir de 1909, o *modus faciendi* de um dos maiores centros mundiais do sector dos lanifícios. As aulas frequentadas entre os anos de 1905 a 1907 ficaram registadas em seis cadernos distintos, já consultados e devidamente identificados por José Amado Mendes na década de 1980²⁴⁵, conquanto, nos dias de hoje, reste somente um exemplar referente às aulas de “Worted Yard Manufacture” – lã penteada manufaturada –, frequentadas no ano letivo de 1906/1907. Destes apontamentos tomados por Vitorino Planas Doria, realce-se o estudo minucioso dos diferentes tipos de fio numa espécie de inventário da geografia mundial da lã, com referências aos exemplares que poderão ser colhidos em vários países de diferentes continentes²⁴⁶.



Caderno “Worted Yard Manufacture”, pertencente a Vitorino Planas Dória, 1906-1907 (APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

²⁴⁵ São eles: “Colouring”; “Cloth Finishing”; “Woolen Yarn Manufacture”; “Scouring Machinery”; “Designing & Waving”; “Worted Yard Manufacture” (José Maria Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 147). O diploma respeitante à disciplina “Wollen Yard Manufacture”, frequentada no ano letivo de 1905/1906, encontra-se arquivado no Gabinete de História e Arqueologia da CMC, Pasta Peig, Planas & C.^a

²⁴⁶ APPM, Vitorino Planas Doria, caderno “The University of Leeds. Textile Industries Department. Worted Yarn Manufacture”, ano lectivo 1906/1907.

Perante o exposto, a descrição efetuada dos documentos de índole técnica presentes nos primórdios da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara demonstra, tal como José Amado Mendes já evidenciou²⁴⁷, que o *know-how* existente no referido organismo partiu de contributos provindos de pontos industriais distintos: desde logo de Sabadell – de onde vieram os fundadores; da Covilhã, mais concretamente do conhecimento adquirido na secção de tinturaria da fábrica Campos Mello & Irmão; de Oeiras, de onde chegaram dois dos livros de debuxo essenciais na montagem dos tecidos; bem como a experiência da conceção de lanifícios e respetivos maquinismos adquirida em Leeds, por Vitorino Planas Doria, já nos inícios da centúria de Novecentos. É nesta junção de vetores dispersos que reside o sucesso do produto final produzido pela fábrica conimbricense, admirado, como a seguir veremos, dentro e fora de portas.

(1) <i>Wool of Primitive Sheep</i>			
Wool	District	Characteristics of Wool	Quality of Wool
Highlands	Scotland	Woolly, soft, greasy on feeling, at bottom, not much black, brown grey white	Mixture of coarse wool only, used for coarse carpet yarns.
Wales	Sheep of Mountains & Valleys		Fleece contains a mixture of hair, finer wool used for fleeces
(2) <i>Mountain Sheep</i>			
Samson and Dartmoor	Devonshire & Cornwall	Woolly, soft, greasy, greasy, is full fleece of wool	Soft fibred wool
Black Face and Breed	Higher ranges of Derby, York, Westmorland & Lancashire	Large staple, different from mountain sheep	Fleece coarse & irregular in length, also heavy
Abriet	North of Southampton & West of Scotland	A well formed sheep, wool strong, all over growth of wool	One of best used, staple wool grows upon neck & on the sides of the head, as known as Bicester, Leicester & gives a wool longer & more lustrous in staple.
(3) <i>Crescent of Wools</i>			
Direct	Devonshire	Woolly, soft, greasy, growth of wool	Wool fairly long, not so good as S. Down.
Unwashed	Lancashire	A smaller staple	Wool is larger & more lustrous
Hampshire	Devonshire	Similar to Devonshire	Similar to Lancashire
Down	Devonshire	Woolly, soft, greasy, growth of wool, in hilly pastures & chalky soil	Frequently crossed with Leicester, so that it gives a stronger staple.
(4) <i>Long</i>			
Spencer	Long	Wool staple, distinguished by greater length of staple & weight of fleece.	
Downing	Wiltshire, Dorset, Kent	An excellent wool producer	Wool bright & silky, crossed with Southdown & New B.
Leicester	Devonshire & Vale of Hereford	" " " "	Similar to above but staple shorter
	Wiltshire, Cambridgeshire	" " " "	" " " "
	from S. York to Bedford & Gloucestershire	" " " "	" " " "

Pormenor do caderno "Worsted Yard Manufacture", 1906-1907 (APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

²⁴⁷ José Maria Amado Mendes, *Op. cit.*, p. 146 a 148.

2.2. – Reconhecimento nacional e internacional

Ao reconhecimento dos consumidores, pela qualidade da fazenda produzida pela Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, juntaram-se os prêmios e menções honrosas colhidas em diversas exposições nacionais e internacionais, sendo este um modo de propaganda eficaz a que o estabelecimento fabril não se esquivou.

Já em 1894, na cidade de Coimbra, a Peig, Planas & C.³ levou as suas casimiras e estambres à exposição local de produtos industriais e agrícolas da freguesia de Santa Clara, inaugurada no dia 5 de julho, nas instalações da própria fábrica, mais precisamente na área correspondente à igreja do convento de São Francisco, e, segundo a imprensa periódica regional, “[...] fez-se ali representar de modo distintíssimo”²⁴⁸. Três anos depois, no Palácio de Cristal da cidade do Porto, a sua presença na exposição dedicada à indústria do país (de 18 de setembro a 12 de dezembro de 1897) levou-a à obtenção da medalha de cobre pela excelência dos panos apresentados²⁴⁹. Já na centúria seguinte, ainda em contexto nacional, destaca-se o diploma de honra recebido no Congresso Beirão, ocorrido em julho de 1922²⁵⁰, e anos mais tarde, em 1929, não deixou de ser notada a sua comparência num certame de carácter expositivo ocorrido na cidade de Castelo Branco²⁵¹.

²⁴⁸ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1; Joaquim Martins de Carvalho, “A exposição de Santa Clara”, *O Conimbricense*, n.º 4884, 7 de julho de 1894, p. 1 a 2.

²⁴⁹ APPM, Reprodução fotográfica do diploma da Exposição Industrial, Palácio de Cristal Portuense, Medalha de Cobre, 12 de dezembro de 1897.

²⁵⁰ “Congresso Beirão. Exposição Industrial”, *Gazeta de Coimbra*, 25 de julho de 1922, p. 1.

²⁵¹ S/t., *Gazeta de Coimbra*, 2 de abril de 1929, p.1.

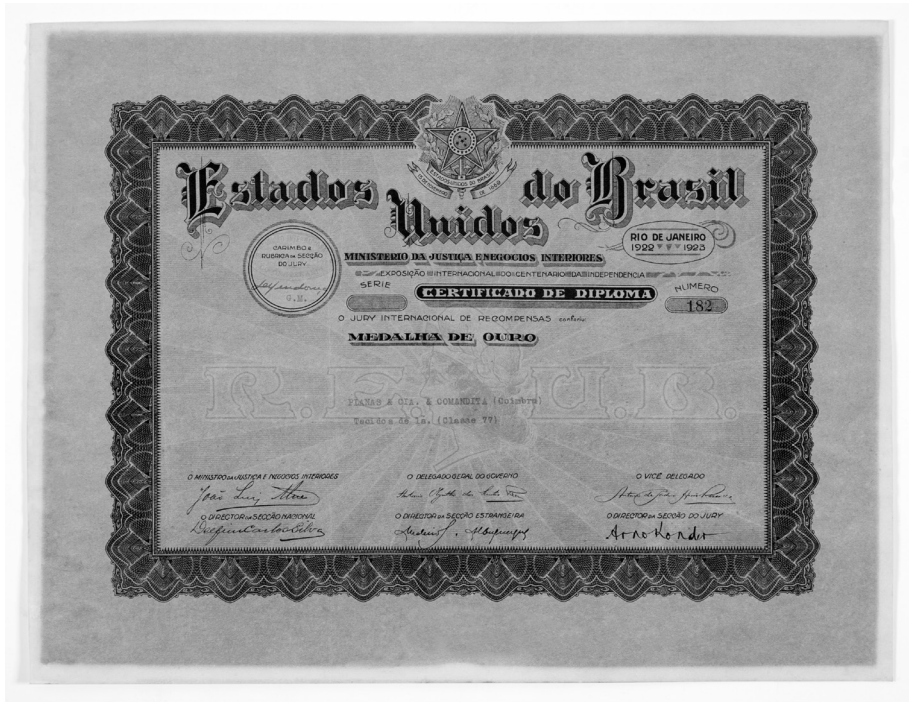


Diploma respeitante à medalha de cobre obtida pela Peig, Planas e C.^a na Exposição Industrial ocorrida no Palácio de Cristal do Porto, 1897 (APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

No panorama “fora de portas”, a participação, em 1908, no Rio de Janeiro foi premiada pelo júri com a medalha de ouro, num evento que pretendeu comemorar, tal como o diploma recebido menciona, o primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional²⁵². As celebrações do centenário da independência da referida nação contaram com a abertura de uma exposição de espectro internacional (ocorrida entre 7 de setembro de 1922 e 23 de março do ano seguinte), registando-se a participação de empresas de vários países, assentes em mais de 6000 expositores e com um total estimado de 3 milhões de visitantes. Com a sua participação, a sociedade fabril

²⁵² APPM, Reprodução fotográfica do diploma da “Exposição nacional de 1908 em comemoração do 1.º centenario da abertura dos portos do Brasil ao commercio internacional”, Estados Unidos do Brasil, Medalha de Ouro, 1908.

conimbricense arrecadou mais uma medalha de ouro no âmbito da categoria “Tecidos de lã”²⁵³.



Diploma respeitante à medalha de ouro obtida pela Planas & C.^a em Comandita na Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, 1922 (APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

Registe-se a importância da obtenção, atribuída por um júri reunido especialmente para o efeito, de um “Gran Premio” na Exposição Ibero Americana – inaugurada, em Sevilha, a 9 de maio de 1929 e encerrada no dia 21 de junho do ano seguinte – colocando, mais uma vez, em evidência a qualidade das suas casimiras²⁵⁴. A imprensa regional não deixou de enaltecer tal feito, salientado ser “[...] mais um triunfo para aquele grandioso estabelecimento

²⁵³ *Ibidem*

²⁵⁴ APPM, Reprodução fotográfica do diploma “Exposición Ibero Americana”, Sevilha, *Gran premio*, 1930.

fabril que há muitos anos vem honrando não só a indústria conimbricense como a indústria nacional. Esta recompensa tem tanto maior valor quando é certo estarem representados nessa grande exposição as fábricas congêneres mais importantes de Espanha e das Américas”²⁵⁵.

Embora não lucrassem com qualquer tipo de publicidade provida da fábrica de lanifícios, a imprensa local não deixou de enaltecer a qualidade dos seus produtos em diferentes artigos escritos, cujos predicados, quase sempre laudatórios, poderão ser encarados como verdadeiros *spots* publicitários, como espelha, com clareza, o relato que se segue, publicado em janeiro de 1917: “Há dias entrou um indivíduo em uma alfaiataria desta cidade a escolher um tecido para uma roupa. E depois de escolher perguntou para o alfaiate: – Esta fazenda é nacional? – É. – O senhor garante-me que ela não desbota? – Eu lhe digo. Se ela foi fabricada na fábrica de Santa Clara não desbota, se é doutra procedência não garanto. Em resumo. O alfaiate conimbricense não conhece o que se fabrica em Coimbra, mas sabe por experiência que os tecidos da fábrica de Santa Clara são superiores aos congêneres”²⁵⁶.

No mesmo sentido podemos considerar um episódio que Luís E. Elias Casanovas epiteta de uma “lenda, inúmeras vezes desmentida... mas sempre repetida!”, sobre “[...] um oficial da marinha portuguesa, ao qual em Londres, ao pretender comprar fazenda para a farda de gala, danificada a bordo, foi oferecida como sendo a que de melhor tinham... fazenda de Santa Clara.”²⁵⁷. Apesar de não encontrarmos quaisquer registos probatórios da venda, no estrangeiro, dos produtos da referida estrutura fabril, o episódio atrás relatado é tido ainda hoje em consideração, sendo várias vezes invocado – quase como um “mito urbano” –, sobretudo em Coimbra, para sublinhar a importância que a firma deteve nos primeiros anos de laboração.

²⁵⁵ S/t., *Gazeta de Coimbra*, 18 de março de 1930, p. 1.

²⁵⁶ “A Feira de Lyon e os nossos produtos”, *Gazeta de Coimbra*, 3 de Janeiro de 1917.

²⁵⁷ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 178.

3. – A partir dos anos de 1930: a produção de lanifícios em números

A documentação respeitante à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara que se encontra preservada nos arquivos do Ministério da Economia (da 2.^a Circunscrição Industrial) permite-nos compreender alguns dos aspetos essenciais da sua produção. As inspeções periódicas ao espaço fabril, por parte das entidades estatais, para além de se debruçarem sobre os equipamentos industriais, recolheram, de igual modo, informações respeitantes à capacidade de fabrico diário, como demonstra o Quadro 11, que incide sobre os anos de 1939 e 1940. Destaque-se a preparação e fiação de 100 quilos de lã penteada, numa quantidade bem superior às cardações e fiação de lã em rama. Nesta última tipologia verifica-se uma produção raramente superior a 30 quilos de fio, num trabalho intermitente e muito irregular, segundo o parecer dos inspetores. Na secção da tecelagem, a capacidade de criação de tecidos fixou-se numa média de 260 metros diários e no âmbito da coloração, os valores fixaram-se nos 42 000 quilos de lã (em rama e penteada) e em 400 peças de tecido, apesar de a laboração neste sector ser variável, com desequilíbrios transitórios verificados na tinturaria das lãs penteadas²⁵⁸.

²⁵⁸ AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940.

Quadro 11 - Capacidade de produção diária da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1939-1940)

Secção	Capacidade de produção
Preparação e fição de lã penteada	<ul style="list-style-type: none"> • 100 quilos de fio
Cardações e fição (lã em rama)	<ul style="list-style-type: none"> • Raramente superior a 30 quilos de fio
Tecelagem	<ul style="list-style-type: none"> • 260 metros
Tinturaria	<ul style="list-style-type: none"> • 42 000 quilos de lãs em rama e penteadas • 400 peças de tecidos
Acabamento	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade suficiente para a produção normal da tecelagem sem desequilíbrio mecânico de relevo

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940.

No que compete às matérias-primas, o predomínio manteve-se na importação de lã lavada e já previamente penteada, com a especificidade de, nesta última categoria, o tratamento ter sido dado em Alhandra no ano de 1939²⁵⁹, antes da chegada ao Rossio de Santa Clara. A preferência recai pelas lãs inglesas, australianas e sul-africanas, embora, a partir dos dados recolhidos, no ano de 1950 já se registre a compra de lã portuguesa²⁶⁰, especificando-se, em 1964, a proveniência alentejana²⁶¹. Nos elementos concernentes aos preços de compra por quilo, saliente-se um primeiro aumento visível entre 1939 e 1940²⁶², relacionado, provavelmente, com o contexto de beligerância

²⁵⁹ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939.

²⁶⁰ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951.

²⁶¹ Sara Dias, *Espaços religiosos como espaços industriais: o exemplo da Peig, Planas e Companhia*, Coimbra, Policopiado, 2001, p. 33.

²⁶² AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de

mundial então vivido. Os valores apontados em anos posteriores (1950 e 1964) indicam um crescimento do custo da matéria-prima, conquanto este parâmetro analítico possa ser restritivo e de certo modo trincado, uma vez que não foi possível confirmarmos o tipo de lã adquirida no ano de 1964²⁶³. Neste aspeto, importa ainda salientar que a lã penteada apresenta sempre custos mais elevados, em comparação com a cardada e a unicamente lavada, sendo manifesto o preço mais acessível da lã nacional quando comparada com a proveniente do estrangeiro (Quadro 12).

Quadro 12 - **Matéria-prima utilizada pela Fábrica de Lanifícios de Santa Clara**

Ano	Tipo	Proveniência	Preço de unidade por quilo à entrada da fábrica	Observações
1939	Lã lavada	Inglaterra	26\$00 a 30\$00	–
	Lã penteada	Austrália	30\$00 a 33\$00	Lã penteada em Alhandra
	Lã penteada	Cidade do Cabo (África do Sul)	30\$00 a 33\$00	Lã penteada em Alhandra
1940	Lã lavada	Inglaterra	30\$00 a 37\$00	–
	Lã penteada	Austrália	30\$00 a 42\$00	–
	Lã penteada	Cidade do Cabo (África do Sul)	30\$00 a 42\$00	–
1950	Lã cardada branca	Portugal	67\$00	–
	Lã penteada branca	Portugal	92\$00	–
	Lã cardada branca	Austrália	80\$00 a 90\$00	–
	Lã cardada branca	Cidade do Cabo (África do Sul)	80\$00 a 90\$00	–
	Lã penteada branca	Austrália	123\$00 a 158\$00	–
	Lã penteada branca	Cidade do Cabo (África do Sul)	123\$00 a 158\$00	–

abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940.

²⁶³ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951; Sara Dias, *Op. cit.*, p. 33.

1964	Lã	Alentejo (Portugal)	75\$00	Não especifica o tipo de lã
	Lã	Cidade do Cabo (África do Sul)	95\$00	Não especifica o tipo de lã
	Lã	Austrália	120\$00	Não especifica o tipo de lã

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951; Sara Dias, *Op. cit.*, p. 33.

Os elementos recolhidos sobre os produtos fabricados evidenciam que a fábrica manteve a opção pelo mercado nacional, restringindo-se territorialmente ao continente. Os preços de venda do tecido à saída da fábrica aumentaram conforme o evoluir dos anos, atingindo uma média de 150\$00 por metro em 1951²⁶⁴. Relativamente à capacidade de produção estimada (em termos anuais) e tendo em conta os anos com informação conhecida, verifica-se um sucessivo aumento, desde os 70 a 90 mil metros assentes em 1939²⁶⁵ ao pico máximo de 120 mil metros no ano de 1956²⁶⁶. Já os valores indicados nos anos de 1960 evidenciam o sentido contrário, sendo a queda claramente pronunciada em 1964 (60 mil metros anuais)²⁶⁷ e coincidente com as múltiplas dificuldades que a instalação fabril vivenciou na referida década (Quadro 13). Ainda assim, em 1967, a Planas & C.ª prontificou-se, em concurso público, a produzir 40 mil metros anuais de tecido fino para aplicação posterior em uniformes, com entregas semanais de 2500 a 5000 metros, numa encomenda que, a concretizar-se – o que

²⁶⁴ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951.

²⁶⁵ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939.

²⁶⁶ Sara Dias, *Op. cit.*, p. 33.

²⁶⁷ *Ibidem.*

manifestamente não aconteceu –, poderia ter melhorado substancialmente o *score* anual da produtividade da instalação fabril²⁶⁸.

Quadro 13 – Produtos fabricados pela Fábrica de Lanifícios de Santa Clara

Ano	Produto	Mercado a que se destinam	Preço de venda à saída da fábrica (1 metro)	Capacidade de produção da fábrica (anual)
1935	Tecidos de lã	Nacional (continente)	50\$00 (média)	–
1939	Tecidos de lã	Nacional (continente)	40\$00 a 90\$00	70 a 90 mil metros
1940	Tecidos de lã	Nacional (continente)	50\$00 a 100\$00	70 a 90 mil metros ou 250 a 300 metros diários (8 horas)
1951	Tecidos de lã	Nacional (continente)	150\$00 (média)	80 a 100 mil metros
1956	Tecidos de lã	Nacional (continente)	–	120 mil metros
1961	Tecidos de lã	Nacional (continente)	–	80 a 90 mil metros
1963	Tecidos de lã	Nacional (continente)	–	80 a 100 mil metros
1964	Tecidos de lã	Nacional (continente)	–	60 mil metros

Fonte: Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale*, Paris, 1935, p. 330; AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951; Sara Dias, *Op. cit.*, p. 33.

²⁶⁸ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397; Ofício da Planas & C.ª dirigido à 2.ª Circunscrição, assinado: Planas & C.ª, 2 de agosto de 1967; ofício n.º 4365 da 2.ª Circunscrição dirigido à Planas & C.ª, assinado: o engenheiro-chefe da circunscrição Joaquim Neto Murta, 3 de agosto de 1967.

Segundo Luís E. Elias Casanovas, reporta-se ao ano de 1957 a existência de um mostruário específico para a Inverno, sendo este um instrumento basilar no âmbito comercial. A sua constituição conteve 2000 amostras de tecido distintas, correspondentes a 300 ou 400 padrões diferentes, o que implicou uma quantidade significativa de armazenamento de fio e de tecido²⁶⁹. No sector do acabamento era dada atenção extrema à verificação das peças já fabricadas antes de se proceder ao seu despacho para fora das instalações, levando a que, por vezes, para atingir um trabalho considerado perfeito, as fazendas voltassem de novo “[...] para mais uma passagem na prensa para serem apisoadas ou para serem mais rapadas [...]”²⁷⁰.

A introdução, no âmbito da indústria têxtil, das fibras sintéticas ou de mistura foram, até 1957, postas de lado pelos técnicos e dirigentes da fábrica, que mantiveram a tónica essencial na produção de lã, tal como vinha sendo hábito desde os primórdios da empresa. Segundo palavras de Luís E. Elias Casanovas, «Na Fábrica de Lanifícios de Santa Clara não entrou [...] um grama sequer de qualquer fibra que não fosse lã, com excepção da seda usada nos filetes de certo tipo de fazenda. Casmurricice? Não cremos, trata-se sim do respeito que se deve a muitos anos de trabalho. Mas não foi fácil, e pelo escritório dos técnicos desfilavam semanalmente amostras de fibras, todas “melhores do que a lã” e que nunca mereceram sequer a transigência de um simples ensaio: no velho convento de S. Francisco a lã mantinha o seu estatuto privilegiado...»²⁷¹.

Reporta-se aos primeiros anos da década de 1960 o início das dificuldades financeiras da firma, como já demonstramos anteriormente no presente estudo. No âmbito da produção, os balanços anuais que chegaram aos nossos dias confirmam a redução significativa nos vários parâmetros incluídos na rubrica “Fabricação”, constando nela a contabilização das matérias-primas, dos fios já fabricados, bem como das fazendas em xerga e em armazém. Tomando como exemplo a

²⁶⁹ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 182 a 183.

²⁷⁰ *Idem*, p. 183.

²⁷¹ *Idem*, p. 180.

comparação entre 1961 e 1962²⁷², realce-se a queda abrupta, em um só ano, de todos os referidos itens, numa baixa que, em quase todos os casos, se traduz numa redução superior a 50% (Quadro 14).

Quadro 14 – Rubrica do Balanço da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara respeitantes à produção de tecidos (1961-1962)

Fabricação	1961	1962
Matérias-primas	813 065\$70	182 529\$40
Fios	5 670 562\$20	1 980 940\$00
Fazenda em xerga	907 908\$30	428 548\$70
Fazendas em armazém	2 229 674\$50	1 201 537\$50

Fonte: APPM, Balanço da firma Planas & C.^a em 31 de dezembro de 1961; Balanço de 1962.

Nesta conjuntura de nítida depreciação da empresa, a queda significativa da capacidade de produção fabril vigente na referida década²⁷³ antecipa, desde logo, as dificuldades que serão vivenciadas nos anos de 1970 e que ditarão o fim da Planas & C.^a.

4. – Última etapa: o pronto-a-vestir

Já vimos, no Capítulo II, que a fundação da Dislan Ld.^a, em janeiro de 1970, se inseriu no contexto de emergência financeira por parte da Planas & C.^a, numa tentativa de atualizar a sua posição no mercado nacional e de acompanhar as novas tendências dos consumidores que, à época, privilegiavam, cada vez mais, o pronto-a-vestir em detrimento da compra de fazendas para posterior elaboração de peças de vestuário.

Para além do seu aproveitamento para escoar o tecido produzido, a loja da fábrica, assente nas mesmas instalações do antigo convento de São Francisco, colocou à venda peças de vestuário, sobretudo

²⁷² APPM, Balanço da firma Planas & C.^a em 31 de dezembro de 1961; Balanço de 1962.

²⁷³ Atenda-se aos valores apontados do Quadro 13 do presente capítulo.

masculino, nas variantes cardado, penteado ou misto. Numa análise ao último balanço oficial²⁷⁴, verifica-se a existência de dois armazéns que acautelavam os produtos confeccionados à espera de escoamento, num total fixado na avultada quantia de 1 837 220\$00. Na loja propriamente dita encontravam-se expostos e prontos para venda 2 292 691\$10 em artigos, que englobaram, além de fatos e variantes de pronto-a-vestir, outros artigos – anéis, túnicas, lenços, botões de punho, calções de banho –, cuja confeção original não passou pela Planas & C.^a (Quadro 15).

Quadro 15 – Rubrica “Existências” do Balanço da Dislan Ld.^a
(31 de dezembro de 1974)

		Quantidade/Preço	Total
Fazenda em armazém			7 683 046\$00
	Cardado	4102,6 m x 285\$00	1 169 241\$00
	Penteado	9435,4 m x 365\$00	3 443 921\$00
	Misto	9896,4 m x 310\$00	3 067 884\$00
Fazenda em armazém – retalho			53 661\$00
	Cardado	41,9 m x 142\$50	5 970\$50
	Penteado	136,85 m x 182\$50	24 975\$00
	Misto	146,55 m x 155\$00	22 715\$50
Confeções em armazém A			1 742 550\$00
	Fatos Cardados	15 x 1.360\$00	20 400\$00
	Fatos Penteados	477 x 1.570\$00	748 890\$00
	Fatos Mistos	32 x 1.360\$00	43 520\$00
	Casacos Cardados	145 x 870\$00	126 150\$00
	Casacos Penteados	304 x 940\$00	285 760\$00
	Casacos Mistos	155 x 870\$00	134 850\$00
	Calças Cardado	152 x 330\$00	50 160\$00
	Calças Penteado	746 x 405\$00	302 130\$00
	Calças Misto	93 x 330\$00	30 690\$00

²⁷⁴ APPM, “Balanço provisório em 31 de dezembro de 1974. Dislan - Distribuidora e Lanifícios Santa Clara, Ld.^a”.

Confeções em armazém B			947 670\$00
	Fatos Cardados	13 x 890\$00	11 570\$00
	Fatos Penteados	210 x 990\$00	207 900\$00
	Fatos Mistos	26 x 790\$00	20 540\$00
	Casacos Cardados	180 x 520\$00	93 600\$00
	Casacos Penteados	366 x 580\$00	212 280\$00
	Casacos Mistos	273 x 460\$00	125 580\$00
	Calças Cardado	86 x 240\$00	20 640\$00
	Calças Penteadas	194 x 280\$00	54 320\$00
	Calças Misto	1018 x 180\$00	183 240\$00
	Sobretudos cardados	24 x 750\$00	18 000\$00
Aviamentos			1 408 270\$40
Loja pronto-a-vestir			2 292 691\$10
	Fatos Cardados	–	15 840\$00
	Fatos Penteados	–	90 150\$00
	Casacos Cardados	–	40 890\$00
	Casacos Penteados	–	79 815\$00
	Casacos Mistos	–	80 245\$00
	Calças Cardado	–	55 850\$00
	Calças Penteadas	–	62 470\$00
	Calças Misto	–	13 230\$00
	Sobretudo Cardado	–	24 300\$00
	Sobretudo Penteadas	–	900\$00
	Sobretudo Misto	–	4 500\$00
	Coletes Cardado	–	10 890\$00
	Saias Cardado	–	2 340\$00
	Outros	–	1 811 271\$10
Total Geral			14 127 888\$50

Fonte: APPM, “Balanço provisório em 31 de dezembro de 1974. Dislan - Distribuidora e Lanifícios Santa Clara, Ld.^ª”.

No âmbito da Planas & C.^a, a rubrica “Existências” do último balanço²⁷⁵ demonstra que se procedia à fabricação de tecidos mistos, ainda assim em menor quantidade quando comparados com os de lã cardada e penteada, num total de fazenda estimado em

²⁷⁵ APPM, “Balanço provisório reportado a 31 de Dezembro. Planas & C.^a”.

2 511 8707\$50. O uso de outras fibras além da lã é comprovado através dos fios presentes em armazém, verificando-se ainda a pouca quantidade de matéria-prima (147 170\$00), embora, tal facto seja coerente com a situação de insolvência da empresa (Quadro 16).

Quadro 16 – Rubrica “Existências” do Balanço da Planas & C.^a
(31 de dezembro de 1974)

	Quantidade/Preço	Total
Fabricação em curso (fazenda)		2 511 807\$50
Cardado	3 911,8 m x 200\$00	782 360\$00
Penteado	6 975,1 m x 245\$00	1 708 988\$50
Misto	186,8 m x 110\$00	20 548\$00
Fios cruz em armazém		1 038 323\$00
Cardado	782 kg x 180\$00	140 760\$00
Penteado	55,7 kg x 250\$00	13 925\$00
Penteado misto	4 207,8 kg x 210\$00	883 638\$00
Fios, cores e mesclas em armazém		2 734 311\$00
Cardado	959,9 kg x 200\$00	191 980\$00
Cardado Misto	1,6 kg x 180\$00	288\$00
Penteado	8 140 kg x 280\$00	2.279 200\$00
Penteado Misto	805,2 kg x 240\$00	193 248\$00
Algodão	126 kg x 80\$00	10 080\$00
Fibras	128,1 kg x 150\$00	19 215\$00
Seda	80,6 kg x 500\$00	40 300\$00
Anilina e produtos auxiliares	–	213 367\$00
Diversos	–	199 567\$00
Sal	6 060 kg x 2\$00	12 000\$00
Soda	600 kg x 3\$00	18 000\$00
Combustível		4 800\$00
Nafta	3 200 kg x 1\$50	4 800\$00
Matéria-prima		147 170\$00
Lavado Tinto	277 kg x 180\$00	49 860\$00
Desperdícios Lavado	150 kg x 80\$00	12 000\$00
Desperdícios Penteado	1 112 kg x 55\$00	61 160\$00
Desperdícios Penteado Tinto	210 kg x 115\$00	24 150\$00
Total geral		6 649 778\$50

Fonte: APPM, “Balanço provisório reportado a 31 de Dezembro. Planas & C.^{aa}”.

Num exercício de síntese que possamos efetuar sobre a produção da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, é manifesta a exigência, desde os primórdios, pela qualidade dos tecidos, o que se repercutiu no sucesso da própria empresa quer dentro, quer fora de portas. O facto de os seus produtos serem, ainda hoje, lembrados na cidade de Coimbra, sobretudo pelos mais antigos, que exaltam alguns dos relatos (quicá míticos) atrás descritos, corrobora tal afirmação, demonstrando que o esforço pela manutenção da qualidade foi uma constante, devidamente fragmentado em todas as diferentes secções respeitantes ao fabrico do produto final. Nas palavras de Luís Elias Casanovas, «Era desse esforço conjunto que ia desde a tinturaria à cerzideira, do acabador ao encarregado, que nascia a qualidade final da fazenda. Um pouco como naquela fábrica inglesa, onde o diretor disse, um dia, a um jornalista que se fizesse um mau automóvel o porteiro não deixava sair... Foi esse gosto pela qualidade que ficámos a dever a uns tantos “brutamontes de apelidos bizarros”, que ensinaram camponeses da Beira a fazer a melhor fazenda de Portugal.... E esses camponeses aprenderam e não esqueceram”²⁷⁶.

Destes “camponeses”, que teceram, com sabedoria, o “fio Ariadne”, também “reza a história” e, nas próximas páginas, ser-lhes-á dada voz.

²⁷⁶ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 184.

Capítulo V

Uma casa de operários



*- Era uma casa - como direi? - absoluta.
Eu jogo, eu juro.
Era uma casinfância.
Sei como era uma casa louca.
Eu metia as mãos na água: adormecia, lembrava.
Os espelhos rachavam-se contra a nossa mocidade.*

Herberto Helder

Capítulo V

Uma casa de operários

1. – *In principio*: catalães entre camponeses

Seria, de certo modo, redutor cingir a história de uma fábrica de lanifícios à sua estrutura espacial, aos diferentes tipos de maquinismo e às especificidades do produto final. O simples facto da sua existência remete-nos, desde logo, para o elemento humano, quer no momento primacial – que a gerou e definiu os primeiros traços da sua identidade –, quer nas pessoas que, ao longo do tempo, nela trabalharam, dando parte da sua vida (e, em alguns casos, como veremos, até da sua adolescência) a uma firma de âmbito fabril com fins lucrativos. Em momentos anteriores a este, sobretudo no capítulo II do presente estudo, tentámos compreender o perfil de alguns dos decisores da empresa que moldaram a sua identidade de acordo com a oportunidade, as diferentes circunstâncias, não olvidando ainda as suas vivências e a forma como encaravam o mundo dos negócios. Resta-nos abrir o enfoque sobre as outras vertentes do elemento humano inerentes ao objeto de estudo, lembrando os operários que nele labutaram, retiraram o devido sustento e que, acima de tudo, permitiram a existência desta unidade fabril.

Além da adaptação do espaço físico e da compra dos meios de produção, os momentos iniciais da planificação e montagem da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara não deixaram de lado a procura de mão de obra, sendo alvitrado, na imprensa regional, a necessidade de empregar cerca de 80 pessoas de ambos os sexos²⁷⁷. Após a

²⁷⁷ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1.

entrada em funções do estabelecimento, a aceitação de trabalhadores continuou, como evidencia a fixação de um anúncio de emprego publicitado n' *O Conimbricense*, dos finais de 1888, que comunica, aos potenciais interessados, a admissão de mais 15 tecelões²⁷⁸.

O *Inquerito Industrial* de 1890 permite-nos compreender algumas especificidades do operariado da Peig, Planas & C.^a nos seus primórdios. No que concerne à duração do trabalho, a unidade fabril laborava todo o ano, com um número médio apurado em 300 dias. A jornada no período de verão estendia-se por 12 horas consecutivas, sendo encurtada em duas horas durante o horário de Inverno. Calculou-se em 90 o número médio de serões, com a durabilidade do trabalho noturno a estabelecer-se em três horas²⁷⁹.

Na contabilidade efetuada à mão de obra do sexo masculino, denota-se, em primeiro lugar, a existência de três categorias distintas – mestres e contramestres (7), operários (26) e aprendizes (2) –, distribuídos pelas funções de tecelão (19), ultimador (6), fiandeiro (5) e tintureiro (5). Ao todo, o espaço fabril apresentava, em 1890, 35 trabalhadores do referido género (Quadro 17).

Quadro 17 – Mão de obra do sexo masculino da Peig, Planas & C.^a (1890)

Função	Mestres e Contramestres	Operários	Aprendizes			Total sexo masculino
			12-16 anos	> 16 anos	Total	
Tintureiro	1	4	0	0	0	5
Fiandeiro	2	2	0	1	1	5
Tecelão	3	15	1	0	1	19
Ultimador	1	5	0	0	0	6
Total	7	26	1	1	2	35

Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 394 a 395.

²⁷⁸ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de Lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4311, 22 de dezembro de 1888, p.1.

²⁷⁹ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III – *Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, p. 378 a 379.

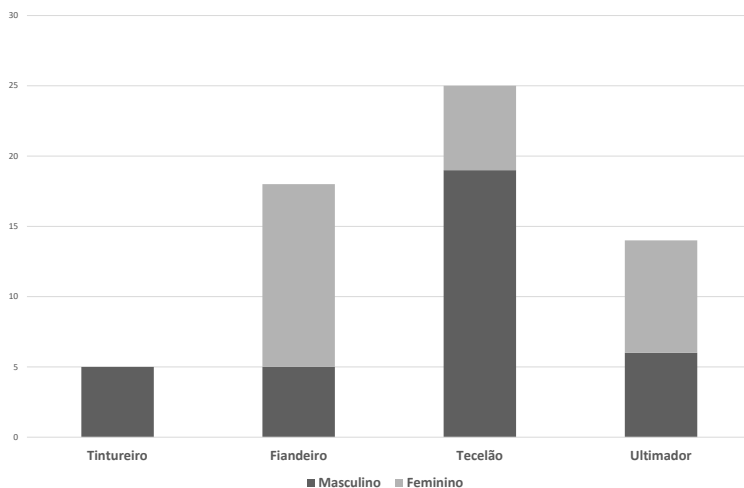
Quanto à mão de obra feminina, destaque-se a inexistência de mestres e contramestres ou de aprendizes, embora se possa contabilizar a presença de operárias menores, cuja idade se situava entre os 12 e os 16 anos (8), sendo em menor número quando comparadas com as colegas mais velhas (19). É de salientar a ausência de trabalhadoras com funções específicas no sector da tinturaria. Assim, em primeiro lugar, encontravam-se as fiandeiras (13), seguindo-se as ultimadoras (8) e as tecelãs (6), num total de 27 operárias no ativo (Quadro 18).

Quadro 18 – Mão de obra do sexo feminino da Peig, Planas & C.^a (1890)

	Operárias 12-16 anos	Operárias > 16 anos	Operárias (total)	Total do sexo feminino
Tintureira	0	0	0	0
Fiandeira	6	7	13	13
Tecelã	0	6	6	6
Ultimadora	2	6	8	8
Total	8	19	27	27

Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 394 a 395.

Ao todo, a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara apresentava, em 1890, 62 trabalhadores – um número ainda assim distante dos 80 inicialmente planificados –, verificando-se a existência de mais homens (35) do que elementos do sexo oposto (27). Se atendermos à distribuição por sectores, as trabalhadoras destacam-se na fiação (13) e no acabamento (8), com os homens a dominarem por completo na tinturaria (5), estando igualmente em maioria no departamento da tecelagem (19) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Mão de obra da Peig, Planas & C.^a: distinção por sexo (1890)

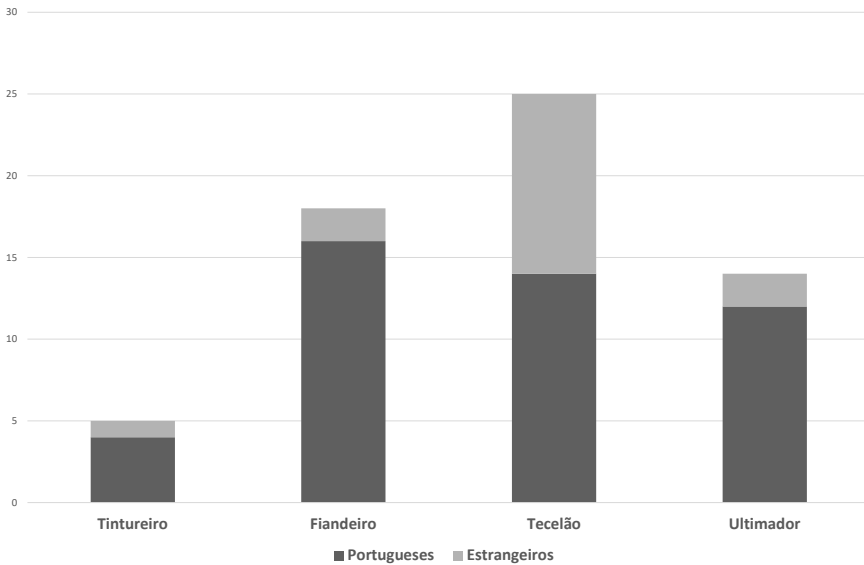
Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 394 a 395.

Tendo em consideração os dados relativos à sua proveniência, o referido *Inquerito Industrial* confirma a presença de operários estrangeiros, fixando-se em 38% do total da mão de obra, correspondente a 16 postos de trabalho. Em todas as secções de produção, o número de portugueses é superior em mais de 50%, existindo, ainda assim, um certo equilíbrio na tecelagem, composto por 14 nacionais e 11 estrangeiros (Quadro 19, Gráfico 2).

Quadro 19 – Mão de obra da Peig, Planas & C.^a, segundo a nacionalidade (1890)

	Portugueses				Estrangeiros				Total
	> 12 anos	12-16 anos	> 16 anos	Total	> 12 anos	12-16 anos	> 16 anos	Total	
Tintureiro	0	0	4	4	0	0	1	1	5
Fiandeiro	0	6	10	16	0	0	2	2	18
Tecelão	0	1	13	14	0	0	11	11	25
Ultimador	0	2	10	12	0	0	2	2	14
Total	0	9	37	46	0	0	16	16	62

Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 394 a 395.

Gráfico 2 – Mão de obra da Peig, Planas & C.^a, segundo a nacionalidade (1890)

Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 394 a 395.

Quanto à particularidade da mão de obra conimbricense, retenha-se que os trabalhadores provinham de zonas relativamente próximas da instalação fabril, como o centro da cidade, o próprio bairro de Santa Clara, a localidade de S. Martinho do Bispo e também a, já relativamente distante, freguesia de Antanho²⁸⁰.

Não podemos corroborar, em termos globais, a origem específica dos 16 empregados de origem estrangeira, embora não seja de todo displicente, dadas as características da empresa, propor como maioritária, ou mesmo integral, a nacionalidade espanhola, tal como a dos diferentes sócios que passaram pela empresa²⁸¹. O conhecimento que fomos adquirindo sobre alguns dos trabalhadores deste período inicial – como por exemplo os catalães Henrique Elias Balmañ, Francisco Rovira Juanico Guitart e Mateo Romeo y Brujas – levam-nos a assumir tal suposição. Do primeiro, sabemos que entrou para a fábrica em

²⁸⁰ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de Lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1.

²⁸¹ Atenda-se ao que escrevemos sobre o assunto no capítulo II do presente estudo.

simultâneo com o capitalista conterrâneo Francisco Ponsá Cauti²⁸², obtendo, em 1896, autorização para residir na cidade de Coimbra²⁸³. No que compete a Francisco Rovira Juanico Guitart, o seu nome encontra-se associado a uma fábrica de lanifícios em Loriga, onde exerceu as funções de tecelão. Jaime Planas Coronellas foi o responsável pela sua vinda para Coimbra em 1888 (tinha então 22 anos), com o intuito de participar na montagem da unidade fabril de Santa Clara, ficando responsável pela área da tecelagem, onde chegou a fazer “escola”, ao transmitir os seus conhecimentos laborais a diversos trabalhadores²⁸⁴. A fama de profissional de exceção coube, de igual modo, a Mateo Romeo que iniciou a sua atividade em Portugal como debuxador na cidade da Covilhã, estando associado a duas empresas distintas, como a Fábrica Alçada & Mouzaco e a conhecida Fábrica Campos Mello & Irmão, sendo nesta última colega de Jaime Planas Coronellas. A referida ligação entre ambos está na base da sua ida para Coimbra, onde exerceu a atividade de debuxador²⁸⁵.

Foram estes alguns dos quadros técnicos especializados, provenientes da Catalunha – ainda que com passagens comprovadas pela Covilhã –, cujo labor e experiência profissional influenciou a qualidade dos tecidos fabricados, não deixando de ensinar a sua arte aos, já epitetados, “camponeses da Beira”²⁸⁶. O próprio jornal *O Conimbricense* de 1894 salienta tal valência didática, afirmando ainda que “Todo o pessoal da fábrica foi ensinado e educado pelos seus proprietários e

²⁸² *Ibidem*; Luís E. Elias Casanovas, “A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara 1926-1956”, *I Encontro nacional sobre o património industrial*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 174.

²⁸³ José Amado Mendes, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial. 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984, p. 147.

²⁸⁴ APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier.

²⁸⁵ Enquanto estava na Covilhã, Mateo Romeo recebeu uma condecoração em pergamino, assinada pelo Rei D. Carlos. Este reconhecimento foi doado em 2008 pela neta, Maria Emília Romeu Alves de Campos ao MUSLAN (APPM, Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier).

²⁸⁶ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 184.

directores, pois que antes della estabelecida não havia aqui prática daquela indústria”²⁸⁷.

Os níveis de literacia da mão de obra não deixam de ser um dado importante para a compreensão do operariado da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. Em 1890 somente 32% dos operários sabiam ler, o que corresponde a 20 indivíduos – a grande maioria do sexo masculino (18) – e com a área da tecelagem a registar o maior número de conhecedores das letras (Quadro 20).

Quadro 20 – Número de trabalhadores da Peig, Planas & C.^a que sabiam ler (1890)

	Do sexo masculino				Do sexo feminino				Total Geral
	> 12 anos	12-16 anos	> 16 anos	Total	> 12 anos	12-16 anos	> 16 anos	Total	
Tintureiro	0	0	1	1	0	0	0	0	1
Fiandeiro	0	0	2	2	0	0	0	0	2
Tecelão	0	1	13	14	0	0	0	0	14
Ultimador	0	0	1	1	0	0	2	2	3
Total	0	1	17	18	0	0	2	2	20

Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 395.

Ao nível das remunerações, constata-se que o trabalho de jornal em 1890 foi pago de forma distinta entre operários e aprendizes, estabelecendo-se igualmente uma disparidade salarial entre os funcionários dos vários sectores de produção. Nos aprendizes, as tarefas de fiandeiro pagaram-se a 140 réis diários, para os maiores de 16 anos, e as de tecelão menor de idade fixaram-se entre o mínimo de 100 réis e o máximo de 120 réis. Já no que se refere aos operários adultos, o salário mais elevado encontrava-se estabelecido nos 900 réis, pagos à categoria de tecelão, seguindo-se, a grande distância, os de fiandeiro (380 réis), ultimador (300 réis) e, por último, os de tintureiro (280 réis). Note-se ainda a particularidade do limite mínimo fixado

²⁸⁷ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1.

para este último cargo ser mais elevado que os restantes (Quadro 21), o que se explica pela ausência de elementos do sexo feminino no referido sector, uma vez que, por regra, as mulheres obtinham uma remuneração bem inferior à do sexo oposto.

Quadro 21 – Pagamento do trabalho de jornal da Peig, Planas & C.^a (1890)

	Operários				Aprendizes			
	12-16 anos		> 16 anos		12-16 anos		> 16 anos	
	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.	Máx.	Min.
Tintureiro	–	–	\$280	\$240	–	–	–	–
Fiandeiro	\$120	\$90	\$380	\$100	–	–	\$140	\$140
Tecelão	–	–	\$900	\$120	\$120	\$100	–	–
Ultimador	\$120	\$100	\$300	\$100	–	–	–	–

Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 418 a 419.

Tal estigma imposto ao trabalho feminino prolongou-se ao longo de toda a existência da empresa e já em 1894 as jornas diárias encontravam-se definidas entre os 130 réis pagos às raparigas “[...] que principiam a trabalhar na fábrica [...]” até ao máximo de 500 réis de remuneração aos “[...] melhores operários” do sexo masculino²⁸⁸. Instituiu-se, de igual modo, o trabalho à tarefa, sendo realizado pelos considerados “mais hábeis”, que ganhariam por semana entre o mínimo de 5\$000 réis e o máximo de 9\$000 réis²⁸⁹. No que concerne às férias e períodos de descanso, as informações recolhidas são manifestamente parcas, embora se saiba que, no início de em 1890, o pagamento das pausas semanais estavam fixadas em 200\$000 réis²⁹⁰.

²⁸⁸ *Ibidem*.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4419, 8 de janeiro de 1890, p. 1.

No referido ano, a existência de menores no grupo de trabalhadores também se fez sentir, com um aprendiz do sexo masculino²⁹¹ e oito operárias do sexo oposto²⁹². Dos nove contabilizados somente um apresenta competências de leitura²⁹³ e as parcas remunerações auferidas variaram entre os 90 e os 120 réis por dia, mediante as funções desempenhadas²⁹⁴. Em Portugal, a regulação deste nicho específico de trabalhadores ainda estava por fazer e muitas foram as situações graves de exploração laboral e de indignidade denunciadas pela imprensa regional e nacional. Segundo o entendimento de Joaquim Martins de Carvalho, “Em quasi todos os povos cultos se acha regulado o trabalho de menores. Em Portugal deixam-se esses infelizes no mais completo abandono, e vítimas muitas vezes de exploração e vexames condenáveis”²⁹⁵.

A regulação tardou em chegar e somente no avançar da década de 1890 se legislou em conformidade com tais preocupações sociais, a partir dos decretos datados de 14 de abril de 1891 e de 16 de abril de 1893. Estipulou-se, deste modo, a obrigatoriedade de registo dos menores inseridos nas unidades fabris, sendo estas alvo de inspeções periódicas pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a partir do Serviço de Inspeção do Trabalho dos Menores e das Mulheres nos Trabalhos Industriais. No que toca à Peig, Planas & C.^a, os menores aceites nas suas instalações foram inscritos no Livro de Registo Industrial n.º 9, entre os anos de 1895 e 1923, onde se constata a identidade de cada elemento com idade inferior a 16 anos²⁹⁶.

As diferentes fontes compulsadas permitem esboçar uma análise da evolução do número de trabalhadores da fábrica nos primeiros 30 anos de atividade, ainda assim algo restritiva se atendermos à ausência de dados quantitativos para determinados anos. Verifica-se

²⁹¹ Quadro 17.

²⁹² Quadro 18.

²⁹³ Quadro 20.

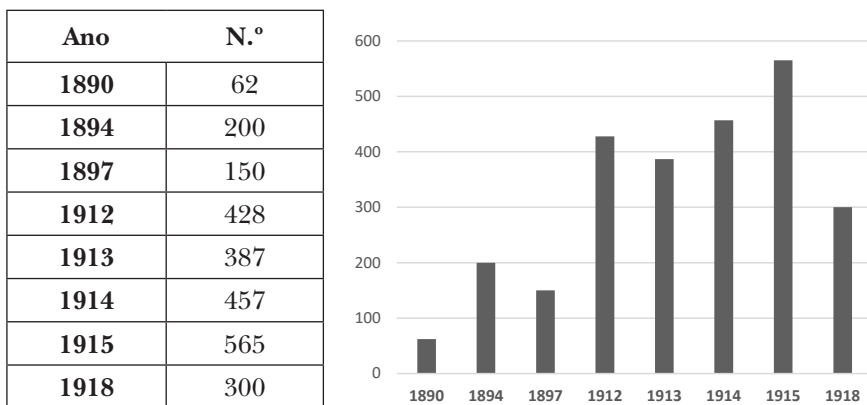
²⁹⁴ Quadro 21.

²⁹⁵ Joaquim Martins de Carvalho, “O trabalho dos menores”, *O Conimbricense*, n.º 4319, 19 de janeiro de 1889, p. 2.

²⁹⁶ Gabinete de História e Arqueologia da CMC, Livro de Registo Industrial n.º 9, Peig Planas & C.^a, 1895.

um aumento significativo do operariado entre 1890 e 1894, passando de 62 para 200 trabalhadores. Tal facto é digno de registo, como já salientou José Amado Mendes, se tivermos em conta a conjuntura de crise económica e financeira então vivida no país no início de 1890, que afetou de sobremaneira diversos sectores da indústria nacional²⁹⁷. Atendendo aos dados existentes para a segunda década do século XX, o número do operariado situou-se nos 428 indivíduos em 1912, chegando a atingir o elevado número de 565 trabalhadores registado três anos depois (1915). Ao compararmos o referido número com o de 1918 (300), verifica-se uma queda de quase 47%, cuja explicação poderá encontrar-se nas dificuldades inerentes ao período de beligerância da I Guerra Mundial (Quadro 22 e Gráfico 3).

Quadro 22 e Gráfico 3 – Número de trabalhadores da Peig, Planas & C.^a (1890-1918)



Fonte: *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 394 a 395; Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1; Joaquim Martins de Carvalho, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 5154, 9 de março de 1897, p. 1; *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 90, 1914, p. 28 e 29; n.º 100, 1914, p. 18 a 19 e 42 a 43; n.º 109, 1917, p. 13; P. Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935, p. 330.

²⁹⁷ J. Amado Mendes, “Para a História da Indústria em Santa Clara”, *Munda*, n.º 2, 1981, p. 66.

Importa, de igual modo, situar a empresa perante as constantes reivindicações do movimento operário para a melhoria das condições salariais e laborais. Inserida num sector muito reivindicativo como o dos lanifícios, cujo recurso à greve foi uma constante nos finais da centúria de Oitocentos²⁹⁸, a fábrica de Santa Clara não viveu grandes sobressaltos do foro laboral, conquanto o despedimento de trabalhadores em massa fosse uma realidade, visível não só pelas variações dos números acima apresentados, bem como pelas evidências contidas na imprensa regional. Num artigo, assinado sob pseudónimo, no periódico *Notícias de Coimbra* de 1911, salienta-se que a vida da referida empresa “[...] não é isenta de embaraços e que, ainda há pouco tempo, de lá foi despedida grande parte do operariado”²⁹⁹.

O movimento grevista a que o país (e, em particular, a cidade) assistiu, no início de 1912 – cuja reivindicação assentou na redução efetiva das horas de trabalho³⁰⁰ –, não deixou de se fazer sentir na unidade fabril, como evidencia o agradecimento dirigido aos patrões pelos operários do sector da tecelagem, dado a conhecer ao público em geral pela *Gazeta de Coimbra*. Nele se constata que uma comissão de trabalhadores chegou a acordo com os proprietários da Planas & Ponsá em Comandita, com vista à redução do horário laboral, a que estes “[...] prontamente anuíram”³⁰¹. Não deixam, de igual modo, de evidenciar os entendimentos feitos no passado que melhoraram significativamente a vida dos operários da empresa: “Credores se tornaram de há muito estes senhores do nosso reconhecimento, atendendo que fundando nós uma caixa de socorros para empregados doentes, eles também connosco cooperam subsidiando semanalmente a referida caixa com a quantia igual a metade da receita das quotas dos empregados. Não esqueceram também os filhos das operárias, que muitas vezes as privavam de ganhar o seu sustento, creando e sustentando à sua custa, uma creche, onde essas crianças

²⁹⁸ José Tengarrinha, “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68, 1981, p. 585 a 588; “Movimento operário. A greve dos tecelões”, *O Defensor do Povo*, n.º 17, 27 de junho de 1895, p. 2.

²⁹⁹ Ignotus, “O desdobraimento”, *Notícias de Coimbra*, n.º 379, 10 de maio de 1911, p. 1.

³⁰⁰ “A greve”, *Gazeta de Coimbra*, 31 de janeiro de 1912, p. 2.

³⁰¹ “Agradecimento”, *Gazeta de Coimbra*, 10 de fevereiro de 1912, p. 2.

são cuidadosamente tratadas durante as horas de trabalho”³⁰². A presente passagem sublinha o vetor de responsabilidade social *avant la lettre* já praticada pela empresa, a que acresce, pelo menos desde 1914, a tomada de uma apólice garantida pela seguradora Mutualidade Portuguesa que englobou os acidentes de trabalho³⁰³.

Considerada, pelos operários, um gesto de grande altruísmo, a decisão dos proprietários de, em 1916, proceder a aumentos salariais de 10% para os trabalhos em empreitada e 5% para os restantes funcionários foi igualmente louvada pela imprensa da cidade, que enalteceu a atitude de melhorar as condições de vida do operariado em plena crise económica, adensada pelo conflito mundial então vivido³⁰⁴.

Mas nem só de trabalho viveram os operários da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. São conhecidos alguns momentos de recreação e de lazer a partir, por exemplo, da fundação de uma filarmónica, já existente em 1896³⁰⁵, e cuja extinção foi vista, na imprensa regional, como um grande retrocesso para a cidade³⁰⁶. A unidade fabril viu igualmente nascer um grupo de teatro, pelas mãos de Vitorino Dória, João de Carvalho, António Fernandes, Adriano de Carvalho, António Marta, Júlio Lopes, Platão Peig e Corte Real. Levaram à cena, em Santa Clara e em Soure (1901), uma comédia original em três atos, escrita por Platão Peig e ensaiada por Raul de Abreu³⁰⁷.

O espaço fabril foi igualmente palco de visitas ilustres, recebendo com pompa e circunstância o rei D. Carlos e a rainha D. Amélia, no dia 25 de julho de 1892. A referida ocorrência encontra-se perpe-

³⁰² *Ibidem*.

³⁰³ “Desastre”, *Gazeta de Coimbra*, 19 de dezembro de 1914, p. 3.

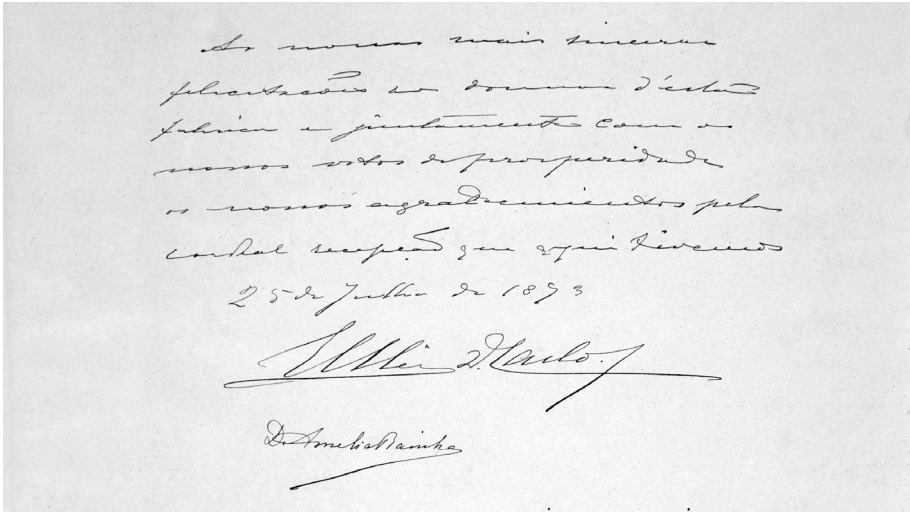
³⁰⁴ “Gesto altruista”, *Gazeta de Coimbra*, 23 de fevereiro de 1916, p. 1.

³⁰⁵ *O Comércio de Coimbra*, n.º 478, 30 de julho de 1896, p. 1; J. Amado Mendes, “Para a História da Indústria em Santa Clara”, p. 66. Sobre a importância das filarmónicas e dos grupos de teatro na cidade de Coimbra, *vide* Joaquim Martins de Carvalho, “Theatro de operarios”, *O Conimbricense*, n.º 4900, 1 de setembro de 1894, p. 1 e 2.

³⁰⁶ “Crise musical”, *Gazeta de Coimbra*, n.º 175, 8 de março de 1913, p. 1; “Grupo Recreativo Musical”, *Gazeta de Coimbra*, 26 de maio de 1925, p. 1.

³⁰⁷ “Associações de Coimbra. Sociedades de Amadores Dramáticos”, *Arquivo Coimbrão*, vol. XI, 1952, p. 166 e 167.

tuada numa breve inscrição de agradecimento deixada por estes e que ainda hoje se preserva³⁰⁸.

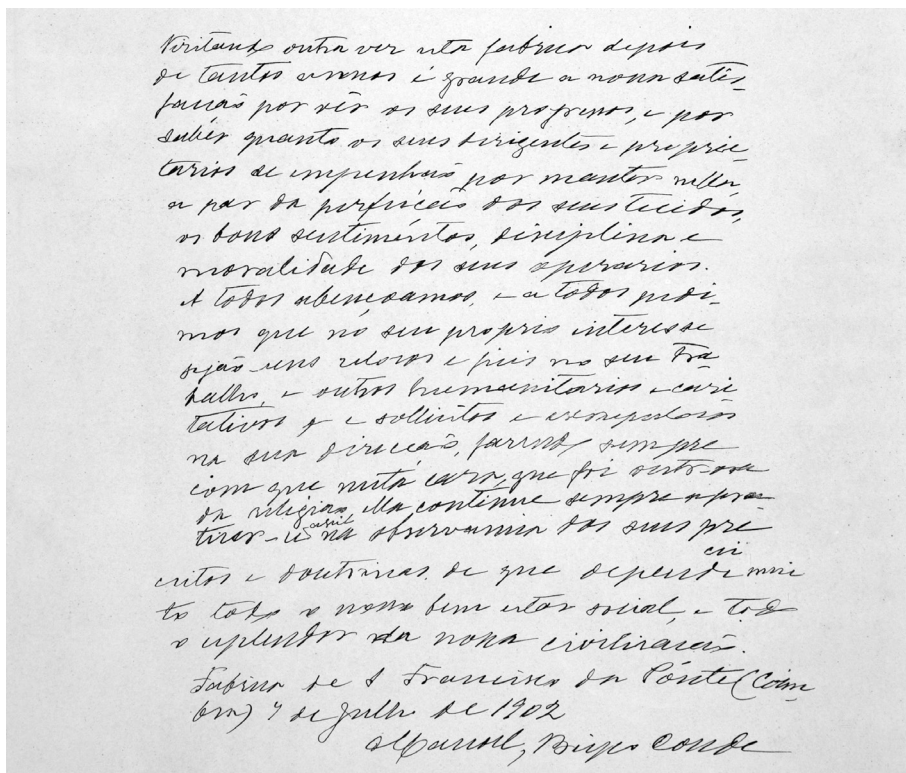


Registo manuscrito da visita de D. Carlos e D. Maria Amélia, 1892
(APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

A presença do bispo-conde de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina, no dia 4 de julho de 1902, também se fez sentir, escrevendo, de igual modo, no livro de honra do estabelecimento a seguinte mensagem: “Visitando outra vez esta fábrica, depois de tantos anos, é grande a nossa satisfação por ver os seus progressos e por saber quanto os seus dirigentes e proprietários se empenharam por manter nela a par da perfeição dos seus tecidos, os bons sentimentos, a disciplina e moralidade dos seus operários. A todos abençoamos e a todos pedimos que no seu próprio interesse sejam uns zelosos e viris no seu

³⁰⁸ Joaquim Martins de Carvalho, “A família real em Coimbra, *O Conimbricense*, n.º 4683, 23 de julho de 1892, p. 2; Joaquim Martins de Carvalho, “Outras Visitas”, *O Conimbricense*, n.º 4684, 26 de julho de 1892, p. 2; Afonso Costa, “Coimbra por dentro”, *O Defensor do Povo*, 28 de julho de 1892, p. 2; APPM, autógrafo de D. Carlos relativo à visita à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, manuscrito, 25 de julho de 1892. Atenda-se às palavras escritas pelo punho do monarca, com a sua assinatura e da sua esposa: “As nossas mais sinceras felicitações ao donno desta fabrica e juntamente com os nossos votos de prosperidade, os nossos agradecimentos pela cordial recepção que aqui tivemos. 25 de Julho de 1892. [assinado] El Rei D. Carlos. [assinado] D. Amélia Rainha”.

trabalho e outros humanitários e caritativos, solícitos e escrupulosos na sua direcção, fazendo sempre com que nesta casa que foi outrora de religiosos nela continue sempre a praticar-se na sua observância dos seus prescritos e doutrinas de que depende muito todo o nosso bem estar social e todo o esplendor da civilização”³⁰⁹.



Registo manuscrito da visita do bispo-conde D. Manuel Correia de Bastos Pina, 1902
(APPM, fotografia de Mariano Piçarra).

Já imbuída de um contexto educativo, a visita realizada à fábrica, em 1915, pelos alunos Instituto Superior Técnico de Lisboa não

³⁰⁹ APPM, autógrafa do bispo conde D. Manuel Correia de Bastos Pina à visita à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, manuscrito, 4 de julho de 1902.

passou despercebida aos meios de comunicação social que fizeram questão de a noticiar³¹⁰.

Um dos momentos de maior regozijo e solidariedade que se conhece por parte do operariado da unidade fabril ocorreu logo após o conhecimento do fim da I Guerra Mundial. Segundo descrição da *Gazeta de Coimbra*, os trabalhadores, “[...] ao terem conhecimento da notícia do armistício (11 de novembro de 1918), embandeiraram a fábrica, saindo em manifestações de regozijo com as bandeiras das nações. Os operários tiveram um gesto enternecedor e comovente. Sabendo que no bairro de Santa Clara se encontrava doente o seu camarada Benjamim Marques dos Santos, operário que goza da mais alta simpatia, foram à sua residência levar-lhe a feliz nova da suspensão das hostilidades, proporcionando-lhe uma carinhosa manifestação de simpatia, que a todos comoveu”³¹¹.

As homenagens estenderam-se, em 1926, ao antigo sócio fundador Jaime Planas Coronellas, por ocasião do seu 79.º aniversário. Com o intuito de testemunhar o respeito e admiração, bem como o seu “[...] honesto e honrado caráter [...]”, os operários colocaram, na parede da secção de tecelagem, a sua fotografia, captada pelo conhecido fotógrafo conimbricense S. Afonso Rasteiro³¹².

³¹⁰ “Uma visita de estudo”, *Gazeta de Coimbra*, 3 de abril de 1915, p. 1.

³¹¹ “A paz”, *Gazeta de Coimbra*, 14 de novembro de 1918, p. 1. A fábrica contribuiu com 50\$00 para a construção do monumento aos mortos da Grande Guerra, ainda hoje ereto na Avenida Sá da Bandeira (“Em Coimbra. Um monumento aos mortos da Grande Guerra”, *Gazeta de Coimbra*, 10 de junho de 1922, p. 1).

³¹² “Na Fábrica de Lanifícios. Uma justa homenagem”, *Gazeta de Coimbra*, 28 de agosto de 1926, p. 1.



Excursão da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara à Exposição Têxtil do Porto, década de 1960 (APPM).

2. – Trabalhadores que movimentam uma fábrica (1922-1968)

Os dados coligidos sobre os funcionários da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, entre 1922 e 1969, permitem estabelecer alguns parâmetros analíticos. Desde logo a evolução do número de trabalhadores por cada ano, cujos elementos conhecidos demonstram a fixação do máximo de 309 indivíduos, contabilizados no ano de 1933, e o mínimo de 111, registados em 1964, numa média assente em 251 trabalhadores (Quadro 23).

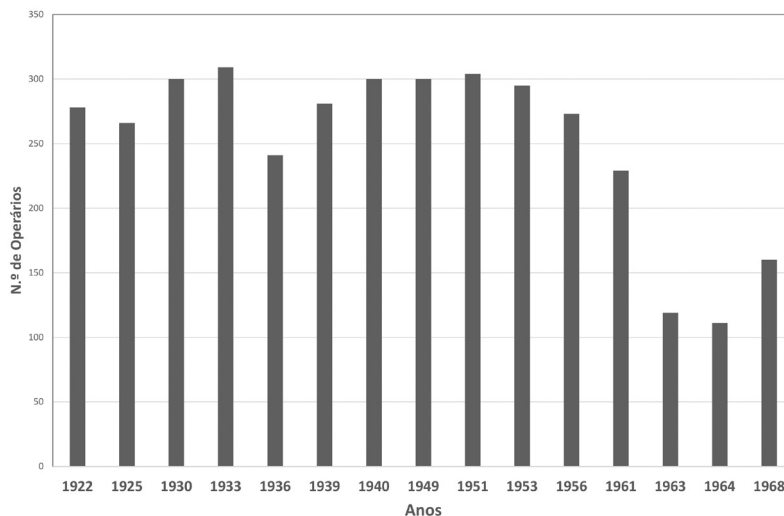
A queda pronunciada na década de 1960 encontra-se de acordo com as dificuldades então vividas pela empresa, numa diminuição em mais de 50% do operariado, se tivermos em conta os dados relativos aos anos de 1961 (229) e 1964 (111). As décadas anteriores apresentam flutuações que se resumem, *grosso modo*, a uma diferença de cerca de 50 funcionários (Quadro 23, Gráfico 4).

Quadro 23 – N.º de trabalhadores da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1922-1968)

	Homens	Mulheres	Menores	Nacionais	Estrangeiros	Total
1922	–	–	–	275	3	278
1925	107	159	–	262	4	266
1930	150	150	–	–	–	300
1933	106	193	10	–	–	309
1936	95	129	17	–	–	241
1939	103	162	16	–	–	281
1940	112	156	32	–	–	300
1949	–	–	–	–	–	300
1951	101	201	2	–	–	304
1953	–	–	–	–	–	295
1956	–	–	–	–	–	273
1961	–	–	–	–	–	229
1963	–	–	–	–	–	119
1964	–	–	–	–	–	111
1968	–	–	–	–	–	160

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício s/n.º da Planas & C.ª em C.ª dirigida à 2.ª Circunscrição, 11 de maio de 1922; Ofício s/n.º da Planas & C.ª em C.ª dirigida à 2.ª Circunscrição, 30 de junho de 1925; Ofício s/n.º da Planas & C.ª em C.ª dirigida à 2.ª Circunscrição, 8 de março de 1933; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 12 de julho de 1949; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951; Sara Dias, *Espaços religiosos como espaços industriais: o exemplo da Peig, Planas e Companhia*, Coimbra, Policopiado, 2001, p. 34.

Gráfico 4 – N.º de trabalhadores da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1922-1968)



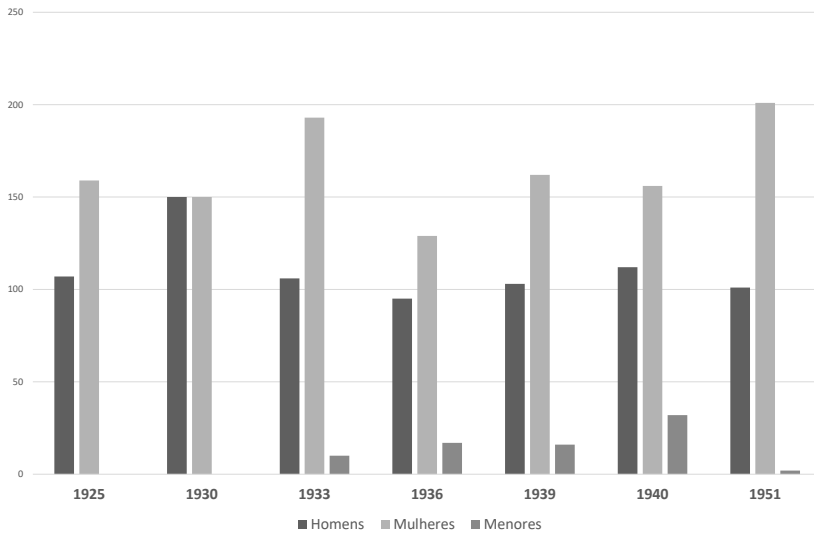
Fonte: Quadro 23.

Relativamente aos funcionários menores de idade, verifica-se que estes, em alguns anos, foram contabilizados à parte, não cabendo nos parâmetros definidos na diferenciação por género. Embora escassos, os números apresentados demonstram a duplicação do número de menores na fábrica entre 1939 (16) e 1940 (32), a que se seguiu uma possível queda já na década seguinte, se atendermos à existência de somente dois menores incluídos na contabilidade relativa ao ano de 1951 (Gráfico 5).

A partir dos dados apresentados no Quadro 23, são poucos os anos que permitem compreender a divisão do operariado por género. Ainda assim, verifica-se a predominância do número de mulheres, em relação ao sexo oposto, com a distância mais significativa atingida no ano de 1951, em que os homens seriam quase metade do número das mulheres (101 contra 201). Inverteu-se, deste modo, a tendência verificada nos primórdios da fábrica, espelhada no *Inquerito Industrial* de 1890³¹³.

³¹³ Gráfico 1.

Gráfico 5 – Mão de obra da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara: distinção por sexo (1925-1951)



Fonte: AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, ofício s/n.º da Planas & C.^a em C.^{ta} dirigido à 2.^a Circunscrição, 11 de maio de 1922; ofício s/n.º da Planas & C.^a em C.^{ta} dirigido à 2.^a Circunscrição, 30 de junho de 1925; ofício s/n.º da Planas & C.^a em C.^{ta} dirigido à 2.^a Circunscrição, 8 de março de 1933; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 22 de abril de 1939; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 12 de julho de 1949; Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951; Sara Dias, *Op. cit.*, p. 34.

As referências ao número de estrangeiros a trabalhar na fábrica quedaram-se pelo ano de 1925, contabilizando somente quatro elementos (Quadro 23). Parece-nos evidente que esta drástica descida, se tivermos em atenção aos números apresentados no ano de 1890 (16), se deveu à partida de vários catalães em meados dos anos de 1920, já salientada por Luís E. Elias Casanovas. Seguindo o seu raciocínio, a pretensão dos contramestres espanhóis de possuírem uma quota na sociedade não foi aceite pelos proprietários da firma, originando, deste modo, a saída dos referidos trabalhadores e um desfalque difícil de colmatar nos vários setores de produção. Optou-se

então por entregar os postos de encarregados a técnicos portugueses já formados pelos catalães, ao destacar-se, em particular, a ascensão aos quadros de topo de Valeriano António, responsável pela secção basilar da fição de cardado e estambre e cuja qualidade profissional não deixa de ser mencionada pelo autor atrás citado, por igualmente entender a importância da formação técnica em contexto de trabalho que a fábrica desempenhou³¹⁴. Terminou, deste modo, e de forma algo repentina, a presença na Fábrica de Lanifícios de Santa Clara dos operários catalães, embora o que trouxeram à empresa, sobretudo em competência técnica, tenha permanecido com os portugueses com quem trabalharam e formaram, conseguindo assim manter o *know-how* de produzir lanifícios de cunho *sabadellense*.

Já quanto aos funcionários portugueses e embora os elementos coligidos não permitam estabelecer, com precisão, a proveniência específica dos trabalhadores conimbricenses, atenda-se às referências deixadas por Paul Descamps, ao descrever uma visita efetuada à fábrica por volta de 1930. Nelas salienta-se que os trabalhadores moravam em localidades sitas no concelho, nos arredores de Coimbra, demorando, alguns deles, por volta de duas horas a pé no percurso efetuado entre o domicílio e a instalação industrial, o que obrigaria a levar consigo a alimentação necessária para a jornada e a permanecer na fábrica durante o horário das refeições³¹⁵.

Numa análise às diferentes secções de produção da instalação industrial e atendendo aos dados relativos ao ano de 1933, verifica-se que o setor de “Preparação e fição de lã penteada” se sobrepunha aos restantes, com um total de 121 funcionários, divididos entre 113 fiandeiras e somente seis elementos do sexo masculino. A tendência inverte-se quando são tidos em conta o número de operários nos trabalhos de “Vapor, águas, serralharia e eletricidade”, labores exclusivamente entregues aos homens (15), bem como nas secções de “Cardação e fição de lã” e de “Tecelagem”, embora já com um número significativo de elementos do sexo oposto. No referido ano, mais uma vez o número de mulheres (193) foi superior aos traba-

³¹⁴ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 177.

³¹⁵ P. Descamps, *Op. cit.*, p. 331.

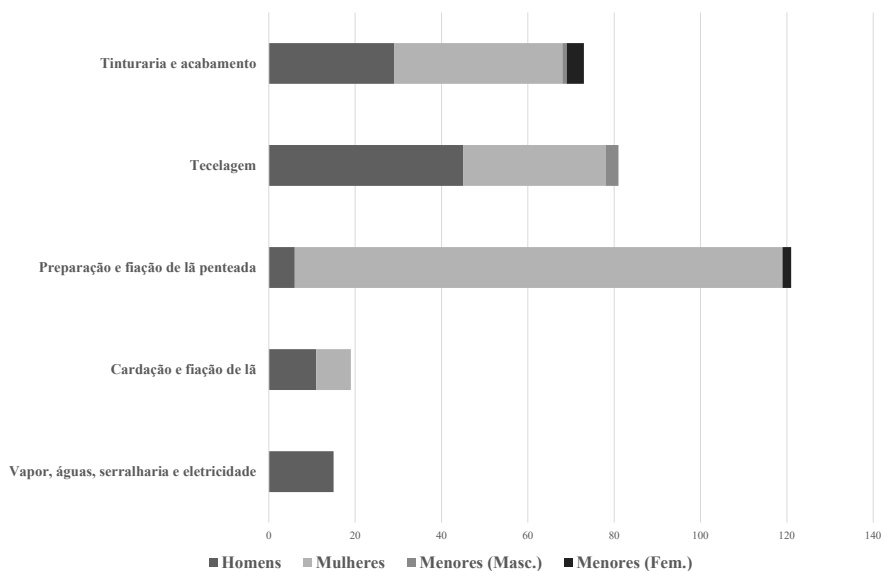
lhadores do sexo masculino (106), uma tendência que se encontra, de igual modo, nos operários menores, conquanto a margem entre ambos se apresente bem mais reduzida (Quadro 24, Gráfico 6).

Quadro 24 – N.º de trabalhadores da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara distribuídos por secção (1933)

Secções	Homens	Mulheres	Menores (Masc.)	Menores (Fem.)	Total por secção
Vapor, águas, serralharia e electricidade	15	0	0	0	15
Cardaço e fição de lã	11	8	0	0	19
Preparação e fição de lã penteada	6	113	0	2	121
Tecelagem	45	33	3	0	81
Tinturaria e acabamento	29	39	1	4	73
Totais	106	193	4	6	309

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, officio s/n.º da Planas & C.ª em C.ª dirigido à 2.ª Circunscrição, 8 de março de 1933.

Gráfico 6 – N.º de trabalhadores da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara distribuídos por secção (1933)



Fonte: AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Ofício s/n.º da Planas & C.^a em C.^{ta} dirigido à 2.^a Circunscrição, 8 de março de 1933.

Importa igualmente compreender as disparidades salariais entre trabalhadores, atendendo à diferenciação por género e aos vários setores de produção. Os dados obtidos para o ano de 1936 permitem extrair tais informações, a partir de uma relação discriminada dos operários da fábrica, que conjuga a identificação e função exercida por cada um com os respetivos vencimentos³¹⁶. Assim, embora em visível maioria, a remuneração das trabalhadoras atingiram um teto médio de 10\$00 por jornada de trabalho/dia ganho pelas cerzideiras, seguindo-se os postos de urdideira (7\$00), remetedeira (7\$00), fiandeira na secção da cardaço e fiação de lâ (6\$79), fiandeira no setor do estambre (6\$53), caneleira (6\$50), espinçadeira (6\$50) e, por fim, as operárias categorizadas como serventes (5\$94). A diferença

³¹⁶ Vide a referida listagem em Anexo.

salarial é significativamente maior se atendermos aos valores pagos aos operários do sexo masculino, excetuando os aprendizes, com o valor máximo a estabelecer-se no cargo de ajudante do contramestre da secção de cardação e fição de lã, num rendimento salarial fixado numa média de 21\$00 diários, a que se seguem os postos de tintureiro, azeiteiro, serralheiro e ajudante de contramestre do estambre com um vencimento médio de 18\$00. Já instituída na firma desde, pelo menos, os idos de 1894, a modalidade de trabalho por tarefa surge de igual modo nos pagamentos efetuados aos funcionários empregues em 1936, com a duração da empreitada a estabelecer-se à semana. Assim, encontravam-se abrangidos por esta modalidade dois guardas noturnos do portão da fábrica, que auferiam uma média semanal de 100\$00, seguindo-se seis operárias com o posto de atadeiras de fios (49\$75) e 23 cerzideiras (44\$70) (Quadro 25).

Quadro 25 - Relação dos operários da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1936): cargos e médias salariais

Secção	Homens	Mulheres	Menores (Masc.)	Menores (Fem)	Total	Funções	Média salarial (Diário)	Média salarial (Empreitada semanal)
Estambre: preparação e fição de lã penteada	4	72	0	3	79	Ajud. contramestre – 1 Ajudante – 1 Azeitador – 1 Servente – 1 Fiandeira – 75	18\$00 17\$00 14\$00 10\$00 6\$53	
Cardação e Fiação de lã	13	7	0	0	20	Ajud. contramestre – 1 Cardador – 5 Cardador ajudante – 5 Servente – 2 Fiandeira – 7	21\$00 13\$10 10\$40 8\$00 6\$79	
Acabamento e Tinturaria	28	0	1	0	29	Tosador – 2 Râmola – 9 Prensador – 2 Lavador – 5 Tosador ajudante – 2 Tosador Aprendiz – 1 Armazém – 3 Tintureiro – 1 Ajudante de tintureiro – 4	12\$75 11\$00 11\$50 11\$10 10\$00 7\$00 17\$00 18\$00 11\$25	
Cerzideiras e Espinçadeiras	1	38	0	7	46	Servente – 9 Cerzideira – 4 Espinçadeira – 10 Cerzideira – 23	5\$94 10\$50 6\$50	44\$70

Tecelagem	32	12	3	1	48	Urdideira – 16	7\$75	49\$75
						Caneleira – 4	6\$50	
						Caneleiro – 1	15\$00	
						Remetedeira – 7	7\$29	
						Atadeira de fios – 6		
						Azeitador – 1	18\$00	
						Liços – 1	13\$00	
						Enrolador – 3	11\$67	
						Colador – 2	10\$50	
Aprendiz de tecelão – 7	9\$00							
Diversos	17	0	2	0	19	Fogueiro – 3	12\$20	100\$00
						Elétrica – 1	13\$00	
						Serralheiro – 1	18\$00	
						Ajudante de Serralheiro – 4	11\$75	
						Carpinteiro – 3	12\$33	
						Pedreiro – 1	14\$00	
						Servente – 1	4\$50	
						Hortelão – 1	9\$00	
						Guarda portão - 1	11\$00	
						Guarda portão (noite) – 2	6\$00	
						Ajudante de Pedreiro – 1		
Total	95	129	6	11	241			

Fonte: Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 187 a 193 (*vide* Anexo).

No ano de 1940, o regime de trabalho instituído pela fábrica assentou nas oito horas diárias de laboração³¹⁷, já bem longe das 12 horas registadas no *Inquerito Industrial* de 1890³¹⁸. Contudo, o período de beligerância mundial que abarcou a referida década não se afigurou fácil para a empresa e para os operários que nela trabalhavam. Segundo Luís E. Elias Casanovas, “[...] a lã nacional não chegava para abastecer a indústria, a importação era totalmente impossível... para evitar despedimento reduzia-se o horário de trabalho [...]”³¹⁹.

Em relação a situações em que se tornou necessário acionar os mecanismos de previdência social, no ano 1930 menciona-se a existência de uma mutualidade alimentada $\frac{3}{4}$ pelos operários e $\frac{1}{4}$ pelos patrões, ainda que o descanso após gravidez não fosse acautelado,

³¹⁷ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incômodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940.

³¹⁸ *Inquerito Industrial de 1890*, vol. III, p. 378 a 379. A partir do decreto n.º 5516 de 7 de maio (*Diário do Governo*, I série, n.º 95, 7 de maio de 1919) a jornada de trabalho dos trabalhadores e empregados do comércio e indústria passou para as oito horas diárias.

³¹⁹ Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 179.

com as operárias puérperas a voltarem de imediato às suas funções³²⁰. Dez anos depois, as necessidades de médico e de assistência na doença, bem como de outros subsídios, não apresentavam quaisquer encargos para o trabalhador, encontrando-se igualmente estipulada, no âmbito da previdência, uma reforma por velhice superior a 2/3 do salário que auferiu³²¹.

Os dados referentes a 1951 demonstram a superioridade do número de operárias em todos os setores de produção, verificando-se o oposto no domínio dos serviços administrativos e de armazém. A média salarial diária (em termos líquidos) mantém as discrepâncias já anteriormente verificadas entre homens e mulheres e os próprios menores do sexo masculino – identificados na secção de “Ceziduras, acabamento e tinturaria” – ganhariam em média mais do que a maior parte das operárias. A exceção à regra verifica-se mais uma vez nos serviços administrativos e de armazém, onde uma funcionária auferia 67\$00 por dia, um valor muito superior à média salarial dos restantes trabalhadores (Quadro 26).

Quadro 26 – Salários líquidos do pessoal de escritório e operário da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara (1951)

	Escritório e armazém		Tecelagem		Ceziduras, acabamento e tinturaria		Cardar e fiações		Preparação e fiação de lâ penteada		Tecidos urdidos etc.	
	N.º	Salário médio diário	N.º	Salário médio diário	N.º	Salário médio diário	N.º	Salário médio diário	N.º	Salário médio diário	N.º	Salário médio diário
Homens	3	27\$20	30	34\$00	39	21\$00	10	22\$60	4	31\$40	15	21\$00
Mulheres	1	67\$00	–	–	68	13\$00	19	12\$50	80	12\$50	33	13\$00
Menores (masculino)	–	–	–	–	2	16\$60	–	–	–	–	–	–

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 28 de dezembro de 1951.

³²⁰ P. Descamps, *Op. cit.*, p. 331.

³²¹ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Impresso preenchido, denominado por “Indústrias insalubres, incómodas, perigosas ou tóxicas”, 27 de fevereiro de 1940.

Conquanto a maior parte do operariado fosse de origem campestre, na realidade, a taxa de analfabetismo não se apresentava elevada, de acordo com Luís E. Elias Casanovas. Numa análise que efetuou à fábrica na década de 1950, o referido autor salienta que esta não era propriamente um “Paraíso terrestre” para os funcionários, com a particularidade de, entre eles, existirem situações de parentesco de várias gerações: “O operário se queria sair durante a hora de serviço tinha de «pedir uma senha» ao seu superior hierárquico, as operárias grávidas mantinham-se em serviço até ao limite das suas forças, a maioria calcorreava duas e mais horas a pé para chegar ao trabalho. E o Inverno é bem duro na região de Coimbra. Mas o trabalho realizava-se sem amargura ou azedume, e sempre que se introduziam alterações elas eram olhadas umas vezes com cepticismo, outras até com ironia, raramente com desconfiança. Lembramos a esse respeito a redução do número de fiandeiras aceite sem esforço e a atribuição de mais ajuntadeiras por operária mediante correção das condições do trabalho...”³²².



Complexo industrial da Fábrica de Lanifícios em Santa Clara.
Finais da década de 70 do século XX (APPM).

³²² Luís E. Elias Casanovas, *Op. cit.*, p. 183 a 184.

3. – No crepúsculo

A partir de 1970, com a fundação da loja Dislan e a consequente entrada em funcionamento do setor da confecção de artigos de pronto-a-vestir, é natural que possa ter ocorrido uma reconversão profissional de muitos dos operários da fábrica-mãe, ganhando assim competências nas novas áreas anteriormente inexistentes. Já no ano seguinte se registou a presença em funções de 33 funcionários adstritos à loja da fábrica e divididos em categorias distintas, com 30 operários, dois administrativos e um técnico, existindo ainda lugar para uma futura contratação de, pelo menos, mais cinco operários (Quadro 27).

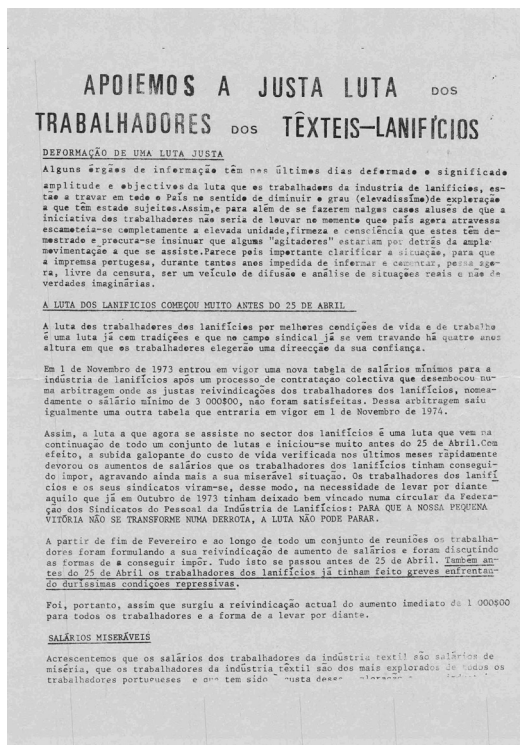
Quadro 27 - **Funcionários da Dislan, Distribuidora de Lanifícios Santa Clara, Ld.^a (1971)**

	Pessoal existente	Pessoal adicional a empregar	Total
Técnico	1		1
Operário	30	5	35
Administrativo e de escritório	2		2
Total	33	5	38

Fonte: AME, Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Requerimento da Dislan – Distribuidora de Lanifícios Santa Clara Ld.^a à Secretaria de Estado da Indústria, 3 de março de 1971.

No rescaldo da Revolução dos Cravos de 24 de Abril de 1974, a luta operária por melhores condições no setor dos lanifícios adensou-se significativamente e o uso da greve não deixou de ser utilizado como instrumento de pressão sobre os proprietários, de modo a aceder às reclamações dos trabalhadores ou de grupos proto-sindicais recém-formados. O setor têxtil, e em particular o dos lanifícios, não foi exceção, assentando os pressupostos reivindicativos essencialmente na recusa dos baixos salários, considerados miseráveis e indicativos da exploração então existente do capital sobre a mão de obra.

Foi neste cenário de incitamento à consciencialização da realidade vivida nas instalações industriais que a Comissão de Apoio à Luta dos Trabalhadores dos Têxteis e Lanifícios entrou em cena e nos seus panfletos, que circulavam entre os operários, expôs, em 21 de maio de 1974, o ponto da situação das ocorrências grevistas por todo o país: “A mobilização e a elevada coesão dos trabalhadores têxteis na defesa dos seus interesses na luta contra a exploração a que são sujeitos tem vindo a confirmar-se plenamente pela amplitude da movimentação em curso. Deste modo os trabalhadores de dezenas de fábricas em Lisboa, Porto, Vila Franca, Castanheira de Pera, Coimbra, Mira d’Aire, Covilhã, Tortosendo, Unhais da Serra, Cebolais, Arrentela, Portalegre, Seia e outras localidades estão neste momento em greve”³²³.



Panfleto “Apoiemos a justa luta dos trabalhadores dos têxteis-lanifícios”, 1974 (APPM).

³²³ APPM, panfleto “Apoiemos a justa luta dos trabalhadores dos têxteis-lanifícios” da Comissão de Apoio à Luta dos Trabalhadores dos Têxteis e Lanifícios, 21 de maio de 1974.

Por aqueles dias, a conjuntura então vivida pela Fábrica de Lanifícios de Santa Clara não poderia ser pior, por se constituir num palco real das reivindicações operárias, ao mesmo tempo que se adensava a grave crise financeira, procedente já da década anterior, que colocou em risco a solvabilidade da empresa. Neste último aspeto não deixa de sobressair o pedido de auxílio efetuado ao Ministério do Trabalho por parte da gerência que, em 15 de outubro de 1974, reportou o seguinte: “Aliado a esta grave crise económica, estamos grandemente preocupados com a situação dos 215 operários e empregados ao nosso serviço, situação esta de carácter aflitivo, por não haver disponibilidades próprias, para pagamento da totalidade de vencimentos já para esta quinzena. Teremos igualmente que convocar credores, entraremos na situação de falência, e teremos que fechar a fábrica de lanifícios e confeções, ficando sem emprego todos os nossos operários e empregados, se não houver imediatamente o vosso apoio de que tanto necessitamos”³²⁴.

Como já salientámos anteriormente, a partir da queda da Planas & C.^a ergueu-se, em 1978, a Clarcoop, numa tentativa de aproveitar o espaço e os meios de produção ainda instalados *in situ*, bem como o *know-how* dos operários. Não deixa de ser curioso e, de um certo modo premonitório, que, nos anos de incerteza a que esta transição levou (1976-1977), o interior da unidade fabril tenha sido palco das filmagens de uma longa-metragem intitulada “A Recompensa”, cuja realização ficou a cargo de Artur Duarte, que igualmente adaptou o argumento a partir do original do dramaturgo Ramada Curto. Deram vida às personagens, entre outros, os atores Fernanda Lapa, Carlos Veríssimo, Maria Olguim, Rogério Paulo, Fernando Curado Ribeiro, num contexto fictício de uma fábrica de lanifícios – batizada com o nome de Nova Esperança –, em plenas dificuldades de laboração, onde não faltou a tentativa de reproduzir o *modus vivendi* árduo do operariado de diferentes tipos e idades, indo ao encontro de um

³²⁴ APPM, Ofício da Planas & C.^a dirigido ao Ministério do Trabalho, 15 de junho de 1974.

cinema dito de intervenção política e social que pautou o período do pós-25 de Abril de 1974³²⁵.



Filme “A Recompensa”, realizado por Artur Duarte, 1976-1977 (APPM).

A nova esperança de uma estabilidade laboral trazida pela Clarcoop não perdurou por muitos anos, uma vez que, na década de 1990, esta se extinguiu, vítima de um mercado em constante mudança e das suas próprias idiossincrasias. Ainda assim, empregou cerca de 110 funcionários, atendendo aos números registados em 1981, divididos em 10 administrativos e 100 operários, sendo a maioria (60) do sexo feminino³²⁶. Ao longo da referida década, a cooperativa foi, aos poucos, perdendo muitos dos quadros qualificados para outras

³²⁵ APPM, Apointamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier; “A Recompensa” in CINEPT – Cinema Português, URL: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/1607/A+Recompensa> (acedido no dia 7/11/2016).

³²⁶ AME, Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397, Auto da Vistoria à Fábrica Clarcoop – Tecidos e Confecções Santa Clara SCRC, 23 de setembro de 1981.

empresas do mesmo setor que laboravam na cidade, como foi o caso da Mondorel – situada nas proximidades do antigo convento de São Francisco (na área onde se instalou o *Forum de Coimbra*) –, que não deixou de beneficiar da mão de obra formada na Fábrica de Lanifícios de Santa Clara³²⁷.

Bem longe iam os tempos em que a casa de operários, alvo do presente estudo, movimentou, num só ano (1915), um total máximo de 565 trabalhadores entregues ao labor dos lanifícios conimbricenses³²⁸.



Vista para cidade de Coimbra, através de uma janela da antiga Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, s/d. (BMC).

³²⁷ Sobre a história da Mondorel, atenda-se ao parecer entregue à Câmara Municipal de Coimbra, em junho de 2003, da autoria de José Amado Mendes, intitulado *Mondorel – Fábrica de Lanifícios, S.A.R.L.. História Sucinta (1967-1987)*, Coimbra, policopiado, 2003.

³²⁸ Quadro 22; Gráfico 2.

Conclusão



O verdadeiro rosto da história afasta-se veloz. Só podemos reter o passado como uma imagem que no instante em que se deixa reconhecer lança um clarão que não voltará a ver-se. [...] Irrecuperável é, com efeito, toda a imagem do passado que corre o risco de desaparecer com cada instante presente que nela não se reconheceu.

Walter Benjamin

Conclusão

Concluir um trabalho de investigação é um ato necessário – sobretudo quando tem por fim a sua divulgação à comunidade –, ainda que a especificidade da História nos leve a salientar a impossibilidade de esgotar por completo qualquer assunto. Após vários capítulos onde se expôs e se escalpelizou a complexidade do objeto de estudo, pretende-se, neste momento específico, compor uma breve reflexão assente nas suas particularidades, evitando-se, deste modo, cair no mero resumo do que já foi dito.

Com as diferentes operações que efetuámos até aqui – revistas na seleção de fontes e respetivo cruzamento de dados (muitos deles até então desconexos), redação de uma narrativa coerente e, não menos importante, historicamente precisa – pretendeu-se resgatar do passado as vivências de uma fábrica de lanifícios instalada, em 1888, na cidade de Coimbra, trazendo até esta circunscrição territorial, através dos sócios fundadores, o *modus faciendi* de matriz *sabadellense*. A aposta foi claramente ganha e o crescimento sustentado da unidade fabril até à década de 1960 é, por si só, uma evidência bem assente nas diferentes fontes compulsadas.

Conquanto se assista, ao longo dos anos, a uma constante renovação do compromisso societário, dada a saída de elementos e a entrada de novos sócios, o “núcleo duro” do governo da empresa deteve, na sua essência, uma lógica familiar de transição geracional, assente na família Planas Dória. Tendo em atenção tal especificidade e num exercício que nos parece em tudo coerente, poderíamos até enquadrar o objeto de estudo na clássica “lei das três gerações”, revista no dito,

à guisa proverbial, “O avô funda, o pai desenvolve, o filho afunda”. Explicitando: do momento fundador, assente na primeira geração, assinala-se a participação ativa dos sócios Pedro Peig Doria, o seu tio Buenaventura Doria y Borrell e Jaime Planas Coronellas; da geração seguinte, saliente-se o papel essencial de Vitorino Planas Dória, filho de Jaime Planas Coronellas, cujo longo percurso como sócio-gerente resultou num claro desenvolvimento da empresa em várias vertentes, entre elas o aumento significativo da produção e do número de trabalhadores; podemos considerar o terceiro momento, liderado pelo sócio George Greenwood Meunier (genro de Vitorino Planas Dória), o princípio do fim da unidade fabril, dado o comprometimento da solvabilidade da empresa, que tendeu à irreversibilidade até ao processo de falência, assumido em 1974.

Os dados estatísticos respeitantes à década de 1960 refletem as dificuldades então vividas pela empresa, quer em termos contabilísticos, quer em termos de produção, verificando-se igualmente uma descida significativa do corpo de funcionários. Das várias causas, subjacentes à referida conjuntura, ganha especial relevância a crise vivida no setor dos lanifícios, sobretudo das unidades fabris que não souberam responder à realidade da entrada em força no mercado do pronto-a-vestir, não devendo passar despercebido o aumento significativo da venda de tecidos à base de fios sintéticos ou mistos que, aos poucos, ganhavam destaque nos escaparates das lojas, em detrimento dos tecidos de pura lã. A fundação da Dislan, em 1970 – uma espécie de *spin off* com a função de distribuir e comercializar a produção da fábrica-mãe – deverá compreender-se como um antídoto à crise então vivida que pecou por ser tardio e não suportou o aprofundar de uma conjuntura económica regressiva, decorrente do contexto político-ideológico desencadeado pela Revolução dos Cravos de 25 de Abril de 1974. Com a Clarcoop assiste-se à tentativa de montar uma nova realidade fabril, a partir dos despojos da Planas & C.^a, recorrendo-se à sua massa falida e aos poucos trabalhadores que ainda acreditavam ou ansiavam a reabilitação do setor. A esperança durou até aos finais de 1994, ao encerrar-se naquela data o ciclo industrial no pretérito Rossio de Santa Clara e, em particular, no antigo convento de São Francisco.

A partir do ano de 1888 instalaram-se, no referido complexo arquitetónico, os equipamentos industriais de produção de lanifícios, adquiridos maioritariamente no estrangeiro e em marcas de referência, o que demonstra o conhecimento aprofundado do setor por parte dos sócios fundadores. A compra de novas infraestruturas não deixou de se verificar quer em termos de força motriz – concretizada, por exemplo, na passagem da máquina a vapor à energia elétrica –, quer na atualização tecnológica dos restantes maquinismos, indo, deste modo, ao encontro das necessidades inerentes à própria produção.

Foi na qualidade intrínseca ao produto final – reconhecido, desde os primórdios, no mercado interno e, igualmente, fora de portas – que o cunho Sabadell mais se fez sentir. Outros vetores vindos de pontos industriais distintos não devem ser ignorados, mas sim acrescentados à especificidade dos tecidos saídos de Santa Clara, se tivermos em atenção as fontes de índole técnica, que corroboram o *know-how* provindo da Covilhã (mais propriamente na secção de tinturaria da fábrica Campos Mello & Irmão), de Oeiras (da Fábrica de Lanifícios de São Pedro do Areeiro) e das importantes aulas frequentadas por Vitorino Planas Doria, na Universidade de Leeds.

A constante importação da matéria-prima e a venda direta da maior parte do produto final aos grandes armazéns de Lisboa e do Porto fazem parte das idiossincrasias inerentes à unidade fabril, que se pautou pela produção assente em tecidos de lã e só nos inícios da década de 70 do século XX se denota a existência em armazém de outros tipos de fios.

No âmbito da caracterização do *corpus* do operariado, constata-se a presença de mais operários do que operárias no início da laboração da fábrica, ainda que tal tendência se inverta por completo nos anos seguintes e a predominância feminina se mantenha até aos últimos tempos da Clarcoop. Se a empregabilidade de menores foi uma realidade – estando de acordo com a *praxis* estabelecida no cômputo geral na indústria portuguesa –, a existência de operários estrangeiros, muitos deles provindos de Sabadell, não deixa de ser uma particularidade a destacar do estabelecimento industrial, ocupando cargos de responsabilidade máxima em diferentes sectores de produção. Passou igualmente por eles o compromisso de formar operários competentes

para cargos específicos, criando um contexto de formação profissional deveras basilar para o desenvolvimento a médio e a longo prazo da fábrica, uma vez que a cidade de Coimbra – ao contrário, por exemplo, da Covilhã – não detinha tradição secular ou sequer relevância no âmbito da indústria de lanifícios. Foi, sem dúvida, a Fábrica de Lanifícios de Santa Clara que, pela primeira vez, colocou a cidade do Mondego no “mapa” do referido setor industrial.

Poder-se-á igualmente afirmar que no espaço fabril, e em grande parte dos demais no contexto nacional, não se viveram quaisquer quimeras do foro laboral, uma vez que foram evidentes as longas jornadas diárias, o valor maioritariamente reduzido dos salários, o trabalho das grávidas, protelado quase até ao fim da gestação, e os despedimentos efetivos, por vezes associados a períodos de baixa laboração ou a dificuldades de solvabilidade da própria empresa, dando aso a evidentes movimentações de teor reivindicativo por parte do operariado. Não deixemos, contudo, de reconhecer alguns avanços para a harmonia do clima laboral, através de acordos estabelecidos entre patrões e trabalhadores, a existência, no início do século XX, de uma creche afeta aos filhos das trabalhadoras, a tomada de seguros que minimizaram os efeitos dos acidentes de trabalho, bem como uma mútua associada aos operários, alimentada por estes e pelos próprios patrões. Como diríamos atualmente, já então os responsáveis pela empresa se preocupavam com o exercício da chamada responsabilidade social.

Nos dias de hoje são por demais escassos os vestígios materiais que nos remetem para o espaço fabril. Ainda que o complexo arquitetónico do antigo convento de São Francisco permaneça ereto e reutilizável – não padecendo do epíteto de “elefante branco”, aplicado aos edifícios sem utilidade –, as marcas que nos reportariam à indústria dos lanifícios tenderam, nos últimos anos, ao desaparecimento nos contextos interiores e exteriores do edifício. Para o necessário exercício de recordação de um tempo específico, que durou mais de uma centúria, invoca-se, de igual modo, a responsabilidade histórica e patrimonial do Centro de Congressos – tutelado pela Câmara Municipal de Coimbra –, que deverá ser assumida na sua plenitude, não deixando perder uma “vida” específica do edifício que atualmente

ocupa e que, embora excluída visualmente do mesmo, não deixa de fazer parte integrante da história da cidade.



Obra nova do Centro de Congressos de Coimbra, integrado no antigo convento de São Francisco (foto de António Cal Gonçalves).

Com o presente trabalho pretendeu-se libertar do esquecimento tal “vida” a partir da documentação coeva que reporta às suas vicissitudes, conquanto nem tudo fosse recuperável, dada a escassez de fontes – com que, não raras vezes, nos deparámos ao longo da presente investigação – e a própria impossibilidade humana de tudo recordar. Os sons dos teares e da máquina a vapor, o fumo das caldeiras e o cheiro proveniente da secção da tinturaria jazem com a irreversibilidade própria da fugacidade do tempo e, neste contexto, só puderam ser meramente invocados.

Anexo

Anexo

Lista nominativa e salários dos operários da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara em 1936

ESTAMBRE - PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE LÃ PENTEADA			
Nome	Função	Valor/ Jornada*	Data**
António Ferreira	Ajud. C. Mestre	18\$00	
Abel Bento	Ajudante	17\$00	
Manuel Oliveira	Azeitador	14\$00	
António Neto	Servente	10\$00	
Rosa Paixão	Fiandeira	7\$50	
Aurora Santos	Fiandeira	7\$50	
Inácia Silva	Fiandeira	7\$50	
Júlia Silva	Fiandeira	7\$50	
Josefina Loureiro	Fiandeira	7\$50	
Clementina Simões	Fiandeira	6\$50	
Rosa Ferraz	Fiandeira	6\$50	
Conceição Pardiniho	Fiandeira	6\$50	
Maria Almeida	Fiandeira	6\$50	
Maria Luz	Fiandeira	6\$50	

Arminda Rodrigues	Fiandeira	6\$50	
Alice Assunção	Fiandeira	6\$50	
Ângela Pinheiro	Fiandeira	6\$50	
Antónia Pereira	Fiandeira	6\$50	
Aurora Graça	Fiandeira	6\$50	
Belisanda Ferreira	Fiandeira	6\$50	
Belmira Pereira	Fiandeira	6\$50	
Benvinda Alves	Fiandeira	6\$50	
Berta Santos	Fiandeira	6\$50	
Capitolina Jesus	Fiandeira	6\$50	
Carmina Silva	Fiandeira	6\$50	
Carmo Cardoso	Fiandeira	6\$50	
Carmo Vilela	Fiandeira	6\$50	
Carolina Simões	Fiandeira	6\$50	
Céu Santos	Fiandeira	6\$50	
Conceição Almeida	Fiandeira	6\$50	
Conceição Ribeiro	Fiandeira	6\$50	
Deolinda Marques	Fiandeira	6\$50	
Emília Aleixo	Fiandeira	6\$50	
Emília Alves Dias	Fiandeira	6\$50	

Emília Assunção	Fiandeira	6\$50	
Emília Carramanho	Fiandeira	6\$50	
Eulália Ferraz	Fiandeira	6\$50	
Felicidade Almeida	Fiandeira	6\$50	
Gracinda Alves	Fiandeira	6\$50	
Helena Patrício	Fiandeira	6\$50	
Ilda Conceição	Fiandeira	6\$50	
Inês Vilela	Fiandeira	6\$50	
Isabel Vidreiro	Fiandeira	6\$50	
Júlia Jesus	Fiandeira	6\$50	
Laura Lemos	Fiandeira	6\$50	
Libânia Costa	Fiandeira	6\$50	
Lúcia Jesus	Fiandeira	6\$50	
Mabília Gaspar	Fiandeira	6\$50	
Manuela Santos	Fiandeira	6\$50	
Maria Augusta	Fiandeira	6\$50	
Maria Graça	Fiandeira	6\$50	
Maria Jesus	Fiandeira	6\$50	
Maria José Carvalho	Fiandeira	6\$50	
Maria José Rainho	Fiandeira	6\$50	

Maria Ligeira	Fiandeira	6\$50	
Maria Luísa	Fiandeira	6\$50	
Maria Nascimento	Fiandeira	6\$50	
Maria Neto	Fiandeira	6\$50	
Maria Nunes	Fiandeira	6\$50	
Maria Rodrigues	Fiandeira	6\$50	
Maria S. Miguel	Fiandeira	6\$50	
Maria Tavares	Fiandeira	6\$50	
Maria Vilela	Fiandeira	6\$50	
Nazaré Lúcia	Fiandeira	6\$50	
Nazaré Neto	Fiandeira	6\$50	
Nazaré Paiva	Fiandeira	6\$50	
Nazaré Pauleta	Fiandeira	6\$50	
Palmira Inácio	Fiandeira	6\$50	
Rosa Teixeira	Fiandeira	6\$50	
Soledade Barreira	Fiandeira	6\$50	
Teresa Conceição	Fiandeira	6\$50	
Teresa Gaspar	Fiandeira	6\$50	
Teresa Graça	Fiandeira	6\$50	
Tomásia Luz	Fiandeira	6\$50	

Umbelina Silva	Fiandeira	6\$50	
Virgínia Tomás	Fiandeira	6\$50	
Albertina Pedro	Fiandeira	5\$50	1919
Maria Roque	Fiandeira	5\$50	1921
Júlia Vilela	Fiandeira	5\$50	1921

CARDAÇÃO E FIAÇÃO DE LÃ			
Nome	Função	Valor/ Jornada*	Data**
Augusto Bento	Ajud. C. Mestre	21\$00	
António Inácio	Cardador	15\$00	
Francisco Costa	Cardador	13\$00	
Alfredo Fernandes	Cardador	12\$50	
José Lúcio	Cardador	13\$00	
Américo Santos	Cardador	12\$00	
David Bento	Cardador ajud.	11\$00	
Manuel Fernandes	Cardador ajud.	11\$00	
António Geraldo	Cardador ajud.	10\$00	
Manuel Rodrigues	Cardador ajud.	10\$00	
Carlos Fonseca	Cardador ajud.	10\$00	
António Fernandes	Servente	8\$50	

Augusto Ferreira	Servente	7\$50	
Maria Glória	Fiandeira	7\$50	
Maria Pereira	Fiandeira	7\$50	
Albertina Ferraz	Fiandeira	6\$50	
Cesaltina Santos	Fiandeira	6\$50	
Conceição Gaspar	Fiandeira	6\$50	
Emília Rocha	Fiandeira	6\$50	
Júlia Almeida	Fiandeira	6\$50	

ACABAMENTO E TINTURARIA			
Nome	Função	Valor/ Jornada*	Data**
Joaquim Ferreira	Tosador	13\$00	
Cipriano Ferreira	Lavador	12\$50	
Manuel Félix	Tosador	12\$50	
Manuel Amado	Râmola	12\$00	
António Antunes	Prensador	12\$00	
João Bento	Râmola	11\$00	
Daniel Maria	Râmola	11\$00	
Joaquim Aleixo	Râmola	11\$00	
Albano Pinto	Râmola	11\$00	

António Rodrigues	Lavador	11\$00	
João Ferreira	Prensador	11\$00	
Manuel Dias	Lavador	11\$00	
Manuel Maria	Râmola	11\$00	
Miguel Machado	Lavador	11\$00	
José Augusto Cavacas	Râmola	11\$00	
Miguel Correia	Râmola	11\$00	
Georgino Barreira	Râmola	10\$00	
Cândido Fernandes	Tosador ajud.	10\$00	
José Lucas	Tosador ajud.	10\$00	
Manuel Machado	Lavador	10\$00	
José Margalho	Tosador aprend.	7\$00	1920
Basílio Oliveira	Armazém	19\$00	
Casimiro Cruz	Armazém	18\$50	
António Coriano	Armazém	13\$50	

<i>Tinturaria</i>			
João Abade	Tintureiro	18\$00	
Armando Rodrigues	Ajud. Tintureiro	12\$00	
Benjamim Cardoso	Ajud. Tintureiro	11\$00	

Eduardo Bento	Ajud. Tintureiro	11\$00	
Joaquim Melo	Ajud. Tintureiro	11\$00	

CERZIDEIRAS E ESPINSADEIRAS			
Nome	Função	Valor/ Jornada*	Data**
José Cavacas	Servente	9\$50	
Maria Rodrigues	Cerzideira	12\$50	
Alice Oliveira	Cerzideira	11\$00	
Carmina Rodrigues	Cerzideira	11\$00	
Otilia Ventura	Cerzideira	8\$00	
Adelaide Correia	Espinsadeira	6\$50	
Dora Calhau	Espinsadeira	6\$50	
Georgina Santos	Espinsadeira	6\$50	
Júlia Neto	Espinsadeira	5\$50	
Maria Emília	Espinsadeira	6\$60	
Maria José Fonseca	Espinsadeira	6\$50	
Palmira Assunção	Espinsadeira	6\$50	
Rita Martins	Espinsadeira	6\$50	
Maria Jesus	Servente	5\$50	
Antónia Almeida	Servente	5\$50	1920

Clarice Santa	Servente	5\$50	1921
Conceição Simões	Servente	5\$50	1920
Inês Monteiro	Servente	5\$50	1919
Isabel Santos	Servente	5\$50	1922
Maria Dias	Servente	5\$50	1920
Maria José Dias	Servente	5\$50	1920
Isaura Conde	Espinsadeira	6\$50	
Zulmira Silva	Espinsadeira	6\$50	
Amélia Alves	Cerzideira	52\$00 (empregada semanal)	
América Rodrigues	Cerzideira	53\$00 (empregada semanal)	
Inácia Conceição	Cerzideira	59\$00 (empregada semanal)	
Guilhermina Pessoa	Cerzideira	48\$50 (empregada semanal)	
Ilda Oliveira	Cerzideira	45\$00 (empregada semanal)	
Celeste Mineiro	Cerzideira	49\$50 (empregada semanal)	
Alzira Conceição	Cerzideira	43\$00 (empregada semanal)	
Aida Marques	Cerzideira	45\$00 (empregada semanal)	
Alice Frias	Cerzideira	38\$00 (empregada semanal)	
Maria Conceição Lopes	Cerzideira	38\$00 (empregada semanal)	
Maria Baptista	Cerzideira	48\$00 (empregada semanal)	
Aida Pereira	Cerzideira	46\$00 (empregada semanal)	

Deolinda Antunes	Cerzideira	39\$00 (empregada semanal)	
Ermelinda Vasco	Cerzideira	48\$00 (empregada semanal)	
Maria Santa	Cerzideira	42\$00 (empregada semanal)	
Maria Fonseca	Cerzideira	40\$00 (empregada semanal)	
Lucinda Ressurreição	Cerzideira	39\$00 (empregada semanal)	
Maria Marques Graça	Cerzideira	48\$00 (empregada semanal)	
Carolina Marques	Cerzideira	45\$00 (empregada semanal)	
Ilda Conde	Cerzideira	43\$00 (empregada semanal)	
Estrela Correia	Cerzideira	42\$00 (empregada semanal)	
Maria Carriço	Cerzideira	44\$00 (empregada semanal)	
Celeste Carvalho	Cerzideira	33\$00 (empregada semanal)	

SECÇÃO DE TECELAGEM			
(Pessoal assalariado e trabalhando por empreitada, exceto os tecelões)			
Nome	Função	Valor/ Jornada*	Data**
Irene Santos	Urdideira	11\$00	
Alda Ribeiro	Urdideira	9\$00	
Felicidade Bento	Urdideira	9\$00	
Georgina Oliveira	Urdideira	9\$00	
Isabel Monteiro	Urdideira	9\$00	
Lucinda Jesus	Urdideira	9\$00	

Beatriz Antunes	Urdideira	8\$00	
Maria Martins	Urdideira	8\$00	
Felismina Mineiro	Urdideira	7\$00	
Mariana Ferreira	Urdideira	7\$00	
Ilda Pereira	Urdideira	6\$50	
Maria Barreira	Urdideira	6\$50	
Inês Silva	Urdideira	6\$50	
Carolina Santos	Urdideira	6\$50	
Maria Lourdes	Urdideira	5\$50	1920
Felicidade Duarte	Urdideira	6\$50	
Isilda Conceição	Caneleira	6\$50	
Maria Carvalho	Caneleira	6\$50	
Maria Cruz	Caneleira	6\$50	
Maria Mendes	Caneleira	6\$50	
Olívia Machado	Remetedeira	10\$00	
Emília Ferreira	Remetedeira	7\$50	
Francelina Pereira	Remetedeira	7\$50	
Carolina Ferreira	Remetedeira	6\$50	
Isabel Ferreira	Remetedeira	6\$50	
Isilda Marques	Remetedeira	6\$50	

Conceição Antunes	Remetedeira	6\$50	
Matilde Conceição	Atadeira fios	71\$50 (empregada semanal)	
Rosa Almeida	Atadeira fios	71\$50 (empregada semanal)	
Maria Santos	Atadeira fios	53\$50 (empregada semanal)	
Maria Carmo Simões	Atadeira fios	42\$00 (empregada semanal)	
Maria Conceição Antó- nio	Atadeira fios	30\$00 (empregada semanal)	
Conceição Dias	Atadeira fios	30\$00 (empregada semanal)	
José Fatia	Azeitador	18\$00	
António Nunes	Caneleiro	15\$00	
José Antunes	Liços	13\$00	
José Carvalho	Enrolador	12\$50	
Serafim Fernandes	Enrolador	12\$50	
Alberto Nunes	Enrolador	10\$00	
Agostinho Oliveira	Colador	10\$00	
João Alexandre	Colador	11\$00	
Artur Ferreira	Aprendiz tecelão	12\$00	
Aníbal Correia	Aprendiz tecelão	10\$00	
José Oliveira	Aprendiz tecelão	10\$00	
Armando Cruz	Aprendiz tecelão	7\$00	1921
Armando Simões	Aprendiz tecelão	7\$00	1918

Joaquim Carvalho	Aprendiz tecelão	7\$00	1920
Joaquim Simões	Aprendiz tecelão	10\$00	

DIVERSOS			
Nome	Função	Valor/ Jornada*	Data**
Joaquim Costa	Foguetiro	12\$20	
António Graça	Foguetiro	12\$20	
Adolfo Ferreira	Foguetiro	12\$20	
Carlos Abade	Electricista	13\$00	
José Carramanho	Serralheiro	18\$00	
Júlio Simões	Ajud. Serralheiro	13\$50	
José Vale	Ajud. Serralheiro	13\$50	
José Rodrigues	Ajud. Serralheiro	10\$00	
Jaime Carramanho	Ajud. Serralheiro	10\$00	
Frutuoso Ferreira	Carpinteiro	13\$50	
Joaquim Ferreira	Carpinteiro	12\$00	
José Machado	Carpinteiro	11\$50	
Adriano Ventura	Pedreiro	14\$00	
Jaime Fonseca	Servente	4\$50	
Francisco Filipe	Hortelão	9\$00	

Américo Silva	Guarda-portão	11\$00	
Manuel Caetano	Guarda-portão noite	100\$00 (pagamento semanal)	1920
José Carvalho	Guarda-portão noite	100\$00 (pagamento semanal)	
José Graça	Ajud. Pedreiro	6\$00	1920

*Os valores apresentados correspondem ao pagamento pelo dia de trabalho. Nos casos referentes ao valor de empreitada ou pagamento semanal serão apontados nas próprias células do quadro.

**As referidas datas parecem indicar o ano do nascimento dos operários que, em 1936, ainda seriam considerados menores.

Fonte: Luís E. Elias Casanovas, “A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara 1926-1956”, *I Encontro nacional sobre o património industrial*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 187 a 193.

Fontes e Bibliografia

Fontes e Bibliografia

I – Fontes

A. Fontes Manuscritas e Dactilografadas

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Alvarás (1898-1916).

Notário Joaquim Gaspar de Matos, livro de notas n.ºs 84, 154 e 189.

Notário José Ferreira Figueiredo dos Santos, livro de notas n.º 251.

Notário José Lourenço da Costa (Coimbra), livro de notas n.ºs 52, 53, 55.

Notário Simão Maria de Almeida (Coimbra), livro de notas n.º 19.

Arquivo Histórico do Banco de Portugal (AHBP)

Balanços e Desenvolvimentos, Agência do Banco de Portugal em Coimbra, 1927.

Arquivo Histórico do Museu dos Lanifícios da Covilhã (MUSLAN)

Fábrica Campos Mello & Irmão, Livro de Matrícula da Fábrica Campos Mello & Irmão (1843-1888).

Arquivo do Ministério da Economia (AME)

Pasta: “Delegação Centro, 2.ª Circunscrição, processo n.º 181-2/397”.

Arquivo Municipal da Covilhã (AMC)

Registo de Minas, n.º 1, (1870-).

Arquivo Particular Pedro Planas Meunier (APPM)

Autógrafo de D. Carlos relativo à visita à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, manuscrito, 25 de julho de 1892.

Autógrafo do bispo conde D. Manuel Correia de Bastos Pina à visita à Fábrica de Lanifícios de Santa Clara, manuscrito, 4 de julho de 1902.

“Instalação de queimadores industriais de fuel-oil e dos respetivos reservatórios, depósitos e tubagens na Fábrica de Lanifícios de Planas & C.^a em Santa Clara. Coimbra”, assinado: o técnico de engenharia P. Martins, 23 de maio de 1948.

“Livro de debuxos de B. Peig Doria”, finais do século XIX.

“Livro de debuxo...”, finais do século XIX.

Livro de receitas, s/t., finais do século XIX.

Pasta “Apontamentos datilografados de George Greenwood Meunier”.

Pasta “Apontamentos manuscritos de Pedro Planas Meunier”.

Pasta “Certidões, Contratos e Escrituras”.

Pasta “Contabilidade da Peig, Planas & C.^a”.

Pasta “Ofícios da Peig, Planas & C.^a”.

Pasta “Vária”.

“Receitas de tinturaria pertencentes a Francisco Rodrigues Antunes Castanhinha”, finais do século XIX.

“The University of Leeds. Textile Industrie Department. Wordted Yarn Manufacture”, ano lectivo 1906/1907.

Gabinete de História e Arqueologia da Câmara Municipal de Coimbra

Pasta: “Peig, Planas & C.^a”.

Livro de Registo Industrial n.º 9, Peig Planas & C.^a, 1895.

B. Fontes Icononímicas

Arquivo do Ministério da Economia (AME)

Pasta: “Delegação Centro, 2.^a Circunscrição, processo n.º 181-2/397”.

Arquivo Particular Pedro Planas Meunier (APPM)

Pasta: Fotografias.

Imagoteca da Biblioteca Municipal de Coimbra

Cotas: AG-0068; AG-0512; AG-0577; AG-0578; AG-0867; AG-0898; BMC-A011; BMC-A017; BMC-A034; BMC-A050; BMC-A085; BMC-A108; BMC-B113; BMC-B281; BMC-C171; BMC-C187; BMC-C305; BMC-G368; BMC-H561; BMC-J119; BMC-J123; IMG A0499; IMG A5071; PB 00301; PB 00344; PB 00360; PB 00364; PB 00368; VP-00916.

C. Fontes Impressas

- AGUSTÍN RIUS, José Sarda, *Guia histórica, Estadística y Geográfica de Sabadell*, Sabadell, Establecimiento Tipográfico de M. Torner, 1867.
- ANDRADE, Agostinho Rodrigues d', *Chorografia historico-estatistica do districto de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1896.
- ANDRADE, Anselmo de, *Portugal económico. Theorias e factos*, Tomo I, Coimbra, F. França Amado Editor, 1918.
- CAMPOS MELO, José Maria de, *As estrangeirices e a indústria nacional*, conferência realizada no Ateneu Comercial de Lisboa em 12 de maio de 1915, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar por sua magestade imperial o regente do reino desde a sua entrada em Lisboa até á instalação das camaras legislativas*, Terceira serie, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835.
- DESCAMPS, Paul, *Le Portugal, la vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot, 1935.
- Fiação e Tecelagem. Manual do Operário*, Lisboa, Bibliotheca de Instrução e Educação Profissional, 1905.
- Inquerito Industrial de 1890, vol. III – Industrias Fabris e Manufactureiras (Inquerito de Gabinete)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.
- International Exhibition 1876. Reports and awards. Group III*, vol. 4, Philadelphia, J. B. Lippincott Co., 1878.

D. Artigos

- “Agradecimento”, *Gazeta de Coimbra*, 10 de fevereiro de 1912, p. 2.
- “Anúncios”, *O Conimbricense*, n.º 2917, 10 de junho de 1975, p. 3.
- “Caldeira a vapor”, *Gazeta de Coimbra*, 10 de fevereiro de 1920, p. 3.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “A exposição de Santa Clara”, *O Conimbricense*, n.º 4884, 7 de julho de 1894, p. 1 a 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “A família real em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4683, 23 de julho de 1892, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Coimbra e a exposição”, *O Conimbricense*, 10 de julho de 1888, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2885, 20 de março de 1875, p. 1 e 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2886, 23 de março de 1875, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Companhia de fiação de tecidos”, *O Conimbricense*, n.º 3489, 11 de janeiro de 1881, p. 1.

- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Companhia de fiação de tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3410, 10 de abril de 1880, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Companhia de fiação de tecidos”, *O Conimbricense*, n.º 3246, 10 de setembro de 1878, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Companhia de fiação”, *O Conimbricense*, n.º 3447, 17 de agosto de 1880, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4232, 17 de março de 1888, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4262, 30 de junho de 1888, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4242, 21 de abril de 1888, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4307, 7 de dezembro de 1888, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4311, 22 de dezembro de 1888, p.1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4419, 8 de janeiro de 1890, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 5154, 9 de março de 1897, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, n.º 4284, 15 de setembro de 1888, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Fabrica de lanificios”, *O Conimbricense*, 3 de novembro de 1888, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4268, 21 de julho de 1888, p. 1.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “O trabalho dos menores”, *O Conimbricense*, n.º 4319, 19 de janeiro de 1889, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Outras Visitas”, *O Conimbricense*, n.º 4684, 26 de julho de 1892, p. 2.
- CARVALHO, Joaquim Martins de, “Theatro de operarios”, *O Conimbricense*, n.º 4900, 1 de setembro de 1894, p. 1 e 2.
- Comércio de Coimbra (O)*, n.º 478, 30 de julho de 1896, p. 1.
- “Comércio e Indústria”, *Gazeta de Coimbra*, 31 de maio de 1930, p. 1.
- “Companhia (A) de Fiação e Tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 2956, 5 de agosto de 1875, p. 3.
- “Companhia de fiação de tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3411, 13 de abril de 1880, p. 2
- “Companhia de fiação de tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3620, 22 de abril de 1882, p. 4.

- “Companhia de fiação de Tecidos de Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 3120, 23 de junho de 1877, p. 4.
- “Congresso Beirão. Exposição Industrial”, *Gazeta de Coimbra*, 25 de julho de 1922, p. 1.
- Conimbricense (O)*, n.º 2 883, 13 de março de 1875, p. 3 [anúncio]
- Conimbricense (O)*, n.º 3120, 23 de junho de 1877, p. 2 [anúncio].
- Conimbricense (O)*, n.º 3120, 23 de junho de 1877, p. 4 [anúncio].
- Conimbricense (O)*, n.º 3273, 14 de dezembro de 1878, p. 3 [anúncio].
- Conimbricense (O)*, n.º 3274, 17 de dezembro de 1878, p. 3 [anúncio].
- “Convento de São Francisco”, *O Conimbricense*, n.º 3631, 30 de maio de 1882, p. 3.
- COSTA, Afonso, “Coimbra por dentro”, *O Defensor do Povo*, 28 de julho de 1892, p. 2.
- “Crise musical”, *Gazeta de Coimbra*, n.º 175, 8 de março de 1913, p. 1.
- “Declaração”, *Gazeta de Coimbra*, 11 de agosto de 1917, p. 3.
- “Desastre”, *Gazeta de Coimbra*, 19 de dezembro de 1914, p. 3.
- “Em Coimbra. Um monumento aos mortos da Grande Guerra”, *Gazeta de Coimbra*, 10 de junho de 1922, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4240, 14 de abril de 1888, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4289, 2 de outubro de 1888, p. 2.
- “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4232, 17 de março de 1888, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4242, 21 de abril de 1888, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 2.
- “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4284, 15 de setembro de 1888, p. 2.
- “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4298, 3 de novembro de 1888, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4307, 7 de dezembro de 1888, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4311, 22 de dezembro de 1888, p. 1.
- “Fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4419, 8 de janeiro de 1890, p. 1.
- “Fabrica de Lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4880, 23 de junho de 1894, p. 1.
- “Fabrica de massas alimentícias em Santa Clara”, *O Conimbricense*, n.º 4300, 10 de novembro de 1888, p. 4.
- “Fabrica de massas de S. Francisco”, *O Conimbricense*, n.º 4251, 13 de março de 1888, p. 1.
- “Feira (A) de Lyon e os nossos produtos”, *Gazeta de Coimbra*, 3 de Janeiro de 1917.
- Gazeta de Coimbra*, 3 de novembro de 1923, p. 4 [anúncio].
- Gazeta de Coimbra*, 4 de julho de 1922, p. 3 [anúncio].
- Gazeta de Coimbra*, 4 de julho de 1922, p. 4 [anúncio].
- Gazeta de Coimbra*, 5 de abril de 1928, p. 4 [anúncio].
- “Gesto altruista”, *Gazeta de Coimbra*, 23 de fevereiro de 1916, p. 1.

- “Greve (A)”, *Gazeta de Coimbra*, 31 de janeiro de 1912, p. 2.
- “Grupo Recreativo Musical”, *Gazeta de Coimbra*, 26 de maio de 1925, p. 1.
- IGNOTUS [pseud.], “O Desdobramento”, *Notícias de Coimbra*, n.º 352, 10 de maio de 1911, p. 1.
- “Indústria Nacional”, *Gazeta de Coimbra*, 24 de junho de 1930, p. 1.
- M., J. M., “Sabadell, gran ciudad de pulso febril”, *La Vanguardia Española*, 15 de janeiro de 1966, p. 27.
- “Machina”, *O Conimbricense*, n.º 3092, 17 de março de 1877, p. 3.
- “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4268, 21 de julho de 1888, p. 1 e 2.
- “Machinas em Coimbra”, *O Conimbricense*, n.º 4269, 24 de julho de 1888, p. 2.
- “Machinismos”, *O Conimbricense*, n.º 3096, 31 de março de 1877, p. 3.
- “Mappa dos geradores e recipiente experimentados no anno de 1909”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 41, Lisboa, Imprensa Nacional 1911, p. 57.
- “Mappa dos geradores e recipiente experimentados no anno de 1915”, *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 109, Lisboa, Imprensa Nacional 1911, p. 66.
- “Movimento operário. A greve dos tecelões”, *O Defensor do Povo*, n.º 17, 27 de junho de 1895, p. 2.
- “Na Fábrica de Lanifícios. Uma justa homenagem”, *Gazeta de Coimbra*, 28 de agosto de 1926, p. 1.
- “Necrologia. D. Jayme Planas Coronellas”, *Diário de Coimbra*, n.º 3126, 23 de novembro de 1939, p. 2.
- “Noticiário”, *A Voz do Artista*, n.º 126, 27 de fevereiro de 1888, p. 3.
- “Nova fabrica de lanifícios”, *O Conimbricense*, n.º 4288, 29 de setembro de 1888, p. 3.
- “Nova fabrica de massas”, *O Conimbricense*, n.º 4158, 2 de julho de 1887, p. 3.
- “Paz (A)”, *Gazeta de Coimbra*, 14 de novembro de 1918, p. 1.
- “Portugal na Exposição do Rio de Janeiro”, *Gazeta de Coimbra*, 20 de outubro de 1923, p. 1 e 2.
- Resistencia*, n.º 479, 24 de setembro de 1899, p. 2.
- s/t., *Gazeta de Coimbra*, 18 de março de 1930, p. 1.
- s/t., *Gazeta de Coimbra*, 2 de abril de 1929, p.1.
- “Sabão”, *O Conimbricense*, n.º 4238, 7 de abril de 1888, p. 1.
- “Uma visita de estudo”, *Gazeta de Coimbra*, 3 de abril de 1915, p. 1.

II – Bibliografia

A – Obras Consultadas

BRITO, José Maria Brandão de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O condicionamento industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1989.

- CASTRO, M. de Melo, ARAÚJO, Mário de, *Manual de Engenharia Têxtil*, 2 volumes, Lisboa, FCG, 1986.
- CORREIA, Vergílio, GONÇALVES, António Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, ANBA, Lisboa, 1947.
- CUSTÓDIO, Jorge (coord.), *Empresariado Português. Uma abordagem às suas realizações*, Porto, Associação Industrial Portuense, 1994.
- DIAS JÚNIOR, J. N. Ferreira, *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.
- DIAS, Sara, *Espaços religiosos como espaços industriais: o exemplo da Peig, Planas e Companhia*, Coimbra, Policopiado, 2001.
- DOMÍNGUEZ ALVAREZ, Virginia, *Treball femení a la indústria têxtil llanera de Sabadell durant el segle XX*, Tesi doctoral, Universitat Autònoma de Barcelona, 2005, p. 105 a 188.
- DUCASSÉ, Pierre, *História das técnicas* (trad. do francês), Lisboa, Publicações Europa-América, s/d..
- Estudi del fons industrial têxtil de Catalunya. Mostraris de teixits del CDMT de Terrassa i mostraris de punta del Museu d'Arenys de Mar*, Terrassa, CDMT, 2010.
- FERREIRA, Jaime Alberto do Couto, FIGEIRA, João José Monteiro, *A eletrificação do Centro de Portugal no Século XX*, Coimbra, EDP Distribuição, 2001, p. 89.
- GONÇALVES, Sérgio Gomes Pires, *Produção artesanal nos lanifícios – uma proposta de inovação*, Porto, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Policopiado, 2005.
- HERNÁNDEZ GARCÍA, Ricardo, *La industria Textil rural en Castilla: Astudillo, 1750-1936*, Tesis Doctoral, Universidade de Valladolid, 2003.
- Indústria i ciutat: Sabadell, 1800-1980*, Baelona, L'Abadia de Montserrat, 1994.
- LAINS, Pedro, *A Economia Portuguesa no século XIX. Crescimento Económico e Comércio Externo. 1851-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- LAINS, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Um Nova História Económica de Portugal. 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- LAINS, Pedro e SILVA, Álvaro Ferreira da, *História Económica de Portugal. 1770-2000*, vol. II: *O Século XIX*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, 2005.
- LEITE, António José Frasco, *Estudo da compatibilidade entre estruturas e figuras geométricas nos tecidos Jacquard*, Braga, Universidade do Minho, Policopiado, 2003.
- LOPES, Sandra Lopes, *O convento de São Francisco da Ponte: valor da arte coimbrã*, Coimbra, GAAC, 1998.
- MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel, (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IX - *Portugal. Da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II: *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*, Lisboa, Palas Editores, 1973.
- MATOSSO, José (Dir.), *História de Portugal*, vol. V – *O Liberalismo* e vol. VIII – *O Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993-1994.

- MENDES, José Maria Amado, *A área económica de Coimbra. Estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.
- MENDES, José Amado Mendes, *Mondorel – Fábrica de Lanifícios, S.A.R.L.. História Sucinta (1967-1987)*, Coimbra, policopiado, 2003.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Os grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947): actividade mineira, “Grande depressão” e Segunda Guerra Mundial*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010.
- PINHEIRO, Elisa Calado (coord.), *Rota da lã translana: percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal); comarca Tajo – Salor - Almonte (Espanha)*, vol. I e II, Covilhã, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2009.
- PLUTARCO, *Vidas Paralelas: Teseu e Rómulo*, tradução do grego, introdução e notas de Delfim F. Leão e Maria do Céu Fialho, Coimbra, FCT, s/d..
- ROCHE, Daniel, *História das coisas banais. Nascimento do consumo nas sociedades tradicionais (sécs. XVII-XIX)* (trad. do francês), Lisboa, Ed. Teorema, 1998.
- Recuperação do Convento de S. Francisco (para Centro de Congressos) e área ribeirinha envolvente*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, 1997.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, Associação Industrial Portuguesa/Publicações Europa-América, 1999.
- SAMPAIO, Jorge *Contribuição de Domingos Vandelli para a cerâmica portuguesa*, Lisboa, Policopiado, tese de doutoramento apresentada à Universidade Lusíada, 2006.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. IX: *O Liberalismo (1851-1900)*; vol. X: *1890-1910*, Lisboa, Ed. Verbo, 1986-1988.
- SILVA, Inês Pereira da, *Memória, identidade e desenvolvimento. Um museu para o jazigo da Panasqueira*, Lisboa, policopiado, mestrado em Museologia entregue na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2004.
- Terrassa, capital del modernismo industrial. La ruta de la lana*, Terrassa, Ajuntament de Terrassa, s/d..

B – Artigos

- “Associações de Coimbra. Sociedades de Amadores Dramáticos”, *Arquivo Coimbra*, vol. XI, 1952, p. 150 a 189.
- ALVES, Jorge Fernandes, “A indústria têxtil no Vale do Ave”, MENDES, José Amado e FERNANDES, Isabel (coords.), *Património e indústria no Vale do Ave. Um passado com futuro*, Vila Nova de Famalicão, ADRAVE, 2002, p. 373 a 389.

- BENAUL BERENGUER, Josep M., “Los orígenes de la empresa têxtil lanera en Sabadel y Terassa en el siglo XVIII”, *Revista de Historia Industrial*, n.º 1, 1992, p. 39 a 62.
- CAMPS CURA, Enriqueta, “Industrialización y crecimiento urbano: la formación de la ciudad de Sabadell”, *Revista de Historia Económica*, año V, n.º 1, 1987, p. 40 a 72.
- CASANOVAS, Luís E. Elias, “A Fábrica de Lanifícios de Santa Clara 1926-1956”, *I Encontro nacional sobre o património industrial*, Volume I, Coimbra, Coimbra Editora, 1989, p. 175 a 194.
- CASANOVAS, Luís Elias, “A indústria de lanifícios portuguesa”, conferência de 1 de Março de 1928, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1928.
- CEGARRA SANCHEZ, Jose, “La industria textil de tintorería y acabados de España”, *Boletín Intexter del Instituto de Investigación Textil y de Cooperación Industrial*, n.º 24, 1965, p. 9 a 23.
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, “A utilização de turbinas hidráulicas no início da industrialização portuguesa”, *Revista de Ciências Históricas*, vol. X, 1995, p. 245 a 262.
- LESSA, Fábio de Souza, “Expressões do feminino e a arte de tecer tramas na Atenas Clássica”, *Humanitas*, n.º 6, 2011, p. 143 a 156.
- MACEDO, Jorge Borges de, “A problemática tecnológica no processo da continuidade República-Ditadura Milita-Estado Novo”, *Economia*, vol. III, n.º 3, 1979, p. 427-453.
- MENDES, J. Amado, “Para a História da Indústria em Santa Clara”, *Munda*, n.º 2, 1981, p. 61 a 67.
- MENDES, J. M. Amado, “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no século XIX”, *Análise Social*, vol. XVI, n.º 61 e 62, p. 51 a 52.
- MENDES, José Amado, “A indústria portuguesa no século XIX”, *Prelo*, n.º 7, 1981, p. 23 a 32.
- MENDES, José Amado, “Para a história do movimento operário em Coimbra”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68, 1981, p. 603 a 614.
- MENDES, José Amado, “Portugal agrícola o industrial? Contornos de uma polémica e sus repercusiones en el desarrollo (siglos XIX-XX)”, *Studia Historica – Historia Contemporânea*, vol. XII, 1994, p. 229 a 258.
- MENDES, José Amado, “Sobre as relações entre a indústria portuguesa e estrangeira no século XIX”, *O Século XIX em Portugal. Comunicações ao Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (Novembro de 1979)*, Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980, p. 31 a 52.
- MÓNICA, Maria Filomena, “Artesãos e Operários”, *Análise Social*, vol. XXXII, n.º 98, 1986, p. 819 a 863.
- MÓNICA, Maria Filomena, “Capitalistas e industriais (1870-1914)”, *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 99, 1987, p. 819 a 863.
- PERDIGÃO, José Henriques de Azevedo, «A indústria em Portugal (Notas para um inquerito)», *Arquivos da Universidade de Lisboa*, 1916, p.1 a 192.

- PEREIRA, Carmen, *Igreja do Convento de S. Francisco: a importância dos registos*, Coimbra, Câmara Municipal de Coimbra, s/d., p. 1 a 27.
- PIMENTEL, António, “As empresas artísticas do bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco”, *Mundo da Arte*, n.ºs 8 e 9, julho-agosto de 1982, p. 54 a 68.
- REIS, Jaime, “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913”, *Análise Social*, vol. XXIII, 1987, p. 207 a 227.
- REIS, Jaime, “A produção industrial portuguesa, 1870-1914: a primeira estimativa de um índice”, *Análise Social*, vol. XX, n.º 94, 1986, p. 903 a 928.
- SANTOS, Maciel Morais, “A substituição de motores na indústria portuguesa (1850-1950)”, *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III série, vol. I, 2000, p. 229 a 251.
- TENGARRINHA, José, “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”, *Análise Social*, vol. XVII, n.º 67-68, 1981, p. 573 a 601.

III – Publicações Periódicas

A – Títulos Consultados

- Análise Social* (1963-2000).
- Arquivo Coimbrão* (1923-2008).
- Arquivos da Universidade de Lisboa* (1916).
- Boletim do Trabalho Industrial* (1906-1939).
- Boletín Intexter del Instituto de Investigación Textil y de Cooperación Industrial* (1965).
- Comércio de Coimbra (O)* (1896).
- Conimbricense (O)* (1870-1808).
- Defensor do Povo (O)* (1892-1895).
- Diário de Coimbra* (1930-1940).
- Diário do Governo* (I série; 1919/III série: 1957).
- Economia* (1979).
- Gazeta de Coimbra* (1911-1930).
- História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (2000).
- Humanitas* (2011).
- Lanifícios* (1950-1975).
- Munda* (1981-2007).
- Mundo da Arte* (1982).
- Notícias de Coimbra* (1907-1911).
- Prelo* (1981).
- Resistencia* (1895-1909).
- Revista de Ciências Históricas* (1995).

- Revista de Historia Económica* (1987).
Revista de Historia Industrial (1992).
Studia Historica – Historia Contemporánea (1994).
Vanguardia Española (LA) (1966).
Voz do Artista (A) (1888).

IV – Webgrafia

A – Endereços Eletrônicos Consultados

- “Centre de Documentació i Museu Tèxtil”, URL: <http://www.cdmt.es> (acedido no dia 27/02/2015).
- “Recompensa (A)”. CINEPT – Cinema Português, URL: <http://www.cinept.ubi.pt/pt/filme/1607/A+Recompensa> (acedido no dia 7/11/2016).
- “600 esqueletos encontrados em obras no Convento de São Francisco”, URL: https://www.rtp.pt/noticias/cultura/600-esqueletos-encontrados-em-obras-no-convento-de-sao-francisco_v613001 (acedido no dia 13/03/2016).

Notas Biográficas

Notas Biográficas

DUARTE MANUEL FREITAS

Duarte Manuel Freitas é natural de Câmara de Lobos (ilha da Madeira). Obteve o doutoramento em História (regime pré-Bolonha), na especialidade de Museologia e Património Cultural, pela Universidade de Coimbra (2015). Exerceu funções de professor do ensino básico e secundário, do ensino profissional (onde lecionou em todos os níveis de qualificação) e do ensino universitário.

Na atualidade, é professor auxiliar do Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa. Colabora em diferentes unidades de investigação, sendo membro integrado do Centro de História da Sociedade e da Cultura (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e do Centro de Investigação em Ciências Históricas (Universidade Autónoma de Lisboa). Publicou vários estudos e manuais nas áreas de investigação da Didática da História, da Museologia Histórica e da História das Empresas. Com a sua tese de doutoramento, intitulada *Memorial de um complexo arquitetónico enquanto espaço museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*, foi galardoado com o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2015) e com o prémio da Associação Portuguesa de Museologia, na categoria de «Melhor Estudo sobre Museologia» (2016).

PEDRO PLANAS MEUNIER

Pedro João Planas Meunier (Peter) nasceu em Coimbra (1956), sendo bisneto de um dos fundadores da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. Obteve a licenciatura em Engenharia Mecânica pela

Universidade de Coimbra (1985) e iniciou a sua carreira profissional na Santomar – empresa ligada à importação automóvel da marca Honda –, na área técnica e de pós-venda. Nos finais dos anos 90 do século XX esteve envolvido na criação da Honda Automóvel de Portugal. Em 2011 foi convidado pela Honda Motor Europe para manager da European Motorcycle Operations and Customer Division.

Durante a juventude as motas foram uma das suas paixões, ao vencer o Campeonato Nacional de Motocross (1975) e o Campeonato Nacional de Enduro (1988), tendo participado em dezenas de outras provas nacionais e internacionais.

A ligação que manteve com a cidade de Coimbra e com a valorização do seu passado, que se cruza com as raízes familiares, levou-o a investigar a história da Fábrica de Lanifícios de Santa Clara. As qualidades pessoais e intelectuais permitiram-lhe reunir um vasto acervo de documentos diversos que estiveram da origem do presente livro.

Faleceu em Espanha, a 15 de agosto de 2013.

JOSÉ AMADO MENDES

José Amado Mendes é natural do concelho de Coimbra. Licenciou-se em História pela Universidade de Coimbra (1972). Em 1974, concluiu o Master's Degree in Sciences of Education na Universidade do Texas, em Austin (EUA). Doutorou-se em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Coimbra (1985), onde obteve o grau de agregado (1991) e exerceu as funções de professor catedrático (1993-2006). Desempenhou diversos cargos no Departamento de História, na direção da Faculdade e como presidente do seu Conselho Científico. Criou e coordenou os cursos de mestrado em História Económica e Social e em Museologia e Património Cultural, e orientou dezenas de dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

Atualmente, é professor catedrático da Universidade Autónoma de Lisboa, coordenador do Gabinete de Apoio a Mestrados e Doutoramentos, membro do Centro de Investigação em Ciências Históricas e coordenador da linha de investigação História das Organizações: Passado, Presente e Futuro, integrando ainda o Conselho Científico da Universidade e participando em diversas outras atividades.

Tem várias obras publicadas no âmbito da História Económica e Social, da História Empresarial (empresas vidreiras da Marinha Grande e de abastecimento de água a Coimbra), da Museologia e do Património Cultural. Colaborou em obras coletivas (entre as quais *História de Portugal*, dir. José Mattoso, e *História da História em Portugal. Sécs. XIX e XX*) e é membro de associações científicas nacionais e estrangeiras.

